U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITECTURA

Memória e Proximidade: Projecto para um centro de apoio à agricultura familiar

Tiago José Gonçalves Forte

M

2023

MEMÓRIA E PROXIMIDADE

PROJECTO PARA UM CENTRO DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

Tiago José Gonçalves Forte

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Sob a orientação do Professor Doutor Joaquim José Lopes Teixeira

Nota à edição:

Por opção do autor, a presente dissertação não segue as normas Acordo Ortográfico de 1990. Todas as citações referentes a edições de lingua não portuguesa foram traduzidas livremente. A manipulação dimensional ou cromática das imagens apresentadas é da responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Joaquim Teixeira, pela sua total disponibilidade e ajuda.

Aos meus colegas e amigos que me acompanharam neste percurso, em especial, ao Afonso, à Diana, ao Edgar e à Joana, pela convivência nestes últimos meses.

Aos meus pais e irmão, por todo o apoio e paciência.

À minha avó, pelas alegres conversas de Domingo à tarde e as suas lições.

Ao arq. Fernando Matos, por tudo aquilo que me ensinou sobre a freguesia de Vila Franca do Lima.

À Olinda Portela, por abdicar do seu tempo para me educar sobre as mais básicas práticas de agricultura.

A todos, o meu mais sincero obrigado.

RESUMO

A presente dissertação tem como premissa a reabilitação das ruínas de uma antiga casa de lavoura, situada em Vila Franca, concelho de Viana do Castelo. Através da criação de um centro de apoio à agricultura familiar, pretende-se explorar o modo como a arquitectura pode contribuir para a valorização das antigas paisagens produtivas, que, apesar de não serem devidamente reconhecidas, podem desempenhar um papel relevante na resolução de problemas ambientais. Também por isso se considera fundamental a conservação do património arquitectónico vernáculo, cuja natureza é indissociável das práticas agrícolas tradicionais.

Em síntese, este trabalho tenta relacionar duas áreas muito distintas: a arquitectura e a agricultura. Particularmente, através do incentivo a sistemas agro-alimentares de proximidade, que contribuem para o desenvolvimento de novas dinâmicas socioeconómicas, acredita-se que esta proposta possa ter um impacto positivo na população local.

No entanto, entende-se que a dissertação, mais do que uma procura por uma resposta definitiva, é um exercício de reflexão, um modo de desenvolver uma consciência crítica sobre as várias problemáticas que foram sendo estudadas. Assim, o projecto, longe de ser uma proposta conclusiva, é a materialização de uma ideia, que, tal como a arquitectura, deve ser evolutiva.

ABSTRACT

The main premise of this dissertation is the rehabilitation of the ruins of an old farmhouse, located in Vila Franca, municipality of Viana do Castelo. Through the creation of a support centre for family farming, this project aims to explore the way in which architecture can contribute to the valorisation of old productive landscapes, which, despite not being duly recognised, can play an important role in the resolution of environmental problems. As such, the conservation of the vernacular architectural heritage, whose nature is indissoluble from the traditional agricultural practices, is of the utmost importance.

In summary, this project attempts to connect two very different subjects: architecture and agriculture. Particularly, by encouraging proximity food circuits, which contribute to the development of new socioeconomic dynamics, it is thought that this project might have a positive impact in the local population.

Nevertheless, this dissertation, more so than a pursuit of a definitive answer, is a reflection exercise, a way in which to develop a critical awareness about the issues that are being studied. Thus, this project, far from being a final proposal, is the materialisation of an idea, that, just like architecture, should be progressive.

SUMÁRIO

Agradecimentos 3

Resumo 5

Apresentação 11

I *enquadramento*

1. AGRICULTURA BIOLÓGICA E AGRICULTURA FAMILIAR 17

Medidas de Operacionalização 21

Resistir à Actualidade 25

2. PATRIMÓNIO VERNÁCULO 29

Sobre o Passado 33

A Casa de Lavoura 37

Paisagens Produtivas 43

II *aproximação*

3. CONSTRUIR UM PROGRAMA 49

4. LUGAR, CIRCUNSTÂNCIA E CONTEXTO 53

Sobre o Real 55

Condicionantes 57

III *intervenção*

5. CONHECER A RUÍNA 65

O Objecto de Estudo 65

Exegese da Decadência 71

6. A PROPOSTA 75

Intenção 75

Organização 79

Sobre a Tectónica 87

Detalhes Construtivos 88

NOTAS FINAIS 91

Bibliografia 93

Índice de Imagens 99

anexos

Desenhos de Levantamento 105

Desenhos de Estudo 119

Entrevistas 127

APRESENTAÇÃO

«Toda a arquitectura, por mais complexos que sejam os problemas que é chamada a resolver, por mais diversificados que sejam os programas que lhe dão origem, por maior ou menor que seja a escala de cada intervenção, porque é fruto, sempre, de um acto que alia o domínio da técnica à vertente criativa, será forçosamente reflexo da formação dos seus autores, do seu carácter, da sua postura perante os outros e, como tal, perante os contextos sociais e ambientais onde se insere cada uma das suas manifestações.»[1]

Na dissertação, o exercício de projecto deve ser sempre acompanhado pelo desejo de tornar o acto de escrita num meio de reflexão teórico. Não se trata de algo acessório, longe disso, a teoria (ainda que por vezes discreta) constitui uma parte integrante de todo o processo criativo. Neste caso concreto, por ser uma aproximação crítica às problemáticas projectuais, a vertente teórica compreende diversas temáticas não só de carácter práctico e objectivo, mas também pessoal e reflexivo. Por isso, não é possível abster-me de narrar algumas experiências pessoais que, para além de terem sido o principal estímulo na escolha deste tema, foram uma condicionante no seu desenvolvimento.

Por outro lado, sendo que a arquitectura é o resultado de um sábio confronto entre a arte e a ciência, procura-se estabelecer um equilíbrio entre a análise de informação concreta e o processo de decisão, que muitas vezes se quer intuitivo. Não se trata meramente de evidenciar as condicionantes geográficas, históricas e sociais do projecto, pois crê-se que as inquietações e as dúvidas que assolam a mente do autor também exerceram influência no decurso deste projecto. Para expressar esta condição de incerteza, surgem os *fragmentos narrativos*: pequenos devaneios de natureza especulativa que servem para complementar o texto principal com uma visão íntima do autor. Contudo, não se espera que estas reflexões sejam um modo de dar conta daquilo que já se sabe à partida, antes, o texto dissertativo é encarado

1 FERNANDEZ, Sergio – Criatividade, Identidade e Dimensão Ética na Obra de Alfredo Durão de Matos Ferreira. In MENDES, Manuel, coord. – Alfredo Durão de Matos Ferreira: Memória, p.37



1 Celebração da Páscoa

como um meio para pensar arquitectura, para colocar questões que serão objecto de um contínuo aprofundamento.

Assim, este trabalho ensaia uma metodologia, uma hipótese, uma proposição que convida o leitor a reflectir sobre os problemas inerentes à prática de arquitectura. Em particular, esta dissertação baseia-se na redescoberta operativa do património arquitectónico vernáculo, a fim de promover a salvaguarda das antigas paisagens produtivas. Em causa está a valorização dos sistemas agro-florestais, que têm vindo a ser abandonados em favor de um modelo agrícola industrial. A partir desta premissa, elaborou-se um plano para criação de um centro de apoio à agricultura familiar, tendo como base a reabilitação de uma antiga casa de família, situada em Vila Franca, concelho de Viana do Castelo. Porém, este projecto não tenciona explorar uma realidade utópica. Atendendo que o problema é global e, portanto, político, a resposta também terá de o ser. Na verdade, reconhecendo que o papel da arquitectura na resolução de problemas estruturais é limitado, este trabalho pretende apenas encorajar uma reflexão sobre como podemos satisfazer as necessidades actuais, numa escala local, sem comprometer o devir.

A dissertação divide-se em três momentos: *enquadramento*, *aproximação* e *intervenção*. O primeiro compreende uma análise às principais problemáticas do projecto, começando por levantar algumas questões relativas à agricultura biológica, ao desenvolvimento local de base comunitária e a sua possível relação com o património vernáculo. Por se julgar essencial ao entendimento do objecto de estudo, o segundo momento trata da contextualização territorial. Nesta parte, estudam-se as condicionantes biofísicas da região entre Douro e Minho, bem como as alterações físicas, económicas e sociais do Baixo Lima. Por fim, partindo da caracterização da ruína existente, apresenta-se a nova sugestão programática seguida da proposta de intervenção. Logo depois, anunciam-se as conclusões do trabalho efectuado, perspectivando possíveis desenvolvimentos futuros.

I

enquadramento

1. AGRICULTURA BIOLÓGICA E AGRICULTURA FAMILIAR

Ainda que muitos não admitam as consequências do actual modelo de desenvolvimento agrícola, é preciso reconhecer que este está na base de um grave problema de saúde pública. Em Portugal, o caso pode até ser mais dramático do que no resto da União Europeia, se considerarmos a exposição crónica ao herbicida mais utilizado no país: o glifosato.

«O valor médio de glifosato na urina dos portugueses testados foi de 26.2 ng/ml. Para referência, tome-se a Directiva da Qualidade da Água: na água de consumo o glifosato não pode ultrapassar os 0.1 ng/ml. Isto significa que a quantidade de glifosato agora detectada, se estivesse em água da torneira, contaminaria essa água 260 vezes acima do limite máximo legal!»[2]

A fim de reduzir o impacto danoso dos agro-químicos, tendo em conta que 94% das explorações agrárias em Portugal são de cariz familiar, é fundamental estabelecer uma ligação entre a agricultura familiar e a agricultura biológica.[3] Antes de mais, importa salientar que não existe uma relação directa entre ambas. Tanto a agricultura familiar pode fazer uso de biocidas (o que, aliás, é muito comum acontecer), como a agricultura biológica não é exclusiva de unidades familiares; na verdade, a maior parte são de natureza capitalista.[4] Assim sendo, o que se entende por agricultura biológica? Genericamente, pode-se dizer que se trata de um modo de produção que visa conservar a saúde dos solos, dos ecossistemas e das pessoas, através de processos ecológicos, evitando o uso de insecticidas, herbicidas e fertilizantes químicos.[5]

2 QUERCUS – Glifosato: o herbicida que contamina Portugal.

3 DECRETO-LEI Nº 81/2021. Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República, 1ª Série – Nº 197, 11 de Outubro de 2021, p. 3

4 BAPTISTA, Fernando Oliveira – Agricultura familiar, agricultura biológica e desenvolvimento rural, in Pontes entre Agricultura Familiar e Agricultura Biológica. Iberografias nº 37, p. 129

5 Cf. GRILO, Catarina; LUÍS, Tiago – Agricultura biológica, outros modos de produção agrícola e a sustentabilidade ambiental. In Cultivar: Cadernos de Análise Prospectiva, nº 26, p.66





2 Exploração de agricultura familiar
3 Aplicação de agro-químicos

Em todo o caso, visto que os métodos de produção adoptados estão dependentes de questões económicas, a sua viabilidade provém, em última análise, da estrutura produtiva do agricultor, que, por seu turno, compreende vários factores circunstanciais como o solo, a água, a área de cultivo e o acesso a infra-estruturas adequadas.[6]

Por estas razões, não devemos generalizar ou simplificar os termos do debate sobre a agricultura biológica quando o que está em causa, na maioria das vezes, é a falta de meios de produção. Realmente, não é expectável que uma família de agricultores reforme a sua metodologia de trabalho se os proventos obtidos não igualarem, no mínimo, as despesas.

Para lá da economia, é preciso ter em mente outros factores que condicionam a práctica da agricultura biológica. Um deles é o risco fitossanitário, imposto por novos agentes patogénicos e formas de vida parasitárias, que tem vindo a crescer com a vulgarização da agricultura industrial; como é sabido, o uso indiscriminado de pesticidas pode contribuir para uma maior resistência das espécies nocivas aos produtos vegetais.[7] Um segundo aspecto concerne a falta de conhecimento sobre as antigas formas de cultivo, que foram progressivamente substituídas por conceitos técnicos mais relacionados com o modelo de produção químico-mecânico.[8]

Mediante estas condicionantes, o crescente interesse na "sustentabilidade" não é, por si mesmo, suficiente para viabilizar as unidades familiares que adoptem um modo de produção biológico. A despeito do voluntarismo de alguns jovens agricultores, se as condições edafoclimáticas não forem previamente estudadas, corre-se o risco do trabalho não ser viável a longo prazo. E note-se que o estudo do local, apesar de necessário, representa um custo de contexto que, logo à partida, muitas famílias não têm possibilidade para saldar.[9]

6 BAPTISTA, Fernando Oliveira – Op. cit., p. 129-130

7 MANCUSO, Stefano – A Revolução das Plantas, p. 59-60

8 BAPTISTA, Fernando Oliveira – Op. cit., p. 130

9 Cf. RODRIGUES, Victor – Custos de contexto na agricultura familiar: origens e algumas soluções. In Cultivar: Cadernos de Análise e Prospectiva, nº 27, p. 40

Toda esta problemática levanta várias questões. Em que quadro pode a agricultura familiar estar associada à produção biológica? Qual seria o conjunto de acções a adoptar? Como pode a agricultura contribuir para a formação de novas dinâmicas de proximidade capazes de estimular os territórios negligenciados? Acredita-se que a transição para um modo de produção biológico depende de vários factores que só poderão ser atendidos através de uma perspectiva integrada de desenvolvimento territorial.[10] Na sequência disto, convém lembrar que, em 2018, o estado português estabeleceu o Estatuto de Agricultor Familiar, que tem como principais objectivos: «promover uma agricultura sustentável, valorizar a produção local, melhorar os respectivos circuitos de comercialização e contrariar a desertificação do interior do país»[11]. Nada obstante a importância destes objectivos, não deixa de ser paradoxal que, em muitas regiões do interior, estejam a ser desmantelados serviços essenciais, nomeadamente escolas e extensões de saúde.[12] Por outro lado, não podemos prever a evolução de pequenas localidades se as estruturas de comercialização não atenderem, desde logo, à realidade produtiva das diferentes regiões do território português.[13] É preciso ter em atenção que os instrumentos de ordenamento não são, por si só, factores de desenvolvimento. Isto porque o desenvolvimento de um território não se decreta, pelo contrário, ele está sujeito a inúmeras variáveis que nem sempre são controladas por quem traça o plano.[14]

Apesar dos objectivos traçados por vários instrumentos de gestão, como o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), as políticas sectoriais que vingaram ao longo do século passado, deixaram uma marca tão grave no nosso país que torna difícil qualquer esforço de planeamento. De facto, temos de reconhecer que existem limiares críticos que há muito foram

10 FERRÃO, João – Despovoamento em Áreas rurais: entre a inevitabilidade e a capacidade de transformação. In Cultivar: Cadernos de Análise e Prospectiva, nº 11, p. 19

11 DECRETO-LEI Nº 64/2018. Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República, 1ª Série – Nº 151, 7 de Agosto de 2018, p. 3946 - 3947

12 BAPTISTA, Fernando Oliveira – Op. cit., p. 133

13 GEUDES, José Sousa – PROVE – Promover e Vender in Pontes entre Agricultura Familiar e Agricultura Biológica. Iberografias nº 37, p. 44

14 NUNES, José – Instrumentos de gestão do território na administração local in Cultivar: Cadernos de Análise e Prospectiva nº 11, p. 80

ultrapassados e, de certa maneira, são irreversíveis.[15] Por exemplo, o crescimento das grandes superfícies monoculturais levou à destruição de muitos elementos paisagísticos essenciais à biodiversidade, tais como: terras em pousio, sebes, árvores não produtivas, muros, socalcos e charcos.[16] Infelizmente, talvez já não haja alternativa para muitas das coisas que foram feitas, mas isso não significa que devamos comprometer o que ainda se pode fazer. É necessário criar inter-relações entre a ecologia, a sociedade e a economia que permitam novas formas de habitar o país. Algumas regiões poderão ser demograficamente densas, outras com escassa ocupação humana, mas todas devem ter ecossistemas saudáveis e adaptados às novas condições ambientais.[17]

Medidas de Operacionalização

Conclui-se, portanto, que a resposta deve ser fundamentada num modelo de produção e distribuição mais eficiente e com menor impacto ambiental, ou seja, um sistema agro-alimentar de proximidade baseado, sobretudo, na agricultura biológica. Consequentemente, vale a pena mencionar quais são os seus principais benefícios. Primeiramente, uma vez que se dispensam intermediários, a venda directa de alimentos adequados às condições ambientais de cada região possibilita a fixação de preços mais justos para o consumidor e para o produtor. Pode até contribuir para um menor desperdício alimentar e energético já que não há necessidade de grandes transportações, e a produção, qualquer que seja, desenvolver-se-á conforme a procura. Por seu turno, o contacto directo com as explorações agrárias pode incitar a um maior reconhecimento do trabalho agrícola por parte da população local, ao mesmo tempo que promove a aquisição de alimentos com elevada qualidade nutricional.[18]

15 CARMO, Fernanda (coord.) – PNPOT: Estratégia Territorial e Modelo, Lisboa, Direcção Geral do Território, p. 51

16 Cf. ROSA, Humberto – A agricultura sustentável no contexto do Pacto Ecológico Europeu. In Cultivar: Cadernos de Análise e Prospectiva, nº26, p. 15-16

17 Ferrão, João – Op. cit., loc. cit.

18 GEUDES, José Sousa – Op. cit., loc. cit.

É de referir que um modelo de proximidade não visa, de todo, competir com as grandes plataformas de distribuição; isso seria impossível. O que se defende, na verdade, é a inclusão de um sistema complementar que responda às problemáticas indicadas por produtores e consumidores. Ora, para que um sistema de proximidade seja viável a longo prazo, é indispensável um conjunto de acções decorrentes do diálogo entre as várias entidades da cadeia de valor e profissionais de diversas áreas científicas. De facto, se admitirmos que a gradual aproximação da agricultura familiar à agricultura biológica é uma forma de desenvolvimento inclusivo, todas as medidas de operacionalização devem ter como base a resolução de problemas sociais; afinal, não se mudam sistemas sem antes mudar pessoas. Contudo, não se dispensa a análise dos condicionalismos técnicos e económicos, pois, quaisquer que sejam as diligências, elas devem ser o reflexo de uma estratégia política exequível.

Com isto em mente, no ano de 2020, um grupo de investigadores portugueses pretendeu facilitar a relação entre a agricultura familiar e a agricultura biológica. Para isso, delineou-se uma proposta de trabalho com o objectivo de construir e validar princípios de orientação, estabelecer prioridades regionais e compreender as dificuldades inerentes ao modo de produção biológico.[19] Assim, a partir de uma entrevista a dois grupos focais, sistematizaram-se algumas recomendações. De entre elas destacam-se, em primeiro lugar, a composição de grupos de proximidade entre produtores e consumidores com garantia de compra e venda; em segundo, a criação de centros de experimentação, com o propósito de estimular o conhecimento de técnicas de produção biológica, atentando às condições locais; por último, com o intuito de incentivar a partilha de saberes práticos, recomendou-se a organização de grupos de trabalho multidisciplinares.[20]

Não pretendendo, de nenhum modo, minorar o contributo das restantes recomendações, interessa evidenciar a grande utilidade dos centros de experimentação agrícola, principalmente se estiverem associados a projectos de aconselhamento técnico como o Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal

19 AGUIAR, Ana, et al. – Pontes entre a agricultura familiar e agricultura biológica: recomendações a partir de dinâmicas de auscultação participadas. In Pontes entre Agricultura Familiar e Agricultura Biológica. Iberografias nº 37, p. 225-226

20 Ibid., p. 227

(SAAF). Numa escala regional, ou mesmo local, as vantagens são consideráveis: rastrear e monitorizar as explorações agrárias através de programas de investigação independentes; incentivar a cooperação entre produtores e outros membros da cadeia de valor; apoiar os agricultores no processo de venda; elaborar um guia de boas prácticas para segurança alimentar; e sensibilizar a população para o benefícios da produção biológica. Da mesma forma, estes centros podem ser abertos à comunidade, promovendo não só a visita de escolas dos mais diversos níveis ensino, mas também o acesso a cursos de formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) no âmbito da agricultura biológica.[21]

Findo isto, que postura deve o arquitecto adoptar perante esta problemática? Como pode a arquitectura contribuir para o sucesso destas iniciativas? E o que fazer quando tudo parece indicar que o valor da nossa profissão está limitado à produção de riqueza no mercado imobiliário?[22] A resposta a todas estas perguntas não se adivinha fácil, mas talvez por isso é que devemos virar a nossa atenção (nem que seja por instantes) para a forma como os problemas são enquadrados, em lugar de como são resolvidos. Importa, pois, repensar o móbil das nossas acções, isto é, as nossas necessidades. E como escreveu Álvaro Siza, a necessidade «pode ser larga, universal; ou pode nascer da *resistência*, do desejo de (sobre)viver – o mais universal dos desejos.»[23]

21 Cf. BOTELHO, Goreti, et al. – Agricultura biológica: desafios e respostas da investigação científica. In Cultivar: Cadernos de Análise e Prospectiva, nº 26, p. 23

22 Cf. BOANO, Camillo; PERUCICH, Francisco – Half-happy architecture. In Viceversa nº 4, p. 62

23 SIZA, Álvaro – 01 Textos, p. 81



4 Leonardo da Vinci, Estudo de um homem a soprar uma trombeta no ouvido de outro, 1480-1482

Resistir à Actualidade

«Que um homem oponha resistência a toda a sua época, que a faça deter à sua porta e lhe peça contas, isso tem, necessariamente, de exercer influência!»[24]

Existe um constructo aristotélico que visa dar conta da hipótese de movimento. Desenvolve-se mediante dois conceitos complementares *dynamis* e *energeia*, traduzidos para o latim como *potentia* e *actualitas*. O primeiro termo pode ser entendido como o estado de algo que ainda não foi realizado, enquanto o segundo expressa a condição daquilo que está em acto. Para melhor ilustrar este binómio, veja-se o exemplo dado por Josep Maria Esquirol: «O florescimento da árvore na Primavera não manifesta nem o aparecimento de algo que não era de nenhum modo (do nada, nada sai) nem tampouco o aparecimento de algo que estava escondido; manifesta algo que era, mas de outro modo: em potência.»[25] Ao expor o argumento desta forma, apercebemo-nos, por um lado, do carácter ordenador da potência e, por outro, da verdadeira essência da actualidade, não como o resultado de uma acção, mas a própria acção. A ideia de movimento (ou progresso) encerra simultaneamente uma dimensão potencial e actual. Dando continuidade ao exemplo anterior, a floração de uma árvore precede o desenvolvimento de frutos. Assim, o conceito de potência está inevitavelmente subordinado à actualidade, o seu domínio restringe o movimento e, por extensão, o tempo.

24 NIETZCHE, Friedrich – A Gaia Ciência, p. 159
25 ESQUIROL, Josep Maria – Resistência Íntima, p. 103

Nos dias que correm, a crença num futuro libertador *high-tech* até pode ser capaz de sanar as nossas inquietações. No entanto, é preciso ter em atenção que, na maioria dos casos, este tipo de perspectiva, mais do que um processo de maturação e desenvolvimento de uma ideia, é a antecipação de uma resposta.[26] Será que podemos mesmo afirmar, a priori, que uma qualquer tecnologia, em vez de um recurso, é a solução para os problemas vindouros? É que, se limitarmos o futuro com previsões, o conceito de potência perde o seu significado, tudo é actual, inclusive o amanhã. Com efeito, a actualidade já não alude ao presente, antes ela é a antecipação de um futuro sempre imediato, que mais não faz do que incitar a pressa quotidiana. A cada instante, torna-se urgente conhecer (e consumir) aquilo que se faz de novo, de tal modo que a notícia deixou de ser um meio para ser a configuração da actualidade. A informação do mundo é, hoje, o mundo feito informação; pouco importa a relevância, a comoção basta.[27] Quiçá por isso é que existem tantos especialistas e comentadores, por já não haver espaço para incertezas, nem tempo para perguntas, o mundo cobriu-se de sentido.

Por outro lado, nunca o debate público foi tão polarizado. Claro, há que reconhecer que, em todas as épocas, escritores, políticos e publicistas recorrem a uma linguagem valorativa para fins de persuasão. Porém, nos dias de hoje, termos como "inteligente", "sustentável" e "económico" têm vindo a substituir opostos éticos e ideológicos. Esta tendência para objectivar o discurso serve frequentemente para esconder uma falta de vontade em debater ideias antagónicas sem o recurso a palavras

26 Ibid., p. 104
27 Ibid., p. 105

consensuais.[28] E esta mesma disposição pode ser observada no discurso arquitectónico. Por tudo isto, se pretendemos que a arquitectura contribua verdadeiramente para o bem comum, é necessário resistir à actualidade. Mas atente-se que não é por a resistência ser uma acto de reacção que ela é necessariamente reaccionária; aliás, ela até pode bem ser passiva. Segundo, Étienne de La Boétie: «Não é preciso que o país faça coisa alguma em favor de si próprio, basta que nada faça contra si próprio.»[29] Ora, face ao actual influxo de informação, a dificuldade reside, precisamente, em saber o que nos é ou não favorável.

Daqui se conclui que qualquer esforço de resistência deve ser baseado na dúvida. É sempre importante questionar, nem que seja para entender, como escreveu José Saramago, que certas perguntas são feitas para tornar explícita a ausência de resposta.[30] Ainda assim, a incerteza não pode ser gratuita; deve-se olhar para ver. Descobrir algo para logo de seguida perdê-lo de vista, continuando à procura de novidades, de nada serve senão para tranquilizar uma contínua fuga para a frente.[31] Por esse motivo, a dúvida deve ser acompanhada pela memória. Não se trata, evidentemente, de evocar um passado romântico, mas sim de aprender com aquilo que já foi feito; afinal, a resistência à actualidade começa quando se olha para trás.

28 SANDEL, Michael J. – A Tirania do Mérito: O que aconteceu ao bem comum?, p. 110
29 La BOÉTIE, Etiénne – Discurso Sobre a Servidão Voluntária, p. 22
30 SARAMAGO, José – O Ano da Morte de Ricardo Reis, p. 58
31 ESQUIROL, Josep Maria – Op. cit., p. 57

2. PATRIMÓNIO VERNÁCULO

A casa é um dos elementos mais relevantes da humanização da paisagem. Ela reflecte, com singular clareza, as principais condicionantes da população que a constrói. Mais do que um espaço físico, é um espaço vivenciado que nos faz sentir as necessidades de quem a habita. Ela é assim um produto do homem e, como tal, deve ser no seu estudo que devemos procurar a sua razão de ser.[32]

No entanto, a casa, à semelhança do homem, pode sofrer transformações mais ou menos intensas com o passar do tempo, a sua identidade, tal como a nossa, encontra-se sujeita a processos de contínua mudança. A categorização é, portanto, sempre ambivalente.[33] Apesar disso, não podemos abdicar da nossa luta por significado. Enquanto arquitectos, temos o dever de procurar e preservar os valores que melhor expressam a relação do homem com o seu meio. Por fazerem parte da nossa cultura, não podemos tolerar a sua destruição sob pena de nos destruirmos a nós próprios. O que está em causa não é a perpetuação de tradições obsoletas, mas a revalorização e adaptação funcional de recursos arquitectónicos, sejam eles de carácter erudito ou popular. E estes dois conceitos não são antagónicos, pelo contrário, são recíprocos. Eles sustentam-se um ao outro num diálogo contínuo, ainda que, por vezes, dissonante.

Considerando a grande variedade de expressões populares decorrente do uso de novos materiais construtivos, optar-se-á pelo termo vernáculo de maneira a tornar o discurso mais claro. Na sua génese, este refere-se àquilo que é "próprio de um país ou região", o que, admita-se, é uma definição muito pouco objectiva. Todavia, quando aliado à arquitectura, serve para designar aquela que faz uso de materiais locais, técnicas artesanais e um saber empírico popular; aquela que, apesar de tudo, não resultou dos desígnios de um arquitecto.

32 OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando – Arquitectura Tradicional Portuguesa, p. 14

33 FORTUNA, Carlos – Destradicionalização e Imagem da Cidade. In FORTUNA, Carlos (org.) – Cidade, Cultura e Globalização, p.232



5 Artur Pastor, A caminho da igreja, da série " Minho", 1950-1960.

Porém, de que se fala, quando se fala de arquitectura sem arquitectos? Quem serão os seus autores? Serão o tempo, a necessidade, o saber acumulado de gerações, que, pouco a pouco, fazem erguer aquilo que não podia ser de outro modo? Ou serão os homens, que, perseguindo uma finalidade estranha à matéria, partem, recortam e reúnem, detêm-se e avaliam e, quando por fim se afastam da obra, algo lhes diz que está acabada?[34] Como é frequente acontecer em arquitectura, a resposta não se encontra nos extremos. Se por um lado, a construção vernácula é fruto de um espírito pragmático decorrente da escassez de meios, por outro, ela nasce de uma vontade criativa natural ao homem: a procura do belo. Ao misturar inextricavelmente a *necessidade* e o *artifício*,[35] ela oferece-nos uma importante lição: na boa arquitectura, tal como na natureza, nada está em falta e nada é supérfluo. Por essa razão, não é possível separá-la das pessoas, dos seus modos de vida, dos seus hábitos de trabalho, das suas crenças e dos seus costumes.

Tendo isto em consideração, não devemos interpretar o termo *vernáculo* como uma expressão meramente estética, pois ele compreende vários aspectos sociais que, presentemente, têm vindo a desaparecer. Decerto, o fim da arquitectura vernácula, na hipótese de representar uma melhoria nas condições de habitação, é também um indício desse movimento geral de indiferença que tão bem caracteriza a nossa época.[36] Infelizmente, esse sentimento não se supera, resiste-se. A fim de não cedermos a este brutal nivelamento, é necessário estudar o passado e evocar as suas virtudes, não obstante os seus inúmeros vícios.

34 Cf. VALÉRY, Paul – Eupalino ou O Arquitecto, p.68

35 Cf. Ibid., p. 85

36 OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando – Op. cit., p. 374

«O passado é uma prisão de que poucos sabem livrar-se airosamente e produtivamente; vale muito, mas é necessário olhá-lo não em si próprio, mas em função de nós próprios.»[37]

37 TÁVORA, Fernando – O Problema da Casa Portuguesa in TRIGUEIROS, Luiz (ed.) – Fernando Távora, p. 13

Sobre o Passado

Que as manifestações do passado só sejam inteligíveis à luz do presente é um indício de que o agora se tornou num momento crítico da história, ponto em que o conhecimento de uma época anterior se desvela na relação entre o passado e presente de quem a analisa.[38] Melhor dizendo, visto que a associação de ideias e valores consiste numa operação mental que só pode ser efectuada quando consideramos uma parte relativamente a outra e não quando consideramos o todo, o sentido que atribuímos ao passado será sempre efémero e subjectivo.[39] Como exemplo, veja-se que, na impossibilidade de apreender toda a complexidade de um problema, o ensaio projectual, seja ele teórico ou prático, é inevitavelmente selectivo naquilo que decide recordar. Se assim não fosse, tudo teria que ver com tudo.

Na sequência desta aparente falta de objectividade, surge uma inquietante questão: qual será a relação entre a contemporaneidade e o acto rememorativo? A resposta não é de todo clara. Diante da incerteza, muitos idealizam estratégias românticas na tentativa de reviver uma certa "idade de ouro", enquanto outros, motivados pelos avanços tecnológicos, elaboram utopias futuristas.[40] No primeiro caso, a nostalgia é entendida como a superação do presente: porquanto «a vida só tem conteúdo no seio da violação do tempo», age-se

38 MOLDER, Maria Filomena – O Ponto Crítico da Imagem do Passado. In PIWOWARSKA, Barbara (ed.) – Footnote 14: Angel of History, p.111

39 SONTAG, Susan – Contra a Interpretação e outros ensaios, p. 47

40 FEATHERSTONE, Mike – Culturas Globais e Culturas Locais. In FORTUNA, Carlos – Op. Cit., p. 92



6 Giorgione, As três idades do homem, 1500-1501

retroactivamente.[41] No segundo, reconhece-se que a memória é volátil, e, por conseguinte, a actualidade é vista como a antecipação do futuro. Contudo, pode-se argumentar que estas duas perspectivas nascem de um pequeno equívoco. Na verdade, passado, presente e futuro são apenas representações incertas de uma mesma realidade, constante na sua essência. Essa realidade não só deriva da nossa experiência como é a própria *experiência*.[42]

Posto isto, a história, em arquitectura, não retrata uma fragmentação de "estilos", muito menos uma amaneirada procura de novidades. Ela deve ser entendida como um reflexo da nossa *experiência*, cuja alma, a despeito das variáveis circunstâncias, é sempre a mesma. Assim, quando estudamos o passado, é por demais evidente que nos devemos concentrar nos princípios que melhor traduzem essa imutabilidade.

Quanto à arquitectura vernácula, é óbvio que não podemos sustentar, em plenitude, o seu contexto; afinal, ela nasceu da indigência popular. No entanto, isto não quer dizer que a "cultura de pobre" seja necessariamente pobre, longe disso, a sua tradição construtiva sobreeleva os vários condicionalismos que lhe deram origem. Por isso, de modo a não desprezar, nem tão-pouco idealizar esta arquitectura, vale a pena compreender de que forma ela se adequava aos costumes da população.

41 CIORAN, Emil – Breviário da Decomposição, p. 43-44
42 Cf. Ibid., p. 69





7 Casa de Lavoura em Gondoriz, Arcos de Valdevez
8 Casa de Lavoura na Gavieira, Arcos de Valdevez

A Casa de Lavoura

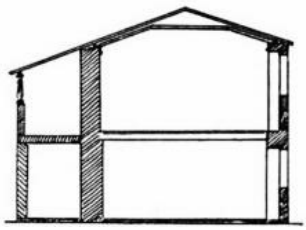
É certo que a desconstrução de um vocábulo peca sempre por ser redutora, mas, para efeitos de argumentação, há que reconhecer, ela é bastante útil. Desta forma, considerar-se-á que os fundamentos da arquitectura vernácula podem ser elencados pelo binómio *necessidade-artifício*. O primeiro termo retrata os factores estranhos à vontade humana, ou seja, aqueles que um só individuo não consegue controlar. A título de exemplo, releva-se a sua condição fisiológica, social e económica. O segundo diz respeito aos aspectos técnicos e artísticos, sejam eles culturais ou pessoais. De um modo geral, poder-se-á então dizer que a *necessidade* serve para expressar o meio e o *artifício* adequa-se a expressar o homem.[43] Obviamente, não convém julgar estas expressões como inflexíveis porque, verdade seja dita, elas sobrepõem-se o mais das vezes. Ainda assim, tendo em conta a qualidade inventiva da arquitectura vernácula, não seria justo particularizar a raiz dos seus vários princípios numa única linha de pensamento.

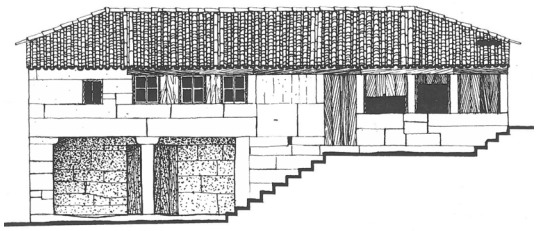
Da Necessidade

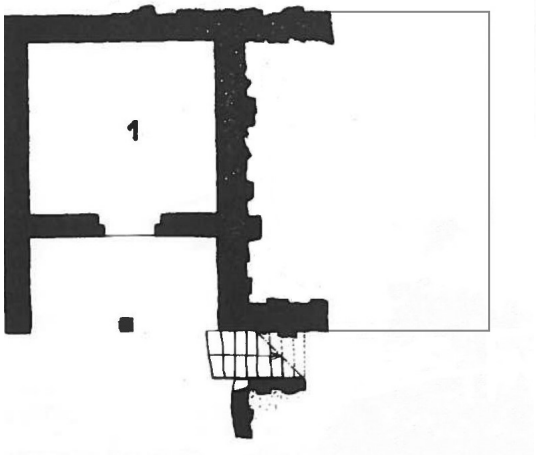
Introdutoriamente, convém recordar que a ideia de casa ultrapassava a simples noção de família. Ao unir intimamente o homem ao labor, ela era o centro da vida e, tal como a terra, devia ser transmitida às gerações futuras na sua integridade. Realmente, já que o próprio lar compreendia um intrincado conjunto de terrenos, construções, animais e pessoas, o domínio familiar era indissociável do económico.[44] Na região do Baixo Lima, a casa era usualmente constituída por um piso térreo, que albergava os currais e a loja, e um primeiro piso, reservado à habitação. É oportuno mencionar que este esquema organizativo possuía diversas vantagens. Primeiramente, ao reunir o gado no rés-do-chão, aquecia-se a residência. Depois, não se obstruíam as terras de cultura com novos anexos. Por último, economizavam-se materiais construtivos, nomeadamente: o granito e as argamassas à base de argila, empregues nas paredes de alvenaria; e a telha, aplicada no revestimento da cobertura.

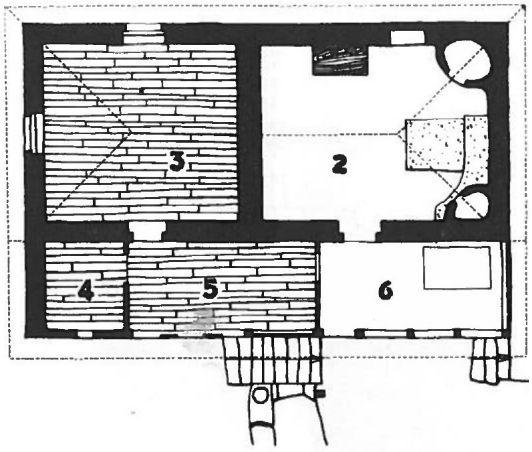
43 OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando – Op. cit., p. 14-15

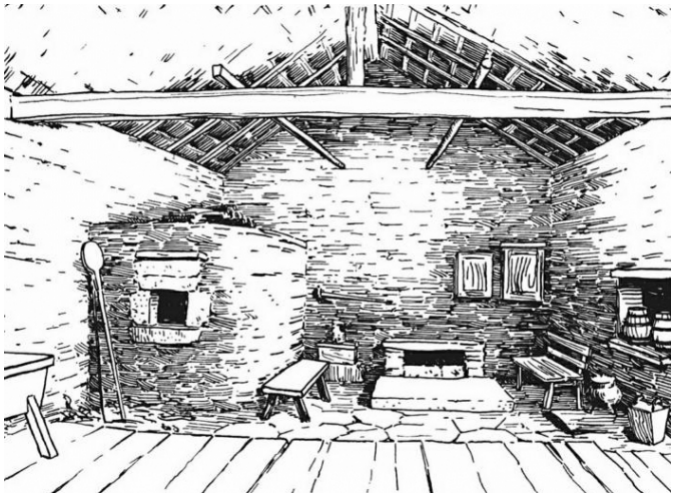
44 CABRAL, João de Pina – Filhos de Adão e Filhas de Eva: a visão do mundo camponesa no Alto Minho, p. 65-66

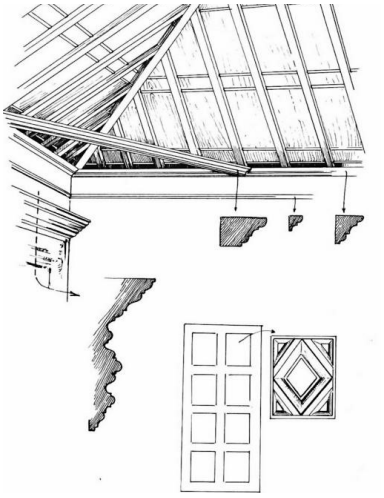












9 Corte transversal
10 Alçado de uma casa de lavaoura, Barcelos
11 Planta do piso térreo | 1-Loja
12 Planta do 1º piso | 2-Cozinha/3-Sala/ 4-Quarto/5-Varanda/6-Varanda do tear
13 Fernando Galhano, Desenho de uma cozinha em Alvre, Paredes
14 Fernando Galhano, Pormenores de uma sala em Aldoar, Porto

A organização do primeiro piso raramente era uniforme, embora fosse composto, na maioria dos casos, por cozinha, sala, varanda e várias alcovas. A cozinha consistia no cerne sagrado da casa e o seu mais precioso elemento era a lareira, espelho do lar.[45] O simbolismo era quase mítico. Aliás, o significado da palavra fogo não é fortuito, ele deriva da qualidade afectiva deste espaço.[46] Com efeito, este era o local onde se cozinhava, onde se comia e onde a família se reunia após o trabalho. Habitualmente, sentavam-se em pequenos bancos ou então, durante os meses de Inverno, acomodavam-se no escabelo, ao pé da lareira. Todavia, apesar da sua importância, esta divisão podia ser bastante singela, até mesmo sombria. De facto, não só entrava pouca luz como as paredes estavam cobertas de fuligem; em consequência da falta de chaminé, o fumo era escoado pelas fendas do telhado ou, em alternativa, por pequenas aberturas rematadas com telhas dispostas ao alto.[47] Por seu turno, a sala era excluída das actividades diárias. O seu uso limitava-se a um pequeno número de solenidades, tais como a visita pascal, a velada fúnebre e alguns acontecimentos festivos. Uma vez que a natureza deste cómodo era sobretudo cerimonial, havia um cuidado acrescido na sua apresentação. A saber, o mobiliário de melhor qualidade era exposto na sala, as paredes eram rebocadas e o tecto, quando não era em forma de masseira, revestia-se com guarda-pó.[48] Em contrapartida, a varanda era a peça mais versátil da habitação. Tanto era um espaço distributivo, como servia de sala de refeições nos momentos celebratórios. Do mesmo modo, também podia ser utilizada na seca de cereais e, por essa razão, era geralmente construída ao longo da fachada mais ensolarada. Em algumas situações, era o próprio sequeiro que a sucedia.[49] Já as alcovas, de dimensões bastante reduzidas, destinavam-se apenas ao acto de repouso. À excepção do casal, estes compartimentos eram separados por género e, independentemente do número de pessoas, só havia uma cama por quarto; o colchão mais não era do que um saco de pano repleto de palha, que, todos os anos, era substituída na altura da Páscoa.

45 Ibid., p.42

46 Ibid., p. 66

47 OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando – Op. cit., p. 44

48 Ibid., p.40

49 ANTUNES, Alfredo da Mata, et al. – Arquitectura Popular em Portugal. Volume 1, p. 50

A par da casa, se o terreno permitisse, existiam vários anexos decorrentes das contingências locais. Ainda que as suas características fossem tão variadas ao ponto de impossibilitar qualquer tipo de particularização, não deixa de ser importante referir que este tipo de dependência, em regra, era construído nas zonas mais acidentadas para não impedir o cultivo das terras mais férteis. A organização das propriedades agrícolas dependia também da conveniente manipulação dos recursos naturais. As leiras, as vinhas, os pomares e os olivais hierarquizavam todo o espaço exterior, que, amiúde, era pontuado por represas ou tanques de água.

Do Artifício

Apesar da escassez de meios, o engenho popular era perfeitamente capaz de atender às imposições da vida campesina. Noutras circunstâncias, seria até razoável afirmar que diferentes necessidades exigiam diferentes soluções, mas, no que respeita a arquitectura vernácula, isso não é forçosamente verdade. E com certeza não podemos alegar que tal se deva simplesmente às especificidades do trabalho agrícola. O facto de diversas gerações habitarem a mesma casa ao longo de vários séculos, sem embargo de algumas intervenções, é indício de uma deliberada versatilidade. Note-se que a habitação era organizada de forma a possibilitar uma movimentação espontânea. Quer isto dizer que as principais dependências estavam usualmente ligadas entre si, posto que não se designavam espaços exclusivos à circulação; como já se referiu anteriormente, era normal um cómodo suster vários fins.

Para lá das questões espaciais, as casas de lavoura eram singulares na sua lógica construtiva. Os materiais empregues provinham sempre de fontes locais e eram constantemente reutilizados. O granito, por exemplo, visto ser uma substância de difícil extracção, era muitas vezes obtido em ruínas. A despeito das dificuldades inerentes ao ofício de pedreiro, conseguiam-se executar pormenores bastante elaborados. Prova disso são as namoradeiras de dupla espiral, os nichos decorativos e os pequenos altares que ocasionalmente ornavam a sala.[50] Por outro lado, a madeira, por ser um material leve e flexível, possibilitava soluções

50 Cf. OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando – Op. Cit., p. 40 e p. 46-47

bastante imaginativas. Era o caso das empanadas, que comumente resguardavam os sequeiros. Estas portadas de madeira eram fixas ao frechal e tanto podiam ser projectadas para o dentro, como para fora. Nos dias de chuva, rebatiam-se para o exterior, com intuito de proteger os cereais dispostos na eira. Nos dias de sol, rebatiam-se para dentro, facilitando o processo de seca. Destacam-se também as arcaicas portas pivot, que prescindiam de qualquer dobradiça.

Além destes pontos, a longevidade das edificações não era assegurada tão-somente pelo primor da construção. Na verdade, devido à falta de meios, nem sempre vingava a qualidade construtiva. Exemplificando, em algumas obras de alvenaria, os elementos resistentes podiam ser de dimensões muito reduzidas e, à custa disso, o seu arranjo era vulgarmente irregular.[51] Ademais, não era raro que as paredes fossem mal travadas: na abertura de vãos, as ombreiras podiam ser formadas por uma única peça de granito disposta ao alto, que não estava devidamente fixa aos nembos. Em todo o caso, estes pecadilhos eram prontamente mitigados por um trabalho contínuo de manutenção: todos os anos, na época pascal, as casas eram caiadas para proteger a pedra das forças erosivas e prevenir a eclosão de fungos e líquenes. Pelas mesmas razões se coloriam as caixilharias exteriores e o madeiramento da cobertura. É óbvio que este ritual não derivava apenas de razões funcionais; afinal, a pintura é uma forma de adorno. Veja-se que, nas habitações, era costume realçar o embasamento e as modinaturas dos vãos exteriores. Por vezes, até se chegava a desenhar pilastras e cunhais, mimetizando a sua estereotomia. No interior, era habitual colorir os trabalhos de carpintaria aparente: rodapés, roda-tectos, alizares, guarda-cadeiras, entre outros elementos. Em parte devido ao limitado número de pigmentos disponíveis, as cores utilizadas eram excepcionalmente vibrantes. As mais notórias eram o vermelho, o azul, o amarelo, o verde e o roxo.

51 Cf. ARÊDE, António; PAUPÉRIO, Esmeralda; ROMÃO, Xavier (ed.) – Perpetuar Memórias da Construção, p.118



15 Panorama sobre Sistelo

Paisagens Produtivas

De maneira a lograr uma melhor reflexão sobre o ordenamento das antigas paisagens produtivas, convém, antes de tudo, perceber o que se entende por paisagem. Uma vez que é objecto de uma miríade de interpretações, é seguro diagnosticar que este vocábulo padece de uma inquietante polissemia; tanto serve para retratar um ponto de vista pictórico, como se adequa a expressar concepções científicas e socioculturais de um dado território. De qualquer modo, como não é o objectivo deste trabalho discorrer sobre os seus vários sentidos, o conceito de paisagem aqui adoptado reger-se-á pelos escritos do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles:

«A interpretação visual de um trecho é sempre completada no entendimento humano por uma série complexa de pressupostos complementares. Na árvore adivinha-se sempre o seu sistema radicular. No prado sente-se, sob ele, a vivificante humidade do solo. Por outro lado, paisagem não poderá ser apenas o espaço que a vista humana alcança, terá também de englobar todos aqueles espaços em que existe estreita dependência entre os seus constituintes.»[52]

Assim, acredita-se que paisagem, longe de ser uma realidade estática e objectiva, é uma forma de designar a complexa relação entre as dinâmicas espaciais, socioculturais e biofísicas de um dado território. No caso das antigas paisagens minhotas, o seu estado mais complexo era composto por quatro sistemas estruturais interdependentes: a *bouça*, onde se medrava o mato para as forragens, era amiúde usada para o pastoreio e para a produção de madeira; a *encosta*, frequentemente disposta em socalcos ou terraços nas terras mais férteis, era utilizada para cultivo; a *veiga*, muitas vezes compartimentada com vinha, destinava-se à cultura de milho, centeio e trigo; na *bouça de brejo*, junto aos cursos de água onde abunda a vegetação ripícola, pastava-se o gado e rachava-se a lenha. Esta estrutura zonada era, por vezes, intercalada com hortas, pomares, olivais, soutos e quintas muradas que enriqueciam o mosaico produtivo.[53]

52 TELLES, Gonçalo Ribeiro – Textos Escolhidos, p. 19

53 Ibid., p. 95-96

Comummente, nestes sistemas agro-florestais, as árvores crescem em conjunto com as plantações agrícolas, pastagens e gado. Esta combinação pode ser considerada no tempo, atendendo à rotação de culturas, ou no espaço, com desenvolvimento de vários componentes na mesma parcela de terreno.[54] Independentemente, a sua importância ambiental é notória. Em primeiro, devido à diversidade de espécies vegetais, contribuem para a manutenção da fertilidade do solo através da reciclagem de nutrientes e fixação de carbono.[55] Além disso, visto que melhoram a sua capacidade de retenção de água e promovem, mediante a criação de clareiras, a descontinuidade da mancha arbórea florestal, podem mitigar a intensidade dos incêndios estivais.[56] Por fim, a presença de árvores nas terras de cultura, além de favorecer o aumento da biodiversidade, o que ajuda no combate a pragas, pode minorar os efeitos ambientais adversos por meio de alterações microclimáticas decorrentes da intercepção de ventos e diminuição da evaporação.[57]

Revalorização

As práticas agrícolas actuais em nada contribuem para o bom ordenamento do território português. Com efeito, as antigas comunidades produtivas, na impossibilidade de competir com as grandes explorações vão sendo abandonadas e, posteriormente, transformadas em cenários estetizantes baseados no consumo turístico.[58] Por outro lado, as monoculturas extensivas da floresta industrial, a agro-química e a mecanização intensiva concorrem para a contínua degradação dos solos e a subsequente quebra de equilíbrios biológicos essenciais ao homem e a todos os ecossistemas que ele integra.[59] Com o exclusivo enfoque no crescimento económico, procura-se que a terra, à semelhança de uma qualquer indústria, responda apenas à máxima produção de bens no mais curto intervalo de tempo.[60]

54 OLIVEIRA, Flávio et al. – Origem, Distribuição e Funções dos Sistemas Agro-florestais. In Pastagens & Forragens vol.28, p. 94
55 Ibid., p. 104-105
56 Ibid., p. 110
57 MARTSCHOKE, Marcel; NIEHUSS, Jens – Dürre in Europa: Die Katastrophe ist hausgemacht [Documentário]
58 O' CONNOR, Justin; WYNNE, Derek – Das Margens para o Centro. In FORTUNA, Carlos (org.) – Op. cit., p. 190
59 TELLES, Gonçalo Ribeiro – Op. cit., p. 95
60 Ibid., p. 94

Face à perspectiva catastrófica que se avizinha, é necessário ter em conta a manipulação racional dos sistemas ecológicos que garantem a capacidade de renovação dos recursos naturais; é forçoso repensar o actual modelo de desenvolvimento agrário. Certamente, este terá de dar lugar a um novo, movido por outras motivações e outros preceitos, que impõem a justa utilização de todo o potencial agrícola do país e a correcta adaptação às condicionantes locais.[61] Com isto em vista, a reabilitação das antigas matrizes de lavradio pode oferecer vários benefícios sociais e ambientais. Por exemplo, ao reconhecer as capacidades produtivas das diferentes regiões do nosso território, podemos minimizar os prejuízos causados pelos cenários climáticos cada vez mais danosos. De igual modo, a valorização de produtos e tradições locais pode contribuir para o crescimento de algumas povoações em risco de abandono e para a conservação de práticas regenerativas associadas à agricultura.[62]

Nada obstante os seus argumentos, este discurso não tenciona, de todo, legitimar a musealização das antigas paisagens produtivas; tal seria impraticável. Aliás, sendo que o abandono das terras cultiváveis decorre essencialmente de problemas económicos e sociais, a estabilização dos meios de produção só agravaria o cenário actual.[63] Na verdade, o que se defende é a reintrodução de algumas lógicas de interdependência presentes nos sistemas agro-florestais que permitirão delinear estratégias mais abrangentes para o nosso país.

61 Ibid., p. 31

62 BENEDITO, Silvia – The Canary in the mine: Wildfires and Rural Communities in the Mediterranean Hinterland, p. 8-9

63 SANTOS, Henrique Pereira – Montados, soutos, bouças e outros in Cultivar: Cadernos de Análise e Prospectiva, nº 21, p. 24

II

aproximação

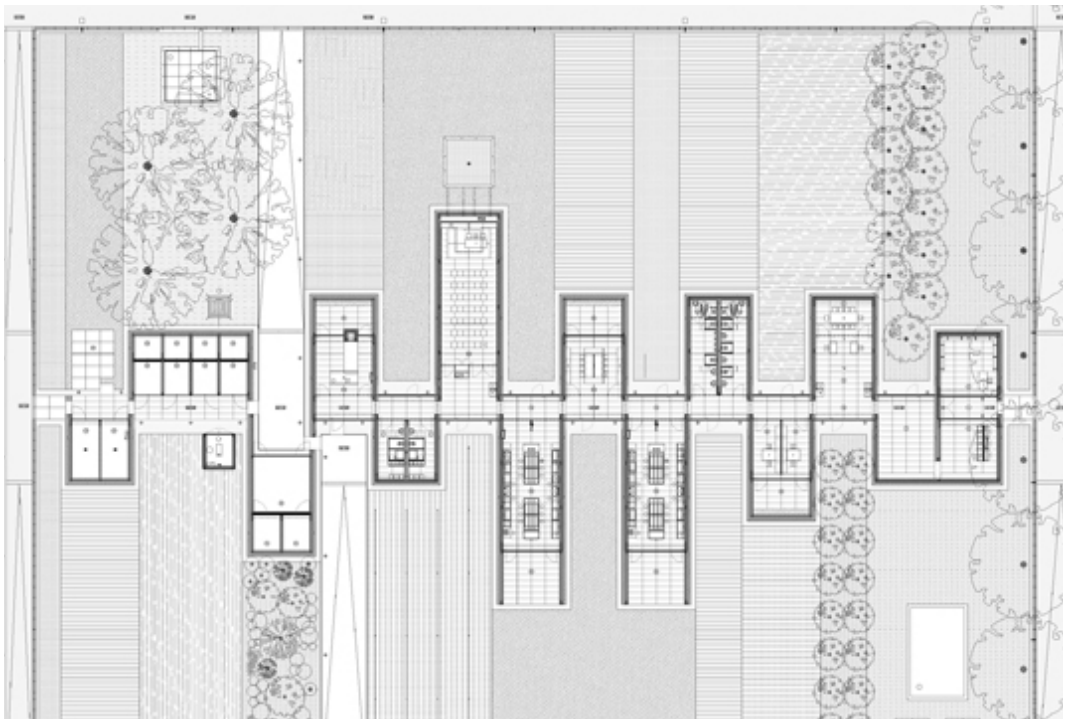
3. CONSTRUIR UM PROGRAMA

Tendo presente tudo o que foi dito, convém agora perguntar: como pode a arquitectura promover a revitalização das antigas paisagens produtivas? Como pode o arquitecto contribuir para a salvaguarda do património vernáculo sem recorrer a estratégias comerciais ligadas ao consumo turístico? E qual o papel da agricultura familiar em tudo isto?

Antes de mais, importa salientar que a qualidade da arquitectura (e, por extensão, o efeito que esta tem na sociedade) depende da qualidade do programa que visa replicar. Por conseguinte, se intendemos responder a estas perguntas adequadamente, precisamos de considerar o problema que lhes é contíguo: o ordenamento do território. Atente-se que o sucesso das políticas territoriais, como é o caso da revitalização das antigas paisagens produtivas, depende, em última análise, da cooperação entre entidades públicas e privadas. Por isso, a resposta, qualquer que seja, deve incluir não só acções de regulamentação, mas também incentivos à população geral; as pessoas têm de obter proveito do seu trabalho, têm de sentir que ele é valorizado pela sua comunidade e têm de dispor dos meios e do conhecimento para o desenvolver. Algo que nem sempre acontece aos trabalhadores agrícolas, mesmo que sejam calorosamente reputados de "jardineiros da paisagem".

Tendo isto em conta, a criação de estruturas de apoio à agricultura familiar pode ser uma possível solução para as questões levantadas. Visando promover o desenvolvimento local de base comunitária, o plano orientador destas instituições está assente em três categorias distintas: a prestação de apoio técnico; a simplificação dos processos de venda, privilegiando o consumo local; e o estabelecimento de sociedades cooperativas entre entidades públicas. No que respeita a arquitectura, estas indicações podem-se materializar em: pequenos espaços de atendimento ao público, com o propósito de esclarecer dúvidas ou resolver problemas de natureza burocrática; espaços de reunião e partilha de conhecimento como salas polivalentes e bibliotecas; laboratórios para monitorizar a qualidade dos solos cultivados; postos de venda que facilitem a compra de produtos alimentares de origem local; bancos





0 10 m

16 Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, fachada nascente
17 Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, planta

de sementes que promovam a conservação do património genético da região; e oficinas cooperativas que possibilitem a requisição de máquinas tractoras e outros equipamentos necessários tanto à agricultura como à silvicultura. Além do mais, é de realçar que muitos destes espaços se coadunam com antigas propriedades agrárias, pois, ainda que a suas funções não sejam de todo similares, as características da arquitectura vernácula atrás indicadas possibilitam uma apropriação congruente. Em vista disso, é sensato pensarmos que a reabilitação de edifícios existentes pode ser um exercício muito vantajoso.

Embora, não seja um caso completamente análogo à situação descrita, vale a pena mencionar um projecto representativo das intenções aqui declaradas: o Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, do arquitecto João Álvaro Rocha. A obra tem como principais objectivos sensibilizar a população para a preservação do meio ambiente e aproximar o público, em especial as crianças, do trabalho agrícola e do mundo animal. Este complexo é composto por áreas de cultivo e criação animal; um pomar; um forno para cozer pão; uma loja; dois laboratórios para realizar análises à água, ao solo e aos alimentos; uma pequena biblioteca e um auditório.[64]

Posto isto, com o intuito de questionar e pôr em prática um programa apoiado na matéria apresentada, desenvolveu-se um projecto para um centro de apoio à agricultura familiar, tendo como base a recuperação de uma antiga casa de família, situada em Vila Franca, concelho Viana do Castelo. No entanto, antes de abordar as problemáticas projectuais, deve-se estudar os diferentes condicionalismos do lugar a intervir, porque, como é sabido, um arquitecto não trabalha com o vazio.

64 Cf. TC Cuadernos, nº 114-115 – João Álvaro Rocha, Arquitectura 2002-2014

4. LUGAR, CIRCUNSTÂNCIA E CONTEXTO

Perante o vazio, «a expressão confunde-se com a realidade, torna-se tudo, torna-se uma hipótese do ser. Já não objectivação parcial, menor e não reveladora, mas parte integrante de nós mesmos. A partir daí não conta apenas a sensibilidade ou a inteligência, mas também o ser, todo o corpo, toda a nossa vida com o seu ritmo e as suas pulsações.»[65] No momento em que somos confrontados com um novo projecto, um sentimento de inquietude toca-nos a alma. Para o suportar, valemo-nos das nossas memórias, das nossas crenças e das nossas convicções. Porém, isto não significa que a arquitectura se reja apenas por vontades pessoais. Como escreveu Fernando Távora:

«(...) projectar, planear, desenhar não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem.»[66]

Não obstante a clareza desta afirmação, temos de nos perguntar: o que é exactamente a *circunstância*? O que é o *contexto*? Que suposições fazemos quando usamos estas palavras? E donde é que elas vêm? Confesse-se, o seu sentido é bem mais subjectivo e, por isso, mais complexo do que algumas opiniões fazem parecer. Ainda que possam ser sedutores, os discursos que favorecem um auto-evidente "espírito do lugar" pecam sempre pela ambiguidade. Sim, é verdade que existem questões concretas a ter em conta no decorrer de um projecto, mas há outras que, contrariamente, têm uma natureza fugaz, muito pouco objectiva.

65 CIORAN, Emil – Nos Cumes do Desespero, p.67

66 TÁVORA, Fernando – Da organização do Espaço, p.74

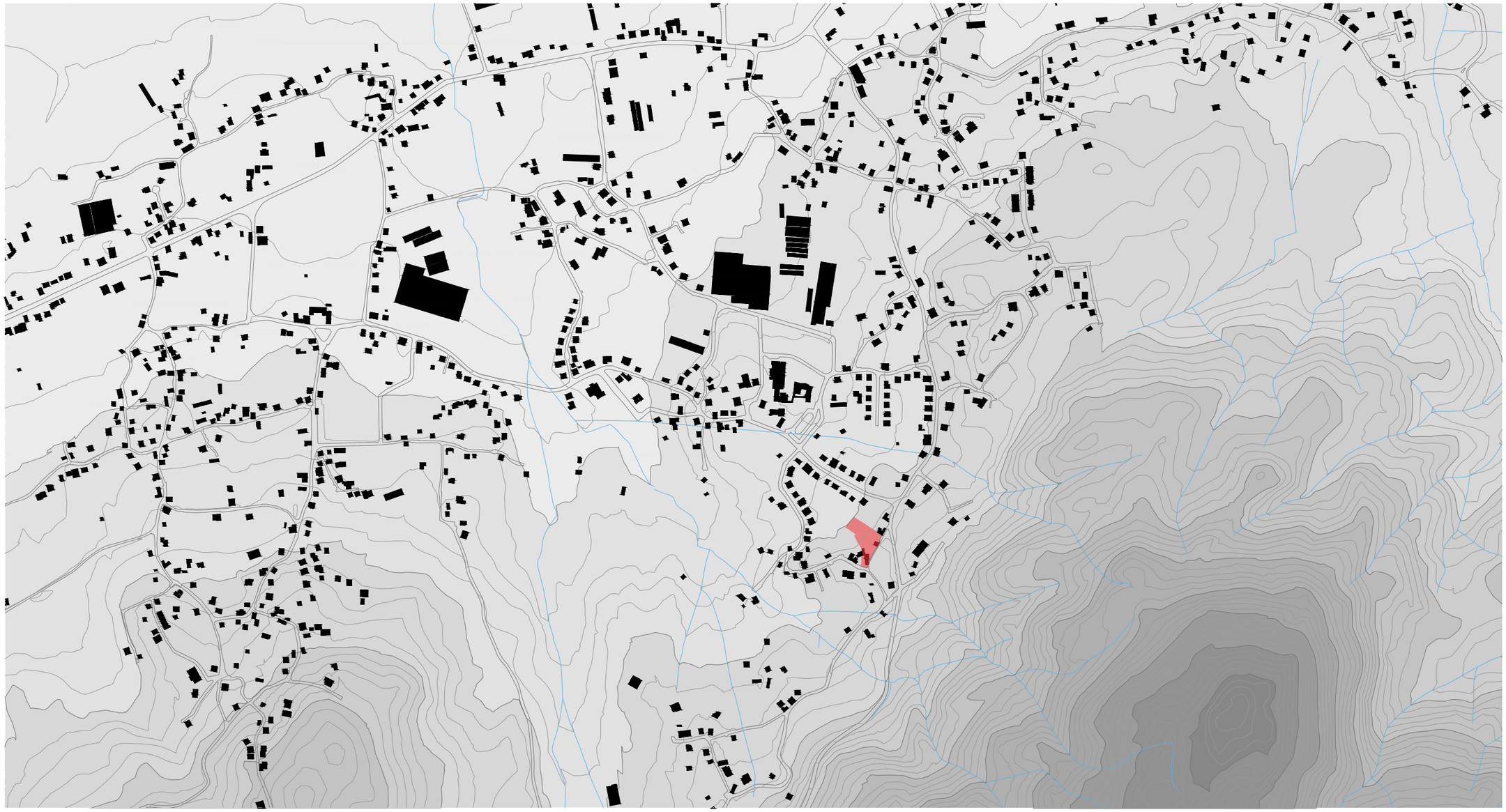


18 Ilusão pato-coelho. In Fliegende Blätter, 1892
"Que animais são mais parecidos entre si? Coelho e pato"

Sobre o Real

As tradições, os costumes e as memórias de uma comunidade são fundamentais na construção de um imaginário social que, consciente ou inconscientemente, define o modo como interpretamos a realidade. Com isto em mente, temos de reconhecer que a configuração do real não é unívoca, ela pode ser representada de várias formas. Aliás, aquilo que comummente chamamos de "facto", pensando estar a falar de uma verdade inquestionável, é efectivamente uma construção argumentativa que, na maioria das vezes, tem por base uma visão fragmentada da realidade (podendo por isso ser questionada). Como tal, ao contrário do que diz o ditado, é precisamente contra factos que há argumentos.

Toda esta conjuntura obriga-nos a repensar o sentido que atribuímos à palavra *circunstância*, pois a caracterização de um determinado local, expressa pela relação entre o arquitecto e a envolvente, não é certa. Ela deve ser compreendida pela maneira como o arquitecto se identifica com a envolvente e não como a envolvente transmite certos valores ao arquitecto. Em verdade, como disse Fernando Távora, conhecer e ser podem significar a mesma coisa. Assim, para escaparmos às retóricas tecnocientíficas, donas da razão e da verdade absoluta, o discurso sobre o lugar não pode ser dogmático nem conclusivo. Pelo contrário, deve ser heurístico e criativo, baseando-se na pluridisciplinaridade, no estudo das raízes históricas, culturais, sociais e ambientais de cada argumento.



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

0 200 m

Condicionantes

Para que o exercício de projecto não demonstre ser uma experiência estéril, julgou-se apropriado evidenciar as diferentes imposições do local de intervenção. Uma vez que se trata de uma gradual aproximação ao objecto de estudo, esta secção retrata, em primeiro lugar, as condicionantes biofísicas, que, manifestamente, exercem influência nos trabalhos agrícolas e florestais. Depois, cuida-se de descrever a paisagem do Baixo Lima. Mas note-se que não se pretende com isto arrazoar sobre aspectos pictóricos, antes, interessa estudar as dinâmicas espaciais, sociais e culturais da região. Por outras palavras, discute-se a percepção e apropriação do território.

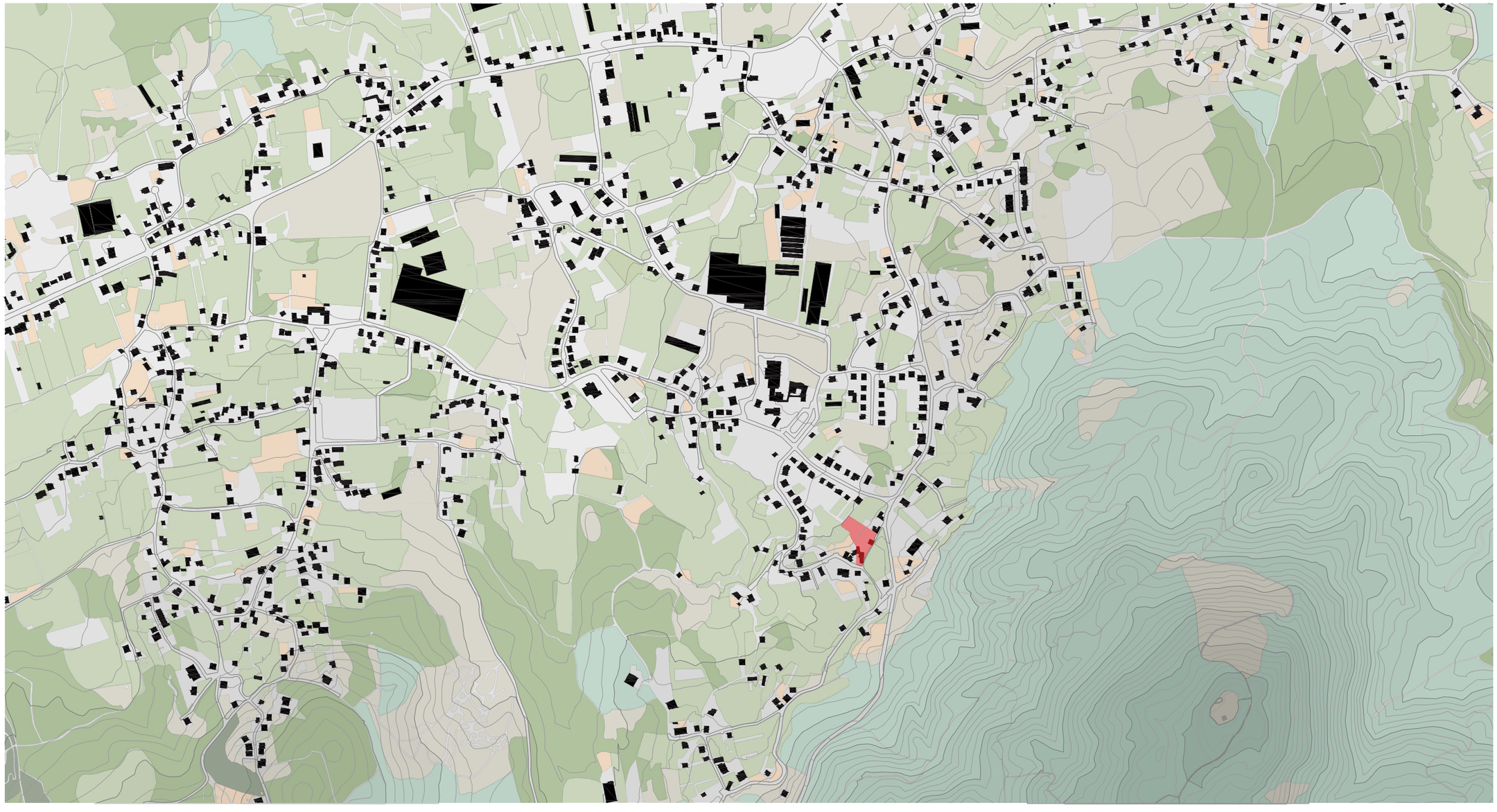
Caracterização Biofísica

Em virtude da sua distinta morfologia, o noroeste português apresenta características muito variadas no que respeita ao clima e à orografia. Sendo que o relevo se define por uma justa sequência de vales e interflúvios, o leito dos rios é relativamente estreito, embora aumente à medida que se aproxima do oceano.[67] Como consequência, a amplitude térmica no litoral é bem menor do que nas zonas montanhosas do interior, e os vales que segmentam o território, por se encontrarem expostos aos ventos atlânticos, raramente são afectados pelas vagas de calor continental.[68] Contudo, apesar das diferentes variações microclimáticas resultantes dos ventos, da altitude e da exposição solar, pode-se afirmar, genericamente, que a região entre Douro e Minho se caracteriza por um clima marítimo, com temperaturas relativamente altas no Verão e nunca muito baixas no Inverno, com precipitação anual elevada e um índice de humidade também muito alto.[69]

67 D'ABREU, Alexandre Cancela, et al. – Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal. Volume II, Grupos de Unidades de Paisagem A-E (Entre Douro e Minho a Douro), p. 11

68 Ibid.

69 Ibid.



PLANTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Junto aos principais cursos de águas, os solos distinguem-se pela sua profundidade e elevado teor de matéria orgânica, o que lhes confere um grande potencial agrícola. Sem dúvida, os terrenos mais férteis encontram-se associados aos leitos de cheia dos grandes rios, onde abunda a vegetação ripícola, como os amieiros, os bidoeiros, os salgueiros e os choupos.[70] Estas árvores, para além de protegerem a terra das forças erosivas do rio, possibilitam o depósito de vários nutrientes presentes no meio fluvial.

Em oposição, nas zonas mais altas, os solos são naturalmente delgados, estando frequentemente sujeitos a processos contínuos de erosão; cenário que se têm vindo a intensificar com a proliferação de espécies invasoras, como os eucaliptos e as acácias.[71] Em pontos de maior altitude, ressaltam os afloramentos rochosos e predominam os matos baixos compostos por urzes, giestas, tojos e outras espécies de vegetação xerófila.[72]

Em Vila Franca, destacam-se dois sistemas de grande importância ecológica, que, desde sempre, tiveram um papel relevante na agricultura: as Veigas de São Simão e o Monte de Roques. Sobre o primeiro, importa mencionar que os terrenos salgados junto ao rio, tendo sido manipulados pelo homem ao longo dos anos, deram lugar a áreas cultiváveis de elevada fertilidade, drenadas e percorridas por vários canais. Este sistema de drenagem limitou a progressão das águas marinhas para o interior, posto que as terras mais próximas do Lima, geralmente aproveitadas para a produção de lenha, servem de resguardo para os terrenos interiores. Por sua vez, a vertente do Monte Roques, encontra-se fortemente alterada pela acção humana, sendo actualmente dominada por povoamentos florestais de eucalipto e pinheiro-bravo.[73]

70 AGUIAR, Carlos; CAPELO, Jorge (coord.) – A vegetação de Portugal, p. 36

71 bid., p.35

72 Ibid, p.38

73 Paradoxalmente, ainda que estas espécies dominem a floresta portuguesa,«[t]odos os anos, as empresas que transformam o pinho ou que fabricam pasta de papel têm de importar cerca de 20% das suas necessidades de madeira de eucalipto ou de pinheiro-bravo. Só no caso das celuloses, a diferença entre a madeira que se exporta e a que se importa custa ao país 97 milhões de euros (dados de 2011).» CARVALHO, Manuel - Portugal tem de importar madeira todos os anos, mas há terras por florestar. Público (16 Jul. 2012)

Percepção e Apropriação do Território

No topo do Monte de Roques, ou assim reza a lenda, São Silvestre, querendo erigir uma capela em seu nome, atirou o próprio báculo para marcar o local de implantação. Diz-se que terá titubeado na primeira tentativa e o bordão terá caído no rio Lima, contudo, ao segundo esforço, foi tal o empenho que a sua pegada ficou gravada no penedo. O seu báculo acabou por cair no alto de Cardielos onde se situa a capela de São Silvestre.

Sabe-se hoje que a "pegada do santinho" é um dos muitos registos da ocupação castreja no alto do Monte de Roques; muito provavelmente, os orifícios serviriam para receber o ferrolho e o espigão de coceira da porta de um edifício público.[74] Seja como for, a lenda aqui narrada serve apenas para ilustrar o modo como os habitantes desta região olham para a paisagem. O vínculo estabelecido entre dois lugares tão distantes, como o Castro de Roques e o miradouro de São Silvestre, não se baseia numa afinidade pictórica, ou na simples ideia de que tudo pode ser entendido pelos seus limites visuais. Pelo contrário, o que torna este mito tão interessante é a forma como a população parece relacionar dois pontos de referência geográfica através de tradições e rituais comemorativos, nomeadamente peregrinações e festas religiosas. Daqui se conclui que a contextualização não deve ser apoiada no domínio do visual, mas sim do visível. Ao desempenharem um importante papel na leitura e na construção da paisagem, a sociedade, a economia, a política e a cultura são indissociáveis das características físicas do território.

Tendo isso em conta, pode-se deduzir que a prolixidade de construções no noroeste português procede, em parte, das antigas matrizes de lavradio; visto que a maioria das explorações agrícolas eram divididas em múltiplas parcelas, a intensidade do mosaico produtivo exigia que o agricultor estivesse próximo das terras cultivadas, o que, por sua vez, resultou na dispersão do povoamento.[75] Todavia, aquilo que outrora chamávamos de "espaço rural" há muito que se libertou dos aspectos que o caracterizavam. A saber, a produção alimentar como principal função e a

74 MARCIEL, Tarcísio – O povoamento proto-histórico do vale do Neiva, p. 127

75 D'ABREU, Alexandre Cancela, et al. – Op. Cit., p. 11

agricultura como actividade económica dominante.[76] Realmente, as dinâmicas da região têm muito mais que ver com a pluriactividade e a multifuncionalidade do que com a simples dicotomia cidade-campo; num mesmo lugar, podemos encontrar fábricas, oficinas, pequenos mercados, terrenos de cultivo, hotéis... Com efeito, a emergência de relações, tanto de interdependência como de conflito, entre os diferentes sectores de actividade tem contribuído para uma nova caracterização do território, o que, diga-se de passagem, nem sempre é positivo. Em muitos casos, o aumento da construção suscitou vários problemas, como por exemplo: a destruição de solos com elevada fertilidade, a ocupação de zonas de drenagem e leitos de cheia, a poluição dos cursos de água e a alteração de linhas de costa.[77]

Por tudo isto, o romantismo associado ao rural e aos seus ofícios deve ser rejeitado. De facto, já que a maioria dos agricultores não vive exclusivamente da agricultura, as explorações agrárias desta região não requerem elevadas taxas de produtividade. Por esse motivo, é frequente ver famílias de agricultores usando diversos métodos de cultivo; tanto se faz uso de técnicas artesanais, como se recorre à tracção mecânica, ao levantamento de estufas, e à utilização de biocidas e fertilizantes químicos.[78] Por outro lado, grande parte das áreas de mata e veiga estão agora ao abandono não havendo quem, por necessidade, trabalhe nelas.

76 Cf. FERRÃO, João – Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. In Sociologia, Problemas e Práticas nº 33, 2000, p. 46

77 D'ABREU, Alexandre Cancela, et al. – Op. Cit., p. 28

78 Ibid., p.11

III

intervenção

5. CONHECER A RUÍNA

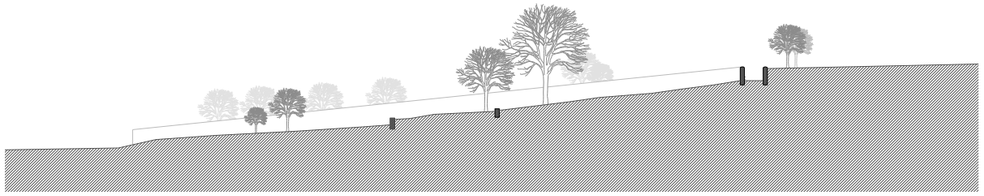
Mesmo que, para alguns, a ruína possa ser um símbolo de negligência e abandono, não devemos censurar quem afirma que a sua aura tem tanto de belo como de misterioso. Quiçá essa beleza provenha da sua aparente inutilidade, do seu carácter escultórico ou do modo como retrata o passar de um tempo indiferente ao homem. Em todo o caso, excluindo agora as ideias mais fantasiosas, temos de admitir que as ruínas possuem uma dimensão verdadeiramente didáctica. À semelhança de um documento histórico, elas são um objecto de aprendizagem e, como tal, devem ser cuidadosamente estudadas. Acreditando que a tradição é progressiva, o registo de como a obra foi é raiz do que há-de ser. [79]

O Objecto de Estudo

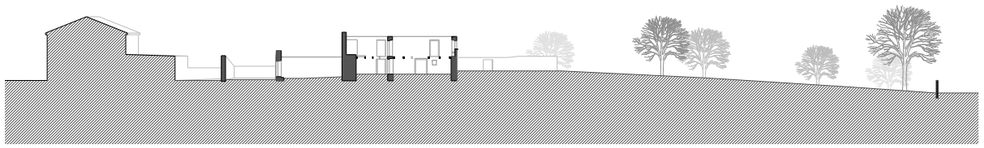
No sopé do Monte Roques, onde as ruas serpenteiam por entre pequenos campos agrícolas, avista-se um grupo de construções caído em ruína. Três peças compõem o conjunto; a sua função, qualquer que fosse, perdeu-se no tempo. Agora, as espessas paredes de granito acomodam um emaranhado de silvas que, todos os anos, teima em reaparecer para importunar os visitantes. Os vestígios deste antigo casal agrícola podem, pela sua simplicidade, convidar a uma observação menos cuidada. Porém, se olharmos com atenção, todas as construções evidenciam algo singular.

Ao que tudo indica, a casa (1) teria uma tipologia bastante comum na região do Baixo Lima: o primeiro piso, composto por cozinha, sala, varanda e três alcovas, destinava-se à habitação; o térreo, por sua vez, servia de apoio ao trabalho agrícola e era constituído por uma loja e duas cortes. Embora conste que houvesse um alçapão no interior, a ligação entre os dois pisos era geralmente feita pela escada de granito, adossada à varanda.

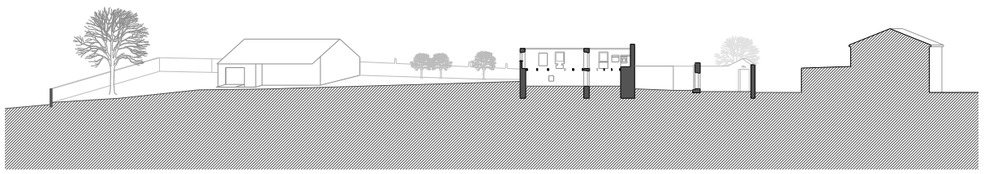
79 Cf. SIZA, Álvaro – 03 Textos, p.100



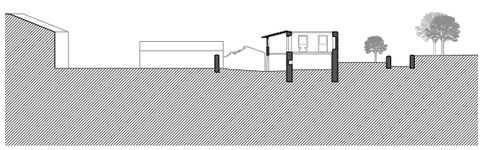
CORTE AA’



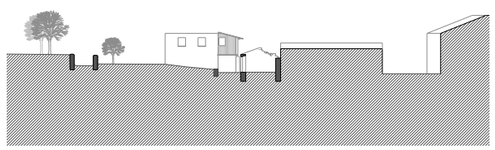
CORTE BB’



CORTE CC’



CORTE DD’



CORTE EE’



PLANTA DO EXISTENTE
A - Casa | B - Lagar | C - Coberto da Eira

Mesmo ao lado da casa ficava o lagar (2). Na fachada sul, ainda se destaca o nicho que, no passado, suportava a vara de pressão. Curiosamente, a julgar pelos vãos na parede de meação, presume-se que este espaço fosse de uso colectivo. Algo que até não seria inusitado, pois o fino curso de água que atravessava o terreno mais a norte também era partilhado com os vizinhos.

A nascente, junto ao muro que delimita a propriedade, encontra-se o coberto da eira (3). Construído sobre um penedo, evitando a humidade das terras férteis, este anexo servia-se do maciço rochoso para secar os cereais mais facilmente. Hoje, o telhado foi substituído por um conjunto de chapas metálicas, e os blocos de cimento, que agora dão forma a um pequeno armazém, escondem as paredes de alvenaria ordinária.

Para lá dos traços físicos, a lição da ruína não se limita à sua fisionomia. Em qualquer obra existe uma miríade de sinais, mais ou menos discretos, que transparecem a vida das pessoas que a habitaram. Para os assimilar, é preciso ver para além das aparências, é preciso ver aquilo que, a princípio, não se vê.








19 Pátio da entrada (antiga vinha)
20 Vista a partir do patamar das escadas da habitação
21 Pátio de entrada, vista sul
22 Antigo coberto da eira
23 Habitação e antigo lagar
24 Fachada norte da habitação








25 Antiga sala
26 Vista da janela da sala
27 Antiga cozinha
28 Interior da antiga varanda
29 Coberto da eira
30 Vista para o interior da propriedade



31 - 42 Pormenores da ruína

Exegese da Decadência

Com as gadanhas ao ombro, seguimos por um estreito caminho de terra batida até um velho portão de correr, já consumido pela ferrugem. Após algum esforço, ouve-se o chiar das suas rodas, anunciando a hora da labuta.

O meu pai sega a erva com movimentos melodiosos que, a julgar pelo seu rosto, não lhe custam mais do que um balançar de braços ao caminhar. Já eu, pelo contrário, atrapalho-me a cada compasso. Sempre que ele olha para mim, sorrio, prefiro morrer a admitir que passo dificuldades. No entanto, como se adivinhasse o meu cansaço, sugere um intervalo.

Sobre o azevém, vêem-se os resquícios de uma casa que, outrora, susteve a vida húmil de quem trabalhava no campo. A alvenaria de granito parece esconder um saber geracional que há muito se perdeu. À medida que nos aproximamos, o meu pai vai me guiando o olhar. «Vês como esta pedra está puída? Vês as suas marcas? Por aqui passaram carros de bois, este bloco foi retirado de uma antiga estrada... E esta? Vês como foi bem cortada? Deve ter feito parte de uma lareira... Aqui era a porta da loja. Olha para as ombreiras! Isso é salitre... a salgadeira deveria estar aí perto.»

Ao transpor a soleira, olhamos para cima. Faz anos que o sobrado cedeu sob o peso das silvas. Quanto à cobertura, restam apenas algumas varas, que o fumo da lareira conservou, e umas tantas telhas de canudo, que agora abrigam líquenes e fungos. O forno ainda lá está, assente sobre o lajeado de granito que formava a lareira. O meu guia não perde a

oportunidade para comentar: «Lá em cima era a cozinha, onde se fazia o pão... quando havia! A minha avó costumava recolher as brasas da lareira e colocá-las no interior do forno, depois, com alguns restos de borralha ou um pouco de esterco fechava a portinha de ferro. Quando o forno já estava quente, colocava as brasas junto da porta para "o diabo não entrar"[80] e, de seguida, metia o pão no interior... Olha ali! Aquilo era a chaminé.» Ele aponta para um conjunto de três telhas dispostas ao alto, que milagrosamente se mantêm em equilíbrio até aos dias de hoje. «Como podes imaginar, aquela abertura não era suficiente. Dentro de casa, não se podia com o fumo, mas era melhor do que nada...» Ao lado da lareira, duas esbeltas paredes de tijolo erguiam-se sobre uma lajeta de betão. Perguntei-lhe para que eram. «Isso? Isso é recente, foi aquando da construção do quarto de banho... que mais não era do que um buraco no chão. Antes disso, faziam-se as necessidades no horto ou num cântaro de barro, para mais tarde ser usado como adubo.» É então que, virando a sua atenção para a entrada, ele exclama: «Olha para aquela porta! Vês aquele buraco? Era a gateira. Dantes, os gatos entravam livremente em casa para caçar os roedores.»

Passamos para a divisão adjacente. As paredes do primeiro piso ostentavam várias demãos de cal, e, em alguns casos, ainda era possível ver um pigmento avermelhado que emoldurava os diferentes vãos. O guia então começa: «Isto era a sala. Antigamente, as pessoas gostavam das coisas muitas coloridas... Daquele lado, junto à cozinha, ficavam os quartos: um para as raparigas, outro para os rapazes. Só

80 Trata-se de um antigo ritual supersticioso

havia uma cama, por isso deitavam-se todos juntos... no Inverno era um frio de rachar e todos lutavam pelo cobertor.» Ele estica o braço e, delicadamente, passa os dedos por uma peça de madeira cravada na parede. «Isto é um chapuz. Era aqui onde se fixava o rodapé... Olha! Vês este prego, largo e achatado? Já não se fazem pregos assim, isto é trabalho de ferreiro... Esta casa deve ser muito antiga!» Porque estava entusiasmado (ou talvez porque as urtigas me faziam comichão nas pernas), não conseguia estar quieto. Andava de um lado para o outro à procura de fragmentos do passado. De repente, o guia agarra-me no braço, ergue o indicador em direcção à padieira da porta da sala e diz: «Vês aquele buraco? Ali era onde encaixava o espigão da couceira... na altura, as ferragens eram muito caras, por isso, sempre que possível, dispensavam-se as dobradiças... ao fim de algum tempo, as portas acabavam por empenar, mas isso também tende a acontecer com as novas portas pivot.»

Antes que alguma coisa nos caísse em cima, decidimos afastar-nos da casa e continuar o trabalho. É então que o meu pai solta um desabafo: «Eram outros tempos... por muito pobres que fossem as pessoas, as obras eram feitas com brio e dedicação...» Pareceu-me um comentário excessivamente saudosista. Ainda assim, aproveitei a oportunidade para lhe perguntar o que achava da arquitectura contemporânea. «Filho, dessa arte nada sei! Mas posso-te dizer que toda a música deriva do som e do silêncio, e hoje, o silêncio parece ensurdecedor... é certo que já não há ruído, mas também já não há música.»

6. A PROPOSTA

Intenção

Qualquer projecto nasce de uma ideia, de uma intenção perante um conjunto de problemas (ou oportunidades) específicos ao local e ao programa que visa responder. Seja qual for o critério escolhido, o desenho procede sempre de uma interpretação.[81]

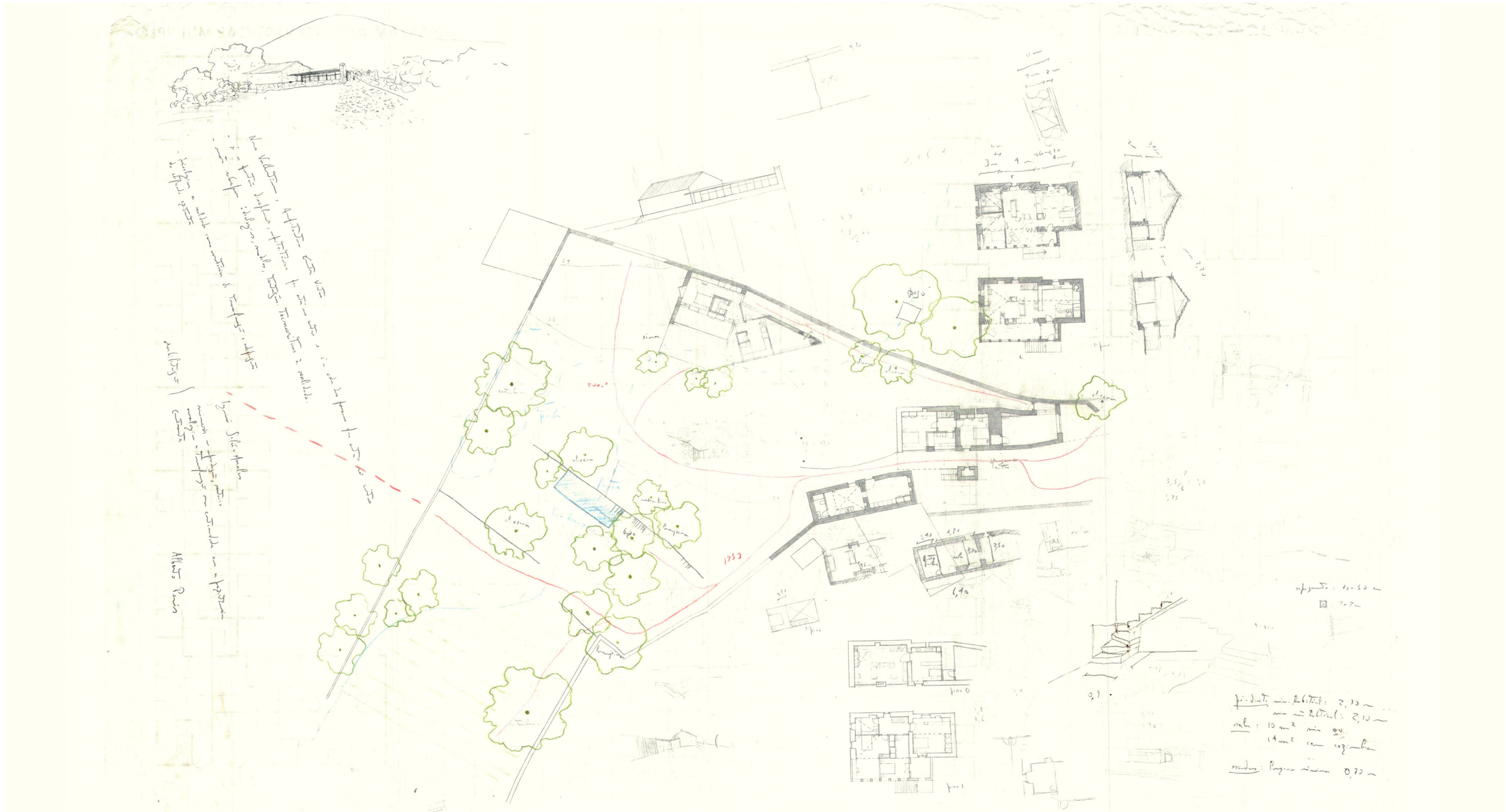
Neste caso em particular, tendo em conta o estado deteriorado do objecto de estudo, assumiu-se que o projecto poderia seguir dois caminhos distintos: recompor ou cristalizar a ruína. Uma vez que a casa apresentava alguns traços reveladores daquilo que foi, optou-se pela primeira. Todavia, é de notar que esta atitude não visa defender a reprodução de um passado perdido, longe disso. Acredita-se que o conceito de identidade é evolutivo, logo a continuidade de uma tradição só pode ser assegurada através da inovação. Citando Álvaro Domingues: *«A mudança é incompatível com a caracterização de uma identidade, a não ser que a identidade seja a mudança (...)»* [82]

Face a esta afirmação, temos de nos interrogar: o que define a identidade de um edifício? O que distingue o essencial do acessório? O que é a autenticidade? A resposta a esta última pergunta não parece ser consensual. Para uns, a autenticidade tem que ver com o material e a sua origem. Para outros, é algo abstracto e subjectivo, que depende do significado atribuído pela população.[83] De qualquer modo, não tendo a pretensão de oferecer um argumento conclusivo a um problema tão complexo, acredito que o arquitecto tem de saber trabalhar com a ambiguidade. Isto porque, negar a possibilidade de uma intervenção de restauro, à conta de uma ideia nebulosa de autenticidade, é tão incoerente como reconstruir integralmente um edifício.

81 Cf. SOLÀ-MORALES, Ignasi - Teorias de la intervención arquitectónica. In PH Boletin, nº 37, p. 47

82 DOMINGUES, Álvaro – Vida no Campo, p.247

83 PIAZZONI, Maria Francesca –Support of Stylistic Reconstructions: Some Thoughts on Authenticity and Justice. In A Contemporary Provocation: reconstructions as tools of future making, p. 4



43 Estudo inicial do projecto

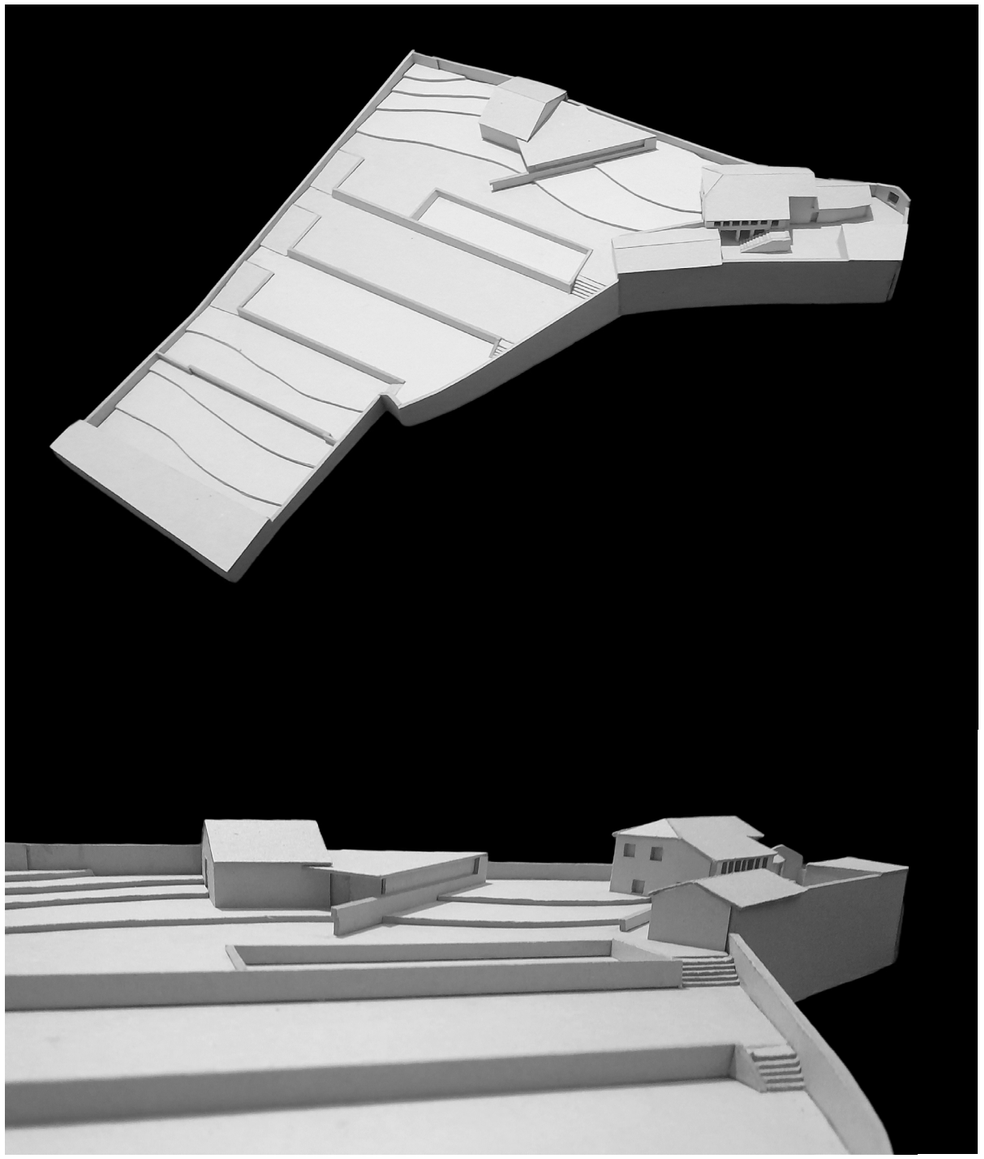
Não obstante, entende-se que a ruína, mais do que um mero testemunho histórico, é um recurso construtivo. Com efeito, embora muitos elementos arquitectónicos não resistam à passagem do tempo, as paredes de alvenaria de granito podem, com os devidos cuidados, voltar a exercer a função pela qual foram levantadas: suportar cargas. Seguindo esta lógica, a estrutura da cobertura e do primeiro piso deverão ser idênticas à original. Sendo que, em causa está o reaproveitamento operativo de uma construção existente, não parece pertinente dotar a proposta de uma "pele interior" em betão armado que tente, à semelhança de uma boneca matriosca, desprender-se da ruína.

Apesar disso, *«não sendo a unidade de estilo um objectivo a alcançar no decurso do* [projecto]*»*[84], reconhece-se que a intervenção tanto pode compreender processos de adição como de demolição. Por isso, considera-se que qualquer acrescento deve ser claramente evidenciado; afinal, o seu desenho constitui uma oportunidade de participar na vida contínua do edifício existente. Sem querer invalidar a afirmação criativa da época em que vivemos, não deixa de ser importante estabelecer uma analogia com o passado, privilegiando a harmonia do conjunto. Como explicou Alfredo Matos Ferreira:

«É por demais evidente que foi o tempo, a lentidão do tempo, que permitiu a assimilação e a coerência das formas, a sua profunda ligação aos sítios, a tal ponto que parecem pertencer-lhes. (...) no processo de transformação do território, a qualquer nível, é necessário reivindicar tempo, ainda que um tempo sem as dimensões do tempo histórico, irremediavelmente perdidas.»[85]

84 C.I.A.T.M.H. – Carta de Veneza. Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios, artigo nº 11

85 MATOS FERREIRA, Alfredo – Aspectos de Organização do Espaço Português, p.139



Fotografias da maquete



PLANTA DA PROPOSTA
1 - Entrada | 2 - *Lugar de reunião* | 3 - *Lugar de conhecimento* | 4 - Entrada de serviço | 5 - *Lugar de trabalho*

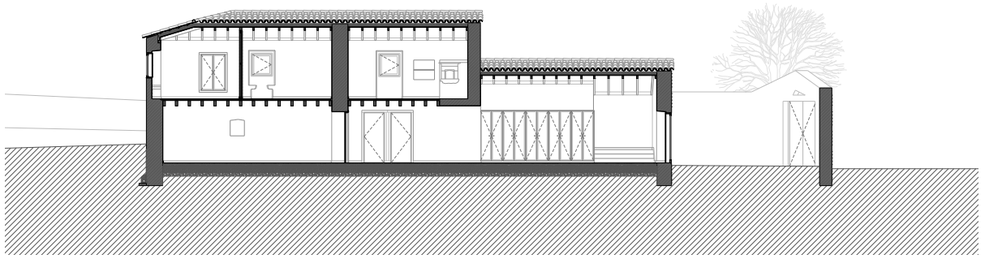
Organização

Atendendo à natureza do programa desenvolvido, julgou-se apropriado agrupar as várias funções por três zonas: o *lugar de reunião*, o *lugar de conhecimento* e o *lugar de trabalho*.

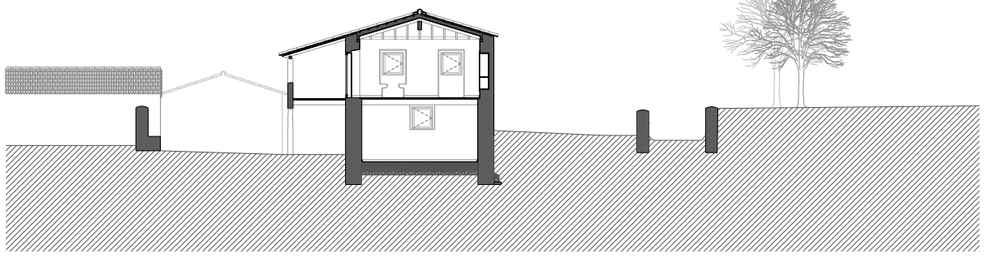
Relativamente ao espaço exterior, optou-se por diferenciar os percursos das várias áreas que convidam ao repouso. Os primeiros definem-se por um pavimento calcetado de forma irregular; os segundos são indicados por um lajeado de granito, cuja estereotomia é reminiscente da velha eira. Já o espaço central do complexo, onde se perspectiva a realização de diversas actividades, como pequenas feiras para amostra de produtos locais, é relvado. Em contraste, as leiras são em terra. O cercado para animais, por ser uma zona de pasto, poderá ser coberto com azevém ou outro tipo de gramínea.

Ainda que a vegetação arbórea existente desempenhe um papel importante na definição do antigo casal agrícola, considerou-se que a sua total manutenção condicionaria o bom funcionamento do novo programa. Assim sendo, o desenho do espaço exterior é independente do posição das várias árvores que pontuam a propriedade. Em todo caso, favorecer-se-á a replantação sempre que possível.

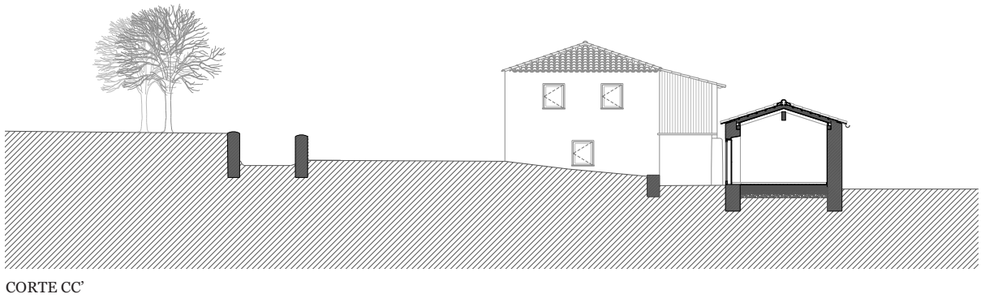
Por fim, importa salientar algumas referências que influenciaram a organização da proposta. Por exemplo, a intervenção no antigo coberto da eira é reminiscente da Casa Alcino Cardoso, do arquitecto Álvaro Siza. Por sua vez, a axialidade do *lugar de trabalho* é motivada por algumas obras de Carlo Scarpa, em especial o jardim da Fundação Querini Stampalia e o Túmulo Brion. O tratamento do volume principal, no que diz respeito à materialidade e ao uso da cor, é inspirado por algumas obras de Fernando Távora como a Casa da Quinta da Cavada e a Casa em Pardelhas.



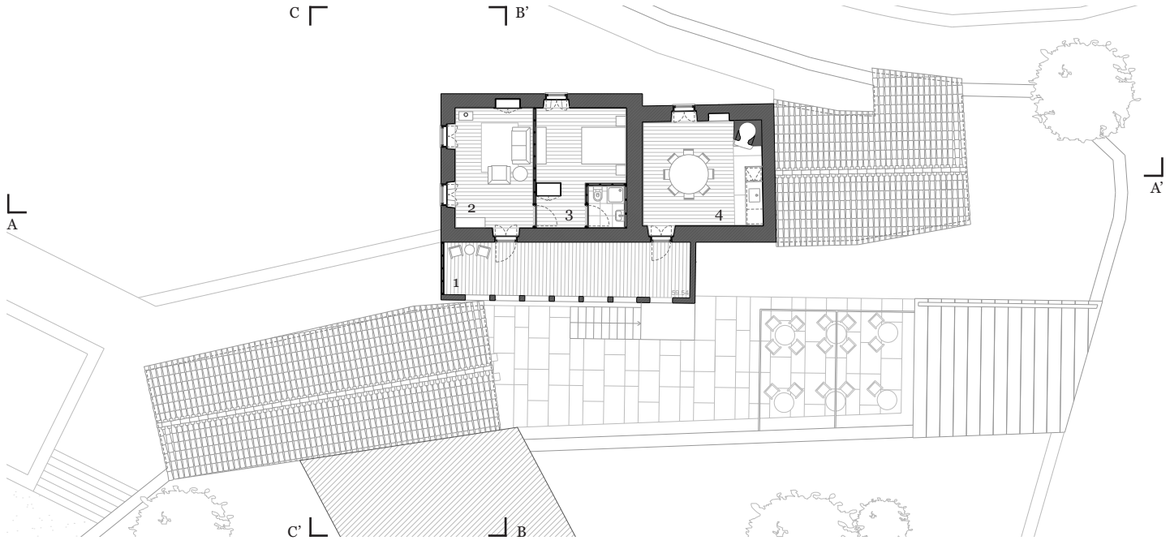
CORTE AA’



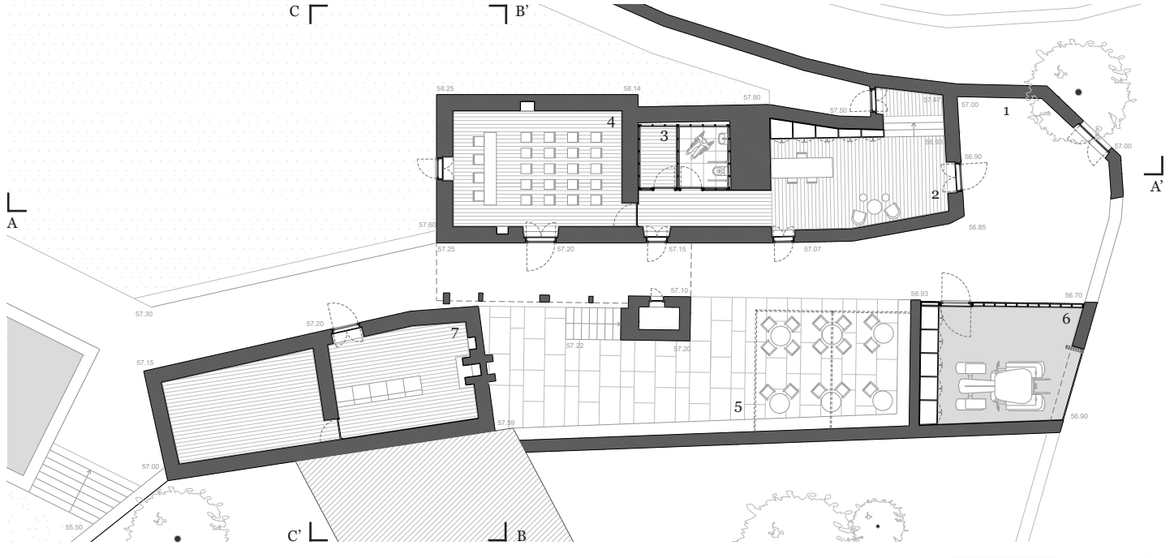
CORTE BB’



CORTE CC’



PLANTA DO PRIMEIRO PISO
1 - Varanda | 2 - Sala | 3 - Quarto | 4 - Cozinha colectiva



PLANTA DO PISO TÉRREO
1 - Entrada | 2 - Sala de atendimento | 4 - Sala polivalente | 5 - Esplanada | 6 - Garagem comunitária | 7 - Banco de sementes

Lugar de Reunião

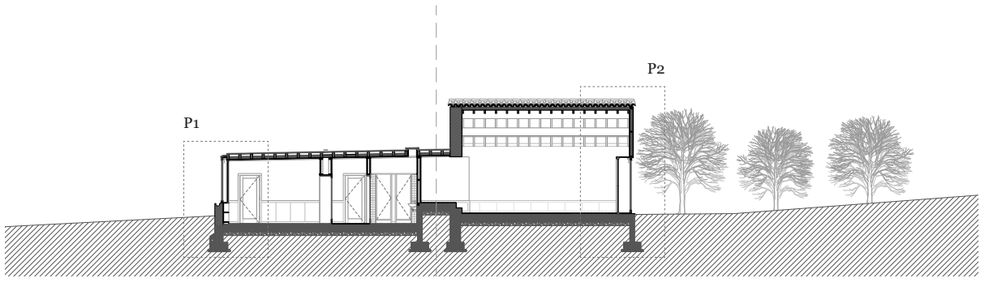
O *lugar de reunião*, que ocupa os espaços outrora destinados às cortes de gado e à loja, é composto por uma sala de atendimento ao público, um quarto de banho, uma pequena arrecadação e uma sala polivalente, onde se podem realizar exposições, reuniões e acções de formação. No piso superior, projectou-se um apartamento para hospedar investigadores convidados. Contudo, determinou-se que a cozinha deveria permanecer autónoma, a fim de servir as pessoas que trabalham neste centro.

Vale a pena também mencionar duas construções, que não são menos importantes para a coesão da proposta: a garagem comunitária, que possibilita a partilha de equipamento mecânico, e o banco de sementes que disponibiliza sementes de espécies autóctones da região. A primeira é uma adição ao conjunto existente e, dado a sua função, achou-se por bem que tivesse um contacto directo com a rua principal. Aproveitando o alinhamento de um velho muro, este volume permite articular o pátio de entrada com a zona de esplanada. O depósito de sementes, por seu turno, é delimitado pelas paredes do antigo lagar e é composto por um posto de venda e um armazém.

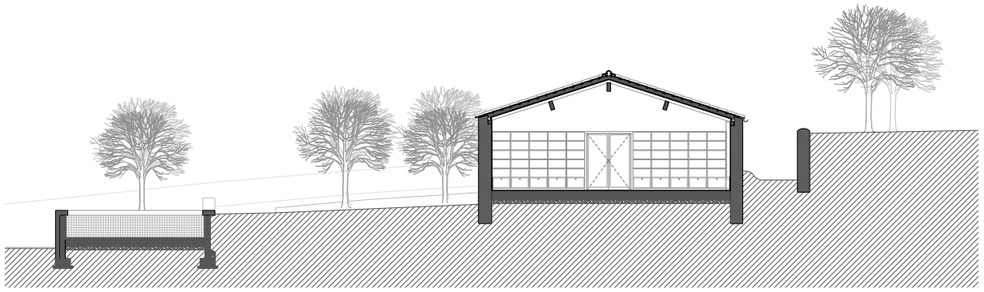
Ainda que o objectivo principal seja a prestação de apoio técnico a agricultores familiares, não se pretende que este projecto tenha um carácter excessivamente formal. Aliás, uma das críticas que se pode fazer à freguesia de Vila Franca é a falta de informalidade, ou melhor, de proximidade. Como refere uma antiga moradora:

«*Era preciso que as pessoas se interessassem umas pelas outras. Não há socialização como havia antigamente, não se conversa. Dantes, havia mais alegria. Agora é diferente. Devia haver mais trabalhos para chamar os jovens, passatempos, divertimentos para os jovens... e para os velhos!*»[86]

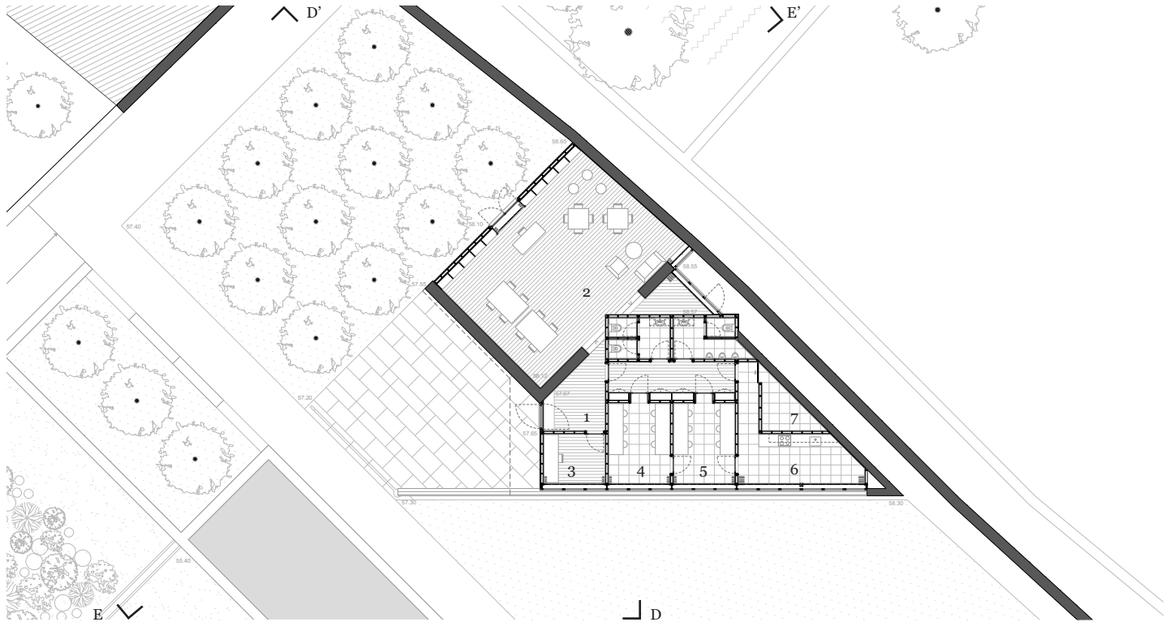
86 Conversa com Maria da Conceição, p. 133



CORTE DD'

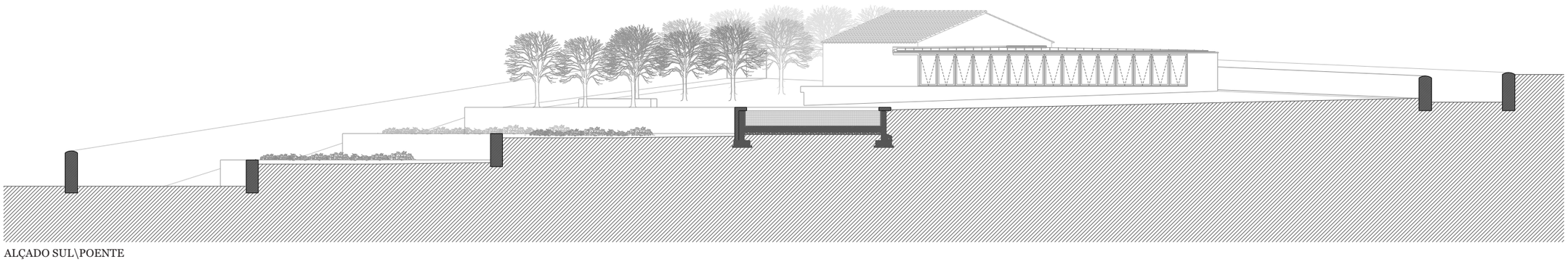


CORTE EE'



PLANTA
1 - Entrada | 2 - Biblioteca | 3 - Escritório | 4 - Lab. seco | 5 - Lab. húmido | 6 - Lab. de segurança alimentar | 7 - Dispensa

0 5 m



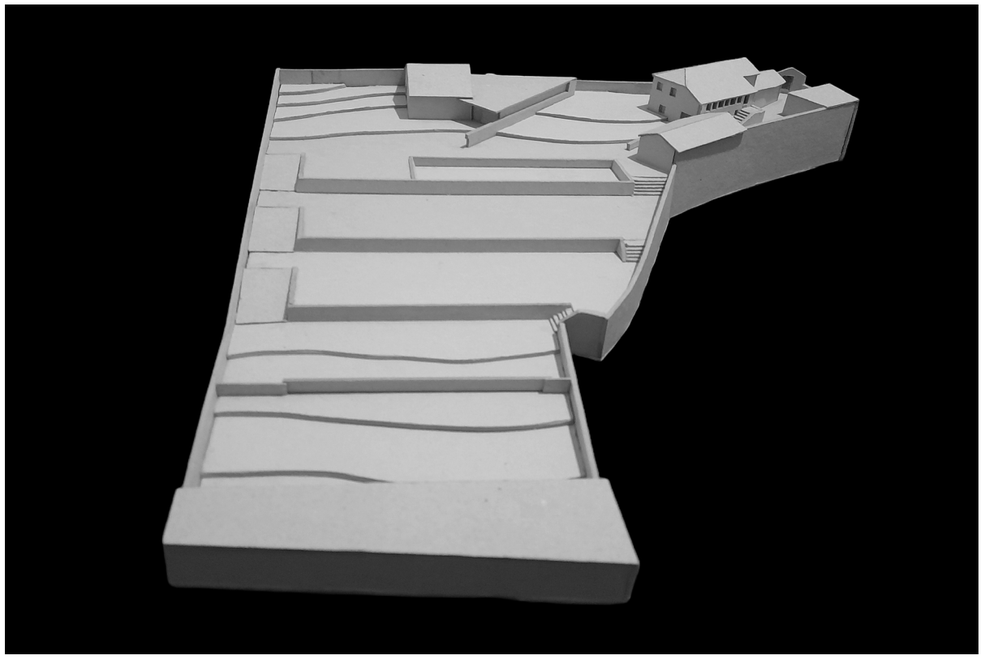
ALÇADO SUL\POENTE

Lugar de Conhecimento

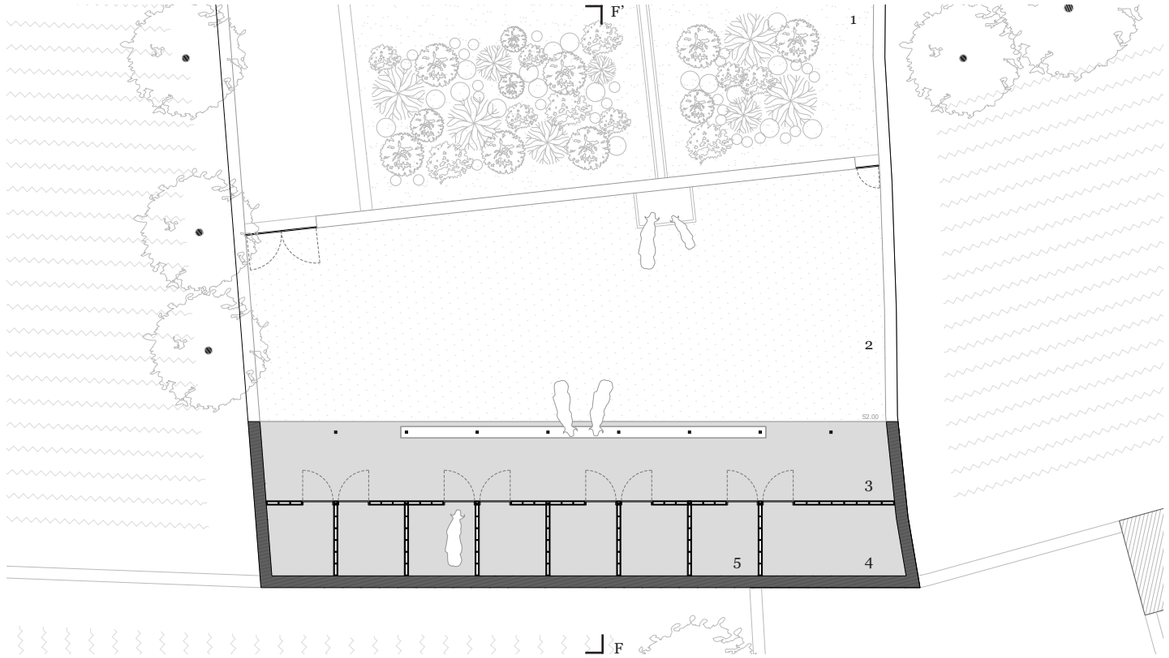
Face ao comentário supracitado, o *lugar de conhecimento* pode incentivar a troca de experiências entre diferentes faixas etárias. A pequena biblioteca, compreendida pelo antigo coberto da eira, pode servir como um espaço lúdico que promova o encontro entre crianças, adultos e idosos. Por sua vez, a extensão laboratorial, correspondente ao novo volume, é constituída por um escritório administrativo, dois quartos de banho e três laboratórios: um "seco", de utilização geral; um "húmido", para o estudo de amostragens biológicos; e outro relativo à segurança alimentar, destinado à análise de alimentos frescos e transformados. Apesar de ser uma área reservada a investigadores, seria conveniente que, ocasionalmente, os laboratórios fossem abertos à população para dar a conhecer o resultado das suas pesquisas.

No que respeita a nova construção, entendeu-se que todos os elementos estruturais deveriam ser de madeira ou granito. Com o intuito, de fazer corresponder a forma à estrutura, optou-se por não aplicar isolamento térmico nas paredes de alvenaria. Ademais, para tornar a proposta mais coerente, decidiu-se que todos os vãos exteriores deveriam ser semelhantes. Isto é, uma caixilharia de madeira, pintada de vermelho, e portadas interiores (de bater ou harmónio) pintadas de branco.

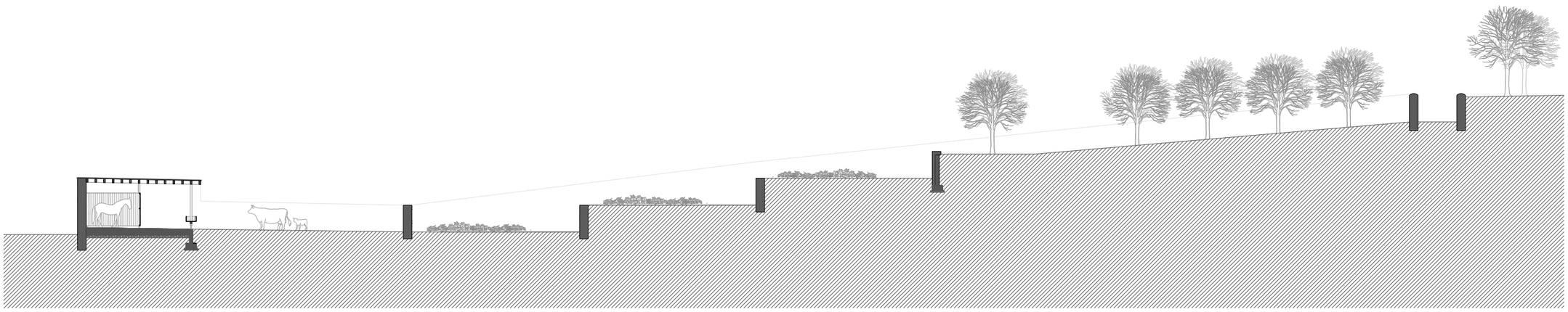
Por outro lado, também se achou interessante evidenciar os mecanismos de recolha das águas pluviais. Por exemplo, o peitoril da janela dos laboratórios, que se prolonga através de um muro de granito, é desenhado de forma a encaminhar a água da chuva para uma calha colectora entalhada no lajeado da eira.



Fotografia da maquete



PLANTA
1 - Horta |2 - Cercado para animais | 3 - Estábulo | 4 - Palheiro | 5 - Box



CORTE FF'

Lugar de Trabalho

O *lugar de trabalho* é formado por um pequeno pomar adjacente à biblioteca, um conjunto de socalcos, que viabiliza o cultivo de hortaliças, e um estábulo compartimentado, com palheiro, que remata o terreno a poente.

Para assegurar o bom funcionamento desta estrutura, perspectivou-se a criação de uma nitreira para recolher os dejectos animais e um centro de compostagem para estimular a decomposição de matéria orgânica.

Ademais, sendo a água um recurso de extrema importância na agricultura, entendeu-se que era indispensável incluir um tanque de captação de águas pluviais no desenho do espaço exterior. De modo a facilitar a irrigação das culturas agrícolas, e minimizar o desperdício de água, propôs-se a criação de um canal que atravessa todo o terreno socalcado e que, no fim, é rematado por um bebedouro para os animais.

Sem embargo do que foi dito, admite-se que a organização espacial não é condição única para assegurar a qualidade de um projecto. É preciso também atentar o potencial expressivo dos seus constituintes: a tectónica.

«O estilo não conta, conta sim a relação entre a obra e a vida. E a arquitectura será eficaz nesse compromisso quando, numa exemplaridade radical, se fizer a si própria fora do denominador comum dos gestos degradados e gratuitos ou do nexo dominante da indústria da cultura que os vai condicionando»[87]

87 TRIGUEIROS, Luiz (ed.) – Álvaro Siza 1954-1976, p. 10

Sobre a Tectónica

Se reconhecermos, como escreveu Karl Friedrich Schinkel, que a arquitectura é a «*construção elevada pelo sentimento*»[88], a vertente construtiva não se deve limitar a questões puramente utilitárias. Pelo contrário, ela deve ser celebrada, exprimindo-se palpavelmente através da forma. Certamente, a arquitectura, para ser democrática, tem de ser constituída por "objectos" compreensíveis; a sua função, em vez de se esconder por trás de um desenho homogeneizante, deve ser acessível aos sentidos.[89]

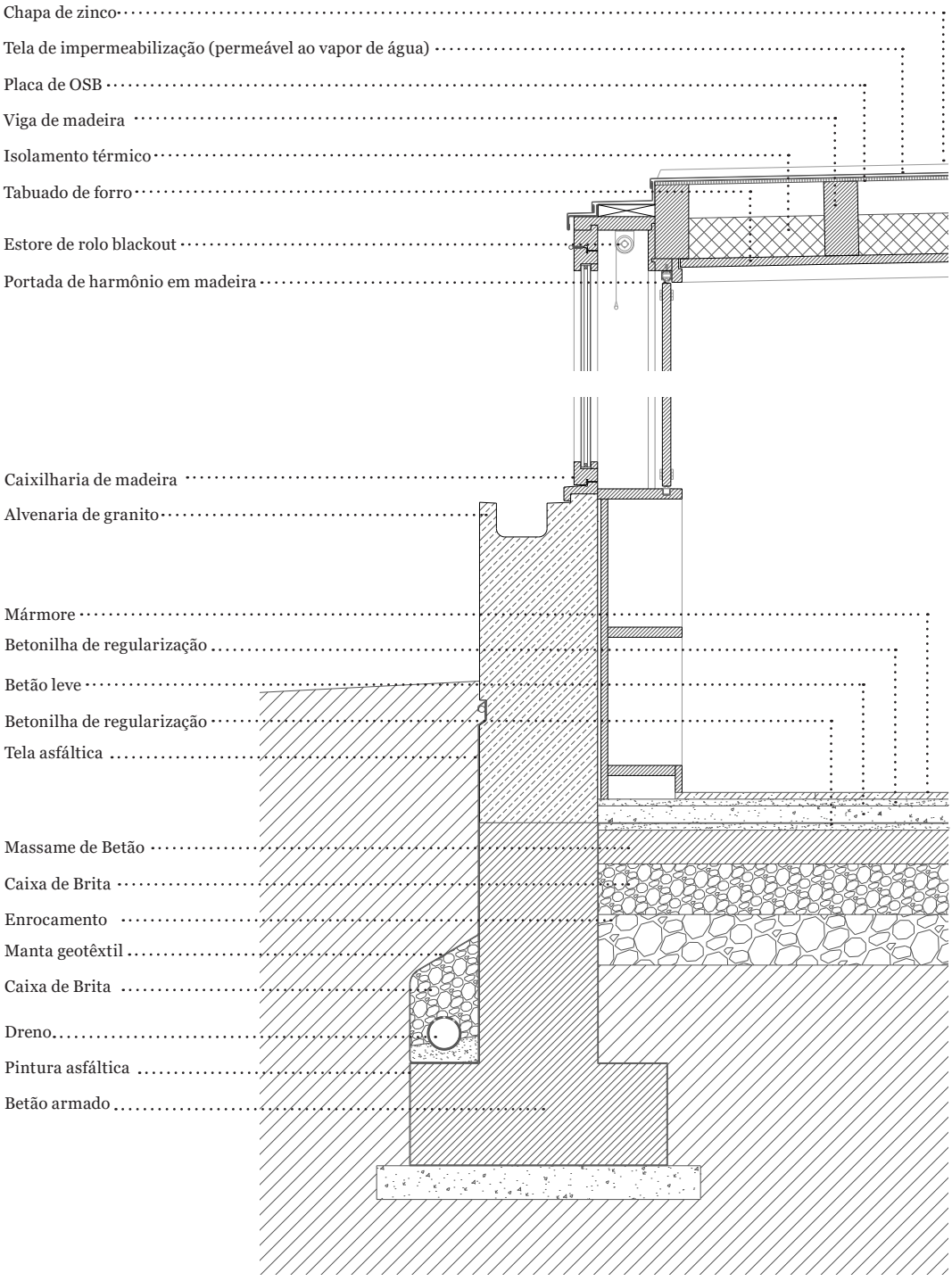
A título de exemplo, vejam-se os cacifos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. A sua imagem, mediante a expressão de elementos funcionais, assemelha-se a uma partitura: primeiramente, o topo das ilhargas marca o compasso, composto por quatro folhas (é quaternário, portanto); como linhas e espaços, as orlas em madeira maciça destacam-se da base de contraplacado; já as dobradiças, tal notas musicais, pontuam a melodia.

Terminada esta comparação, depreende-se que o detalhe, longe de ser uma ocasião decorativa ou uma simples exibição tecnológica, é um aspecto íntimo de acessibilidade à arquitectura, uma instância que permite informá-la e verificá-la.[90]

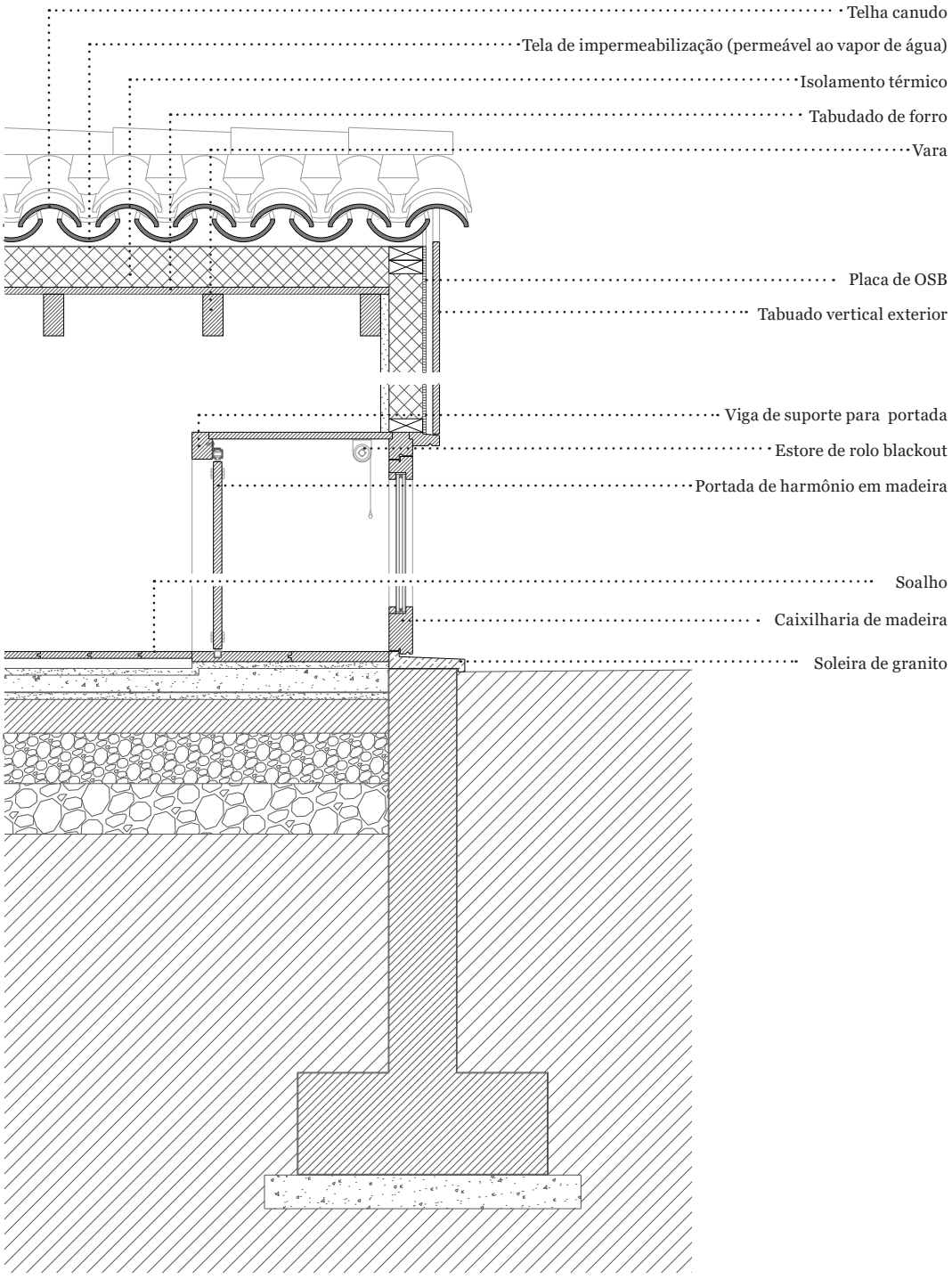
88 JANSON, Alban, TIGGES, Florian – Fundamental Concepts of Architecture: The Vocabulary of Spatial Situations, p. 325

89 Ibid., p. 326

90 TRIGUEIROS, Luiz (ed.) – Álvaro Siza 1954-1976, p. 18


Chapa de zinco
Tela de impermeabilização (permeável ao vapor de água)
Placa de OSB
Viga de madeira
Isolamento térmico
Tabuado de forro
Estore de rolo blackout
Portada de harmônio em madeira
Caixilharia de madeira
Alvenaria de granito
Mármore
Betonilha de regularização
Betão leve
Betonilha de regularização
Tela asfáltica
Massame de Betão
Caixa de Brita
Enrocamento
Manta geotêxtil
Caixa de Brita
Dreno
Pintura asfáltica
Betão armado

PORMENOR 1


Telha canudo
Tela de impermeabilização (permeável ao vapor de água)
Isolamento térmico
Tabudado de forro
Vara
Placa de OSB
Tabuado vertical exterior
Viga de suporte para portada
Estore de rolo blackout
Portada de harmônio em madeira
Soalho
Caixilharia de madeira
Soleira de granito
0
50 cm

PORMENOR 2

NOTAS FINAIS

Ainda que esta dissertação procure desenvolver um proposta catalisadora para a freguesia de Vila Franca, não se tem a pretensão de apresentar uma resposta definitiva (muitos menos um modelo a seguir). Antes de tudo, este trabalho é uma reflexão, um exercício para desenvolver uma consciência crítica face à imensidão de problemas que ameaçam a nossa sociedade. Como tal, o projecto, mais do que uma solução é um método de investigação; um modo de objectivar dúvidas e incertezas. Admite-se até que tais inquietações nem sempre se relacionam com a nossa disciplina, contudo, sendo o arquitecto um "especialista" em generalidades, elas são indispensáveis ao processo criativo. Aliás, o tema deste trabalho advém de uma certa intranquilidade face aos tempos presentes, como melhor explica José Tolentino Mendonça:

«A prova mais dura para a nossa condição humana é esta invisível desagregação do ser, aceite como regime de normalidade; esta experiência avulsa de expropriação de si traduzida em tantos modalidades de exílio, face às quais nos tornamos conformistas e acríticos.»[91]

Tendo isto em conta, esta dissertação deve então ser encarada como o ensaio de uma arquitectura de proximidade, que promova a reunião e a partilha de conhecimento. Trata-se de uma tentativa de enfrentar a "desagregação do ser", a partir de uma crítica ao actual modelo de produção agrícola. Ainda assim, vale a pena reforçar que o desenvolvimento de um centro de apoio para a agricultura familiar não é uma resposta a uma problema determinado por uma realidade incontornável, pelo contrário, é uma forma de contestar e criar essa mesma realidade. Por essa razão se considera a experimentação como fundamental na crítica de qualquer projecto de arquitectura. É certo que qualquer experimento pode levar ao engano, ainda assim, sendo isto um trabalho académico, achou-se por bem terminar este percurso da mesma forma como se começou: experimentando.

91 MENDOÇA, José Tolentino – Amar livros que mordem. In ESQUIROL, Josep Maria – Resistência Íntima, p. 103

BIBLIOGRAFIA

Livros

AGUIAR, Ana, et al. – Pontes entre Agricultura Familiar e Agricultura Biológica. Iberografias nº 37. Lisboa: Âncora Editora, 2020.

AGUIAR, Carlos; CAPELO, Jorge, coord. – A vegetação de Portugal. 1.ª edição. Lisboa: INCM, 2020.

ANTUNES, Alfredo da Mara, et al. – Arquitectura Popular em Portugal. 2.ª edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 1980.

ARÊDE, António; PAUPÉRIO, Esmeralda; ROMÃO, Xavier – Perpetuar Memórias da Construção. Porto: Instituto da Construção UP, 2015.

BENEDITO, Silvia – The Canary in the mine: Wildfires and Rural Communities in the Mediterranean Hinterland. Cambridge: Harvard University Graduate School of Design, 2021.

BOANO, Camillo; PERUCICH, Francisco – "Half-happy architecture". In Viceversa nº 4: Critiques of architectures, 2016.

CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro – A Árvore em Portugal. 3.ª edição. Lisboa: Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, 2022

CABRAL, João de Pina – Filhos de Adão e Filhas de Eva: a visão do mundo camponesa no Alto Minho. 1.ª edição. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

CIORAN, Emil – Breviário de Decomposição. Lisboa: Edições 70, 2022.

D'ABREU, Alexandre Cancela, et al. – Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal. Volume II, Grupos de Unidades de Paisagem A-E (Entre Douro e Minho a Douro). Coleções 10. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do território, 2004.

DIMAS, Bruno, coord. – Cultivar: Cadernos de Análise Prospetiva, nº 26. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), setembro de 2022.

DOMINGUES, Álvaro – Vida no campo. Lisboa: Dafne Editora, 2012.

ESQUIROL, Josep Maria – A Resistência Íntima: Ensaio de uma filosofia da proximidade. 1.ª edição. Lisboa: Edições 70, 2020.

FORTUNA, Carlos, org. – Cidade, Cultura e Globalização. 2.º edição. Oeiras: Celta, 2001.

FERRÃO, João – Cultivar: Cadernos de Análise e Prospetiva, nº 11. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), março de 2018.

FERRÃO, João – Sociologia, Problemas e Práticas nº 33. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), setembro de 2000.

FERREIRA, Alfredo Durão de Matos – Aspectos da Organização do Espaço Português, 2.ª edição. Porto: FAUP publicações, 1995.

GUEDES, José Sousa – Pontes entre Agricultura Familiar e Agricultura Biológica. Iberografias nº 37. Lisboa: Âncora Editora, 2020.

La BOÉTIE, Étienne – Discurso Sobre a Servidão Voluntária. 1.ª edição. Lisboa: Antígona, 1997.

MANCUSO, Stefano – A Revolução das Plantas. 1.ª edição. Lisboa: Pergaminho, 2019.

MARCIEL, Tarcísio Daniel Pinheiro – O Povoamento proto-histórico do Vale do Neiva. Esposende: Rio Neiva - Associação de Defesa do Ambiente, 2003.

MENDES, Manuel, coord. – Alfredo Durão de Matos Ferreira: Memória, 1.º edição. Porto: Fundação Instituto Marques da Silva, 2017.

NIETZCHE, Friedrich – A Gaia Ciência. 1.ª edição. Lisboa: Relógio D' Água, 1998.

NUNES, José Bernardes – Cultivar: Cadernos de Análise e Prospetiva nº 11. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), março de 2018.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando – Arquitectura Tradicional Portuguesa. 1ª edição. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Flávio, et al. – Pastagens & Forragens, Vol.28. Elvas: Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens, 2007.

PEREIRA, Raul – Dentro de um Cesto de Rosas. Vila Franca: celebração e notas. 1.ª edição. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2018

PIWOWARSKA, Barbara, ed. – Footnote 14: Angel of History. Porto: Casa de São Roque, 2021.

RODRIGUES, Victor – Cultivar: Cadernos de Análise e Prospetiva, nº 27. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), janeiro de 2023.

RODRÍGUEZ, Juan; SEOANE, Carlos – Siza by Siza. Editorial AMAG, 2015.

SANDEL, Michael J. – A Tirania do Mérito: O que aconteceu ao bem comum?, 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2022.

SANTOS, Henrique Pereira – Cultivar: Cadernos de Análise Prospetiva, nº 21. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), dezembro de 2020.

SARAMAGO, José – O Ano da Morte de Ricardo Reis. 25.ª edição. Lisboa: Porto editora, 2016.

SIZA, Álvaro – 01 Textos, 2ª edição. Lisboa: Parceria A.M Pereira, 2019.

SONTAG, Susan – Contra a Interpretação e Outros Ensaios. 1ª edição. Lisboa: Quetzal Editores, 2022.

SIZA, Álvaro – 01 Textos. 1.ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2019.

SIZA, Álvaro – 03 Textos. 1.ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2019.

TELLES, Gonçalo Ribeiro – Textos Escolhidos. Lisboa: Argumentum, 2016

TRIGUEIROS, Luiz, ed. – Fernando Távora. Lisboa: Editorial Blau, 1993

TRIGUEIROS, Luiz, ed. – Álvaro Siza: 1954–1976. Lisboa: Editorial Blau, 1997

VALÉRY, Paul – Eupalino ou O Arquitecto. 1.ª ed. Lisboa: Fenda, 2009.

Comunicação em Congressos

C.I.A.T.M.H. – Carta de Veneza. Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios. Veneza: II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, 25 a 31 Maio de 1964.

C.P.A. – Intervenção no património arquitectónico e urbano: desenho, critérios e metodologias. Transmissão online: 28 de Junho de 2022. Disponível na Internet: https://www.youtube.com/watch?v=JLXVpEQqSxY

I.C.O.M.O.S. – Carta sobre o Património Construído Vernáculo. Cidade do México: ICOMOS, 17-23 de Outubro de 1999.

PIAZZONI, Maria Francesca – In Support of Stylistic Reconstructions: Some Thoughts on Authenticity and Justice. In A contemporary provocation: reconstructions as tools of future-making. Selected papers from the ICOMOS University Forum Workshop on Authenticity and Reconstructions. Paris, 13-15 de Março de 2017

Trabalhos Académicos

CERDEIRA, José – Serra da Gardunha e a Operacionalidade do Conceito de Paisagem. Porto: FAUP, 2022. Dissertação de Mestrado

FERREIRA, Joana – Quinta da Osória: Bitácula de um projecto. Porto: FAUP. Dissertação de Mestrado

TEIXEIRA, Joaquim – Salvaguarda e Valorização do Edificado Habitacional da Cidade Histórica: Metodologia de Intervenção no Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto. Porto: FAUP, 2013. Tese de Doutoramento

Periódicos

SOLÁ-MORALES, Ignazi – Del contraste a la analogia. Transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. PH Boletin nº 37, Ano IX, Dezembro. (p. 53- 57)

Legislação

DECRETO-LEI Nº 64/2018. Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República, 1ª Série – Nº 151, 7 de agosto de 2018, p. 3946 - 3947 [Consult. 31 de Março de 2023] Disponível na Internet: <URL:https://files.dre.pt/1s/2018/08/15100/0394603949.pdf>.

DECRETO-LEI Nº 81/2021. Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República, 1ª Série – Nº 197, 11 de outubro de 2021, p. 3. [Consult. 31 de Março de 2023] Disponível na Internet: <URL:https://files.dre.pt/1s/2021/10/19700/0000300005.pdf>.

Webgrafia

GEOPARQUE LITORAL DE VIANA DO CASTELO - Veigas de São Simão. [Consult. 9 de Setembro de 2023] Disponível na Internet: <URL: https://www.geoparquelitoralviana.pt/explorar/veigas-de-s%C3%A3o-sim%C3%A3o/>

QUERCUS – Glifosato: o herbicida que contamina Portugal. [Consult. 27 de fevereiro de 2023]. Disponível na Internet: URL:https://quercus.pt/2021/03/03/glifosato-o-herbicida-que-contamina-portugal/>

Documentários

MARANI, Patriza - Gluten, L'Ennemi Public? França, Belgica, Itália: 2020. 85 min.

MARTSCHOKE, Marcel; NIEHUSS – Jens – Dürre in Europa: Die Katastrophe ist hausgemacht. Alemanha: 2021. 54 min.

ÍNDICE DE IMAGENS

1 Celebração da Páscoa. Arquivo pessoal.

2 Exploração de agricultura familiar. Disponível na internet:
https://www.agriportugal.com/seminario-agricultura-familiar-agricultura-biologica-e-desenvolvimento-rural/

3 Aplicação de agro-químicos. Disponível na internet:
https://conceitosdomundo.pt/wp-content/uploads/2021/10/elementos-naturais-e-elementos-sociais-3.jpg

4 Leonardo da Vinci, Estudo de um homem a soprar uma trombeta no ouvido de outro, 1480-1482. Disponível na internet:
https://images.fineartamerica.com/images/artworkimages/mediumlarge/1/study-of-a-man-blowing-a-trumpet-in-anothers-ear-leonardo-da-vinci.jpg

5 Artur Pastor, A caminho da igreja, da série " Minho", 1950-1960. Disponível na internet:
https://i.pinimg.com/originals/d9/70/ed/d970ed05aeb458729d95f1f5767f4a4a.png

6 Giorgione, As três idades do homem. Disponível na internet:
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/56/Giorgione%2C_Three_Ages.

7 Casa de Lavoura em Gondoriz, Arcos de Valdevez. Digitalização a partir do livro Arquitectura Tradicional Portuguesa, de Ernesto Oliveira e Fernando Galhano.

8 Casa de Lavoura na Gavieira, Arcos de Valdevez. Digitalização a partir do livro Arquitectura Tradicional Portuguesa, de Ernesto Oliveira e Fernando Galhano.

9 Corte transversal. Disponível na internet:
https://books.openedition.org/etnograficapress/docannexe/image/6558/img-11.jpg

10 Alçado de uma casa de lavaoura, Barcelos. Digitalização a partir do livro Arquitectura Popular em Portugal, p.48

11 Planta do piso térreo. Digitalização a partir do livro Arquitectura Popular em Portugal, p.48

12 Planta do 1º piso. Digitalização a partir do livro Arquitectura Popular em Portugal, p.48

13 Fernando Galhano, Desenho de uma cozinha em Alvre, Paredes. Disponível em: https://books.openedition.org/etnograficapress/docannexe/image/6558/img-102-small517.jpg

14 Fernando Galhano, Pormenores de uma sala em Aldoar, Porto. Disponível na internet: https://books.openedition.org/etnograficapress/docannexe/image/6558/img-13-small517.jpg

15 Panorama sobre Sistelo. Disponível na internet: https://www.got2globe.com/editorial/sistelo-soajo-lindoso-peneda-geres/

16 Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, fachada nascente. Disponível em: https://visitmaia.com/assets/images/attractions/1677861909image2.jpg

17 Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, planta. Disponível na internet: https://www.joaoalvarorocha.pt/escolaambiental/escolaambientalpt.html

18 Ilusão pato-coelho. In Fliegende Blätter, 1892. Disponível na internet: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/1d/Kaninchen_und_Ente.svg/1200px-Kaninchen_und_Ente.svg.png

19 Pátio da entrada (antiga vinha). Fotografia do autor

20 Vista a partir do patamar das escadas da habitação. Fotografia do autor

21 Pátio de entrada, vista sul. Fotografia do autor

22 Antigo coberto da eira. Fotografia do autor

23 Habitação e antigo lagar. Fotografia do autor

24 Fachada norte da habitação. Fotografia do autor

25 Antiga sala. Fotografia do autor

26 Vista da janela da sala. Fotografia do autor

27 Anitga cozinha. Fotografia do autor

28 Interior da antiga varanda. Fotografia do autor

29 Coberto da eira. Fotografia do autor

30 Vista para o interior da propriedade. Fotografia do autor

31 Alvenaria de granito. Fotografia do autor

32 Ombreira com salitre. Fotografia do autor

33 Antiga cozinha. Fotografia do autor

34 Abertura de ventilação no telhado (vista de baixo). Fotografia do autor

35 Abertura de ventilação no telhado (vista de nível). Fotografia do autor

36 Paredes do antigo quarto de banho. Fotografia do autor

37 Cachorro de betão. Fotografia do autor

38 Porta de entrada na cozinha. Fotografia do autor

39 Antiga sala. Fotografia do autor

40 Chapuz de madeira. Fotografia do autor

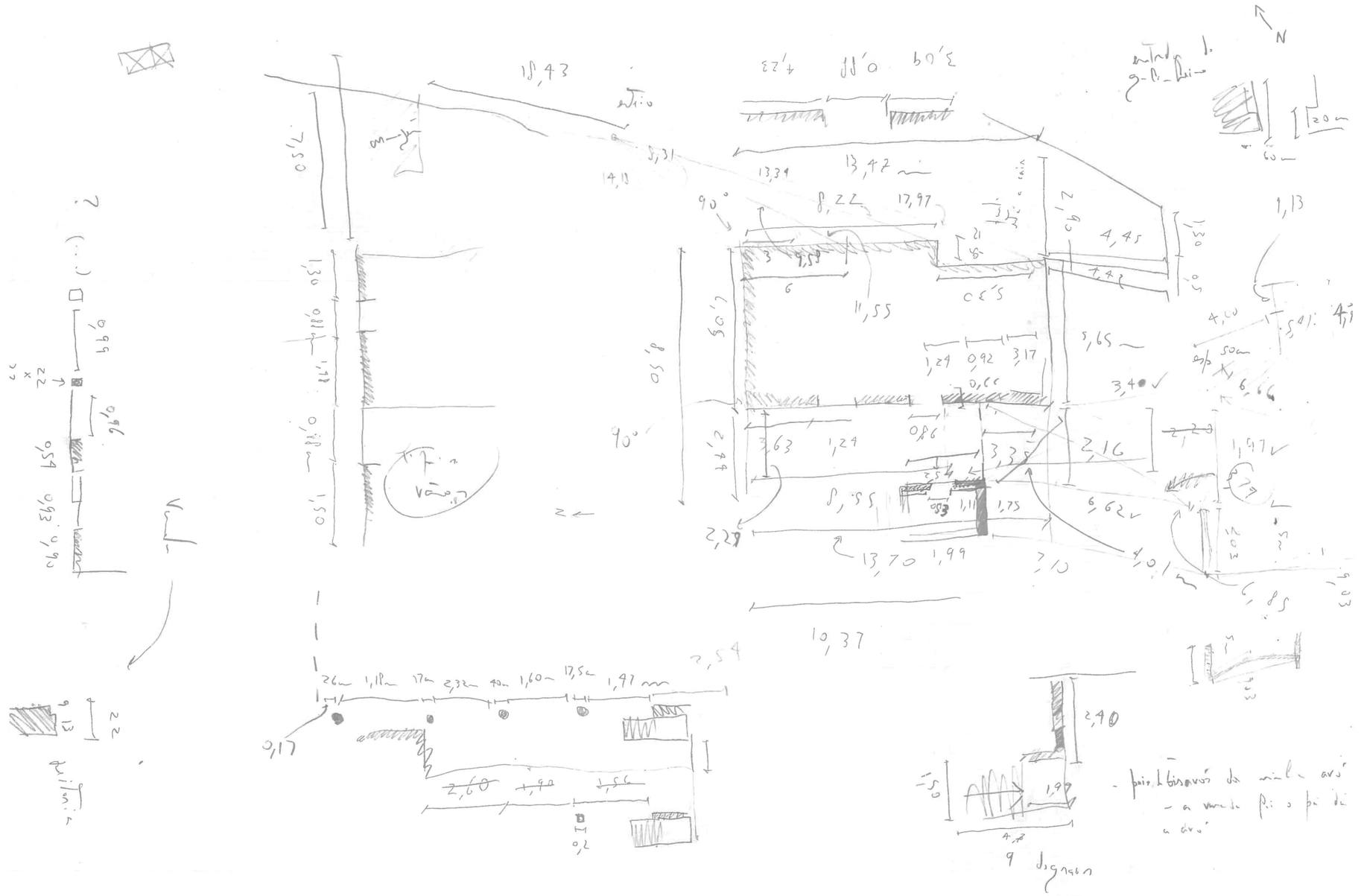
41 Padieira da porta da sala. Fotogrfia do autor

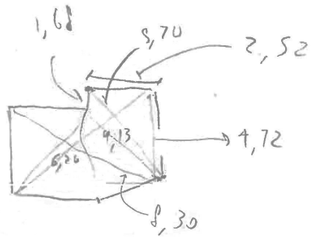
42 Porta da sala. Fotografia do autor

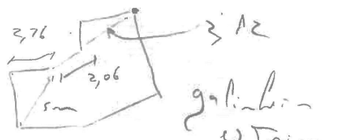
43 Estudo inicial do projecto. Desenho do autor

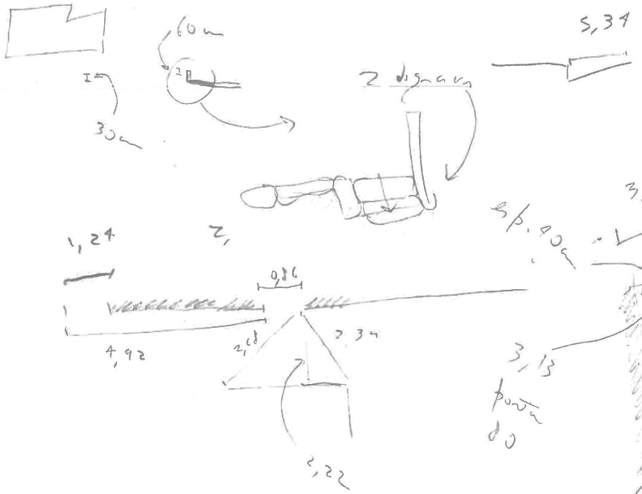
anexos

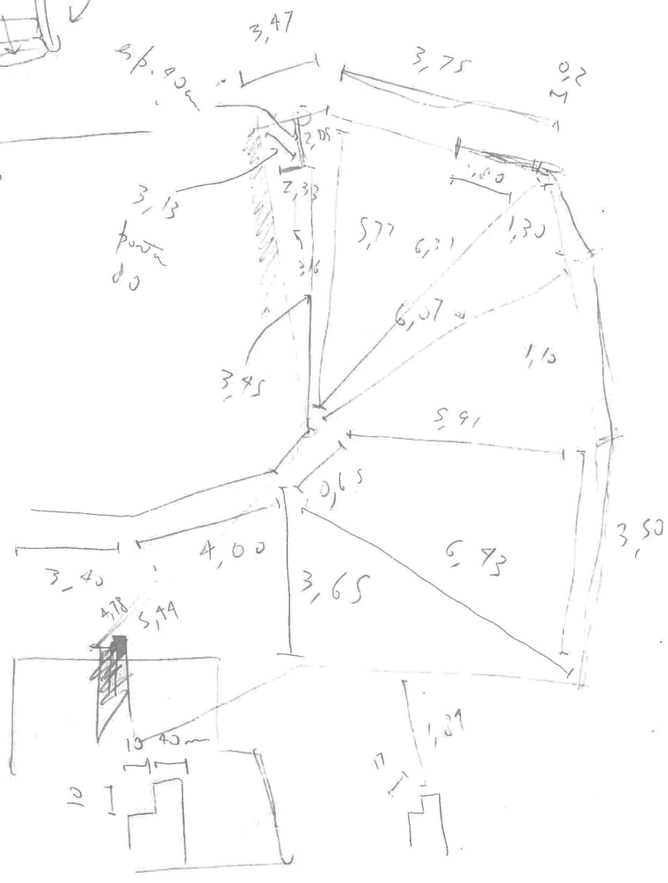
desenhos de levantamento

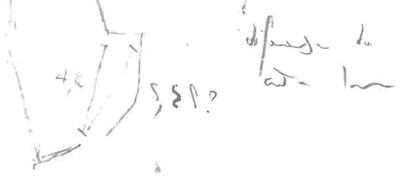


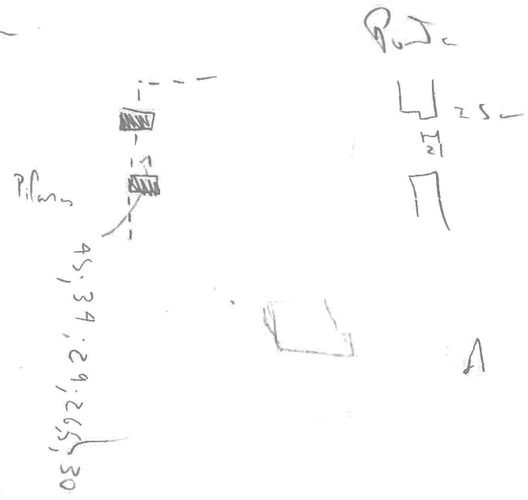

1,61
8,70
2,52
4,13
4,72
8,26
8,30

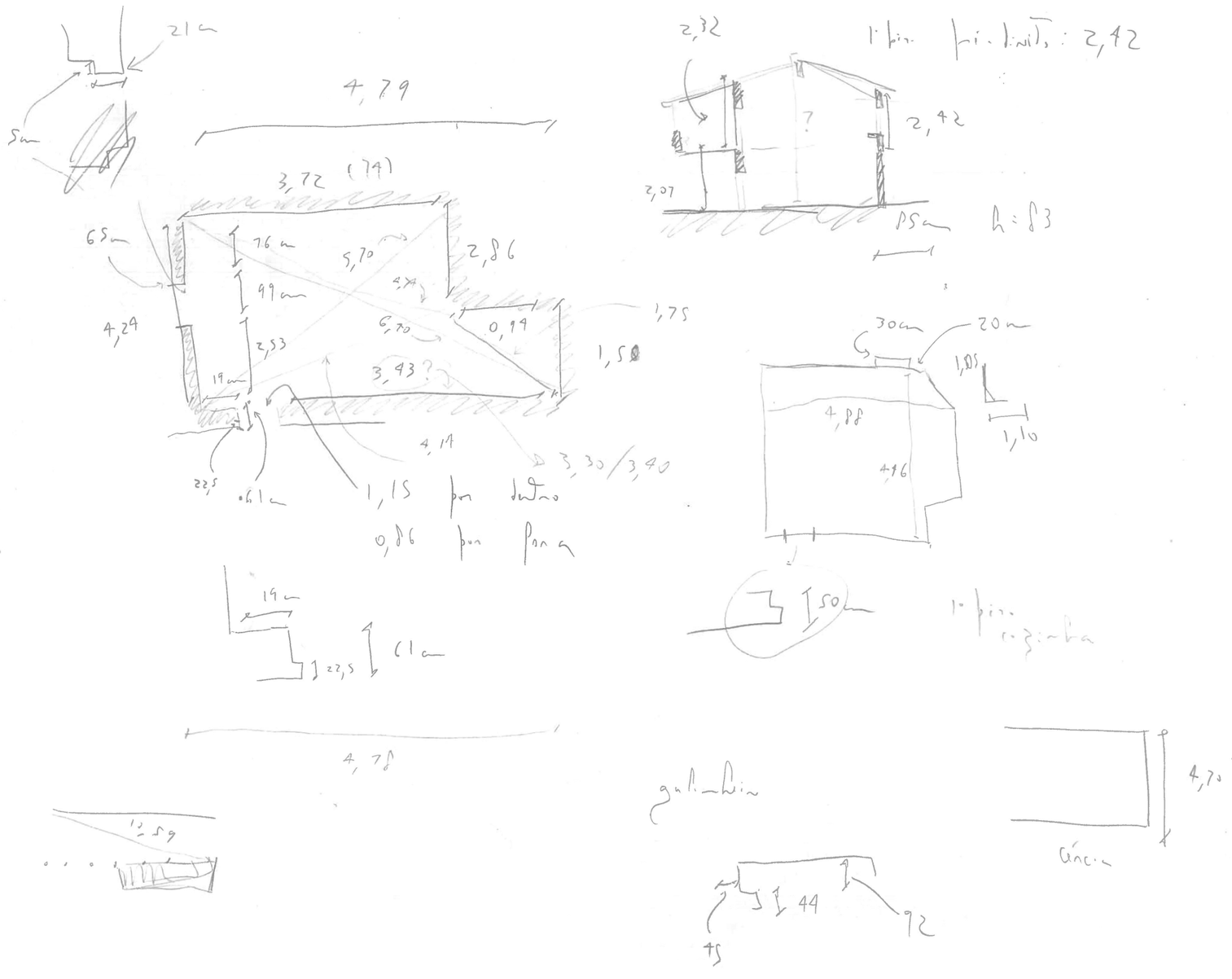

3,76
3,12
2,06
5m

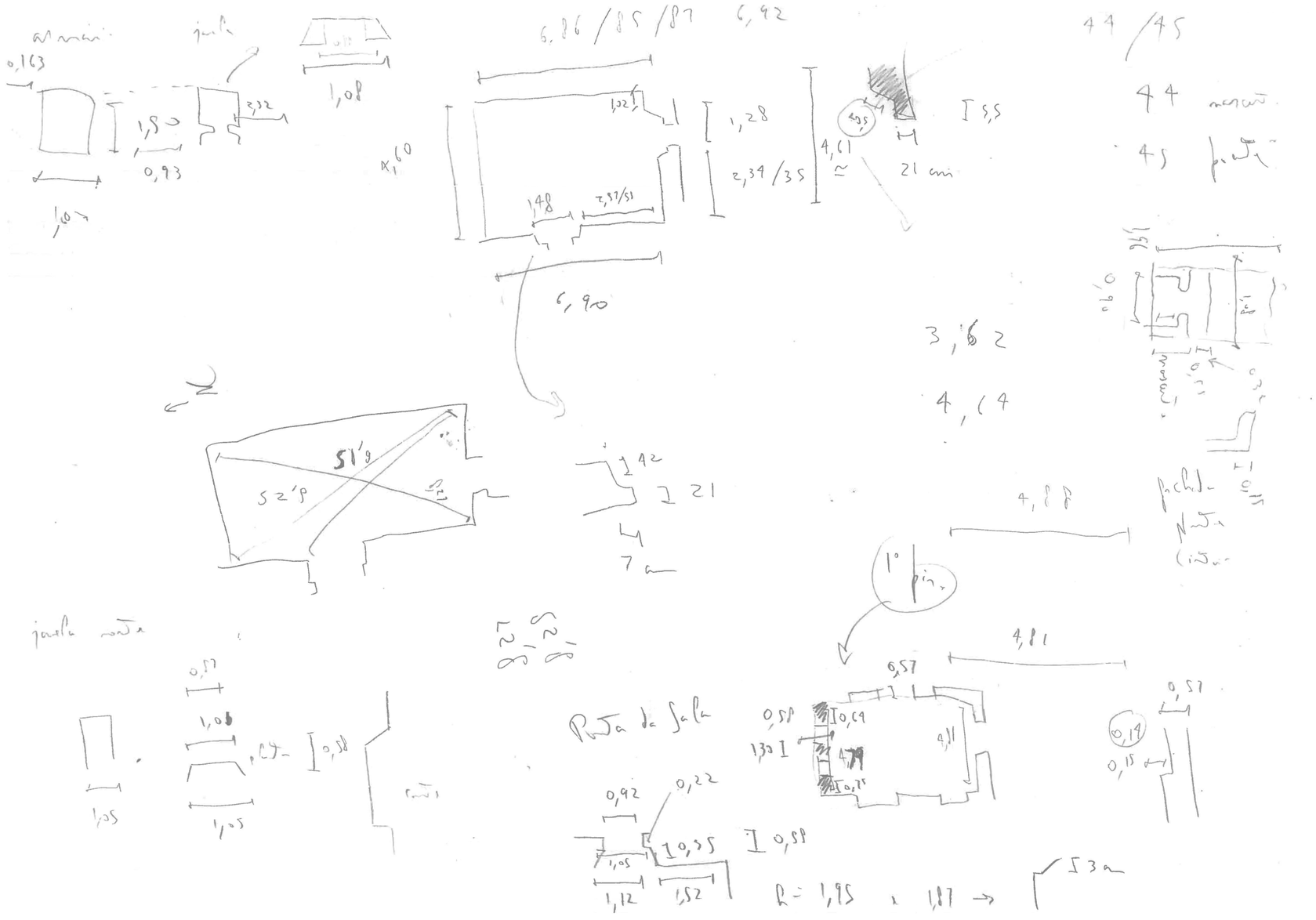

60m
30m
2 disparos
5,34
1,21
0,26
4,92
2,34
2,22

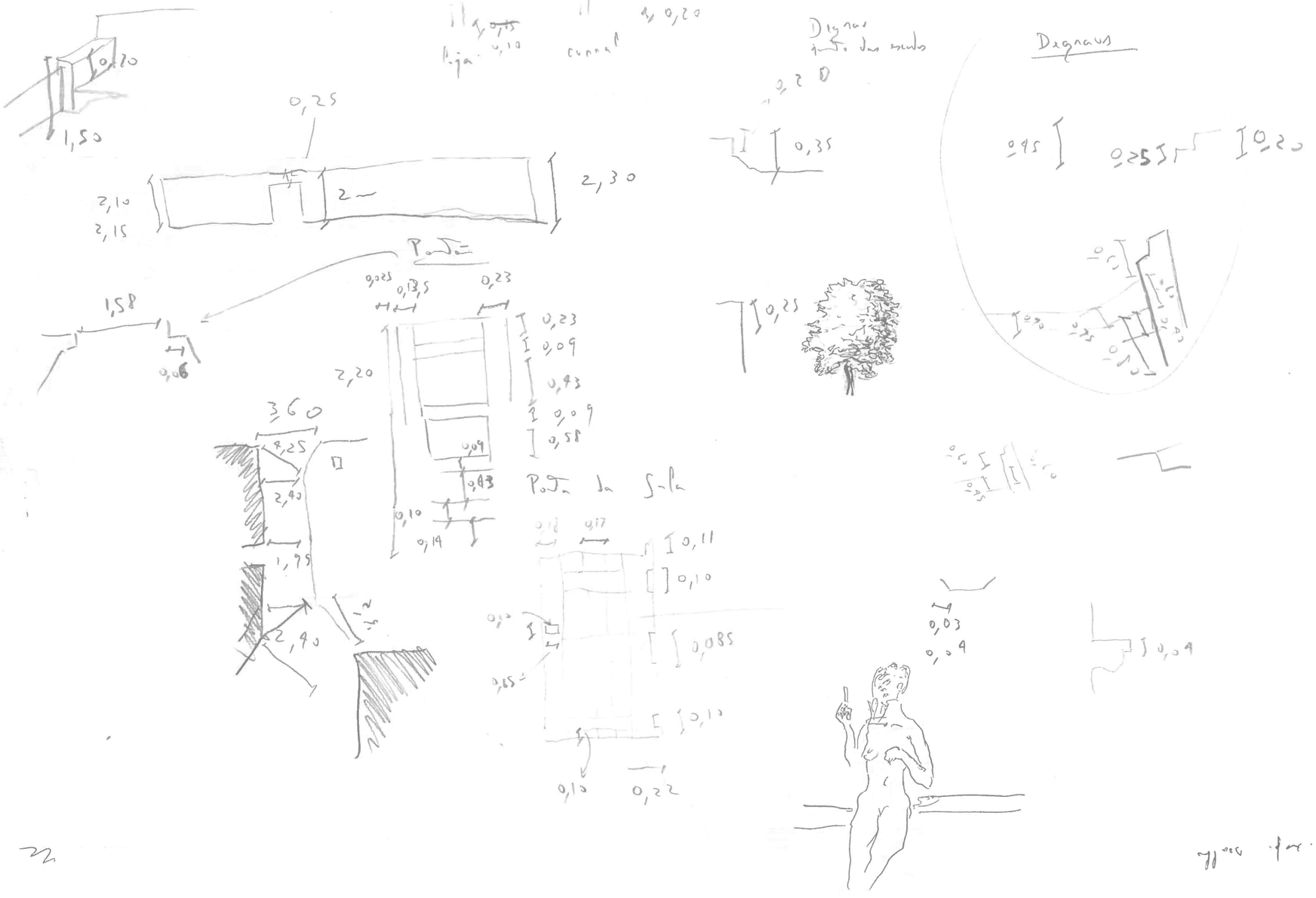

3,47
3,75
0,12
3,13
puerta
0,90
5,77
6,21
1,30
6,07
1,10
3,45
5,91
0,65
4,00
3,65
6,43
3,50
3,40
4,78
5,49
10,40m
1,09

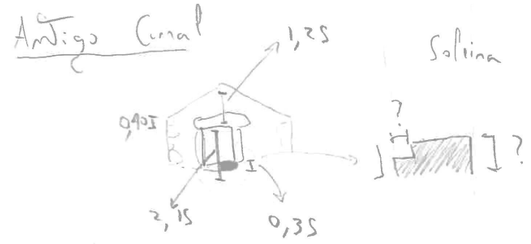

4,0
5,81?

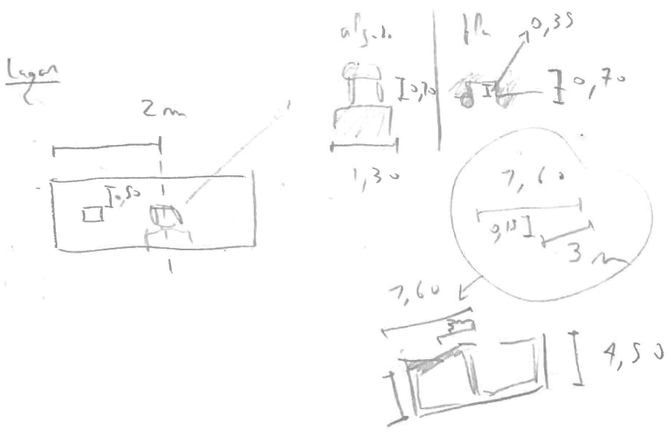

25
45,34; 29,27; 5,30


21 cm
5 cm
4,79
3,72 (74)
65 cm
76 cm
99 cm
2,53
19 cm
4,24
5,70
2,86
4,74
6,70
0,99
1,75
1,50
3,43?
4,14
3,30/3,40
22,5
61 cm
1,15 por dentro
0,86 por fora
3,25
14 cm
22,5
61 cm
4,78
2,32
1 bin. hi. limits: 2,42
2,42
2,07
?
25 cm
h: 83
30 cm
20 cm
1,05
1,10
4,88
4,16
50
1 pin. regista
4,70
guillotina
única
44
72
45

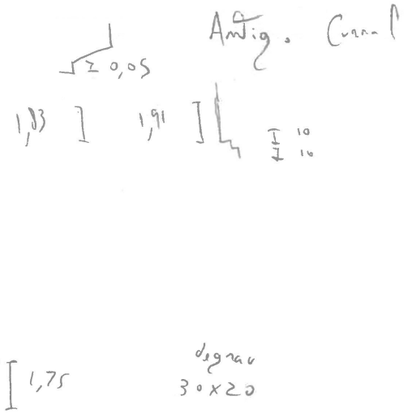

0,163
1,50
0,93
2,32
1,08
6,86 / 85 / 87
6,92
1,02
1,28
2,34 / 35
4,61
≃
21 cm
1,48
2,57/51
6,90
3,62
4,64
44 / 45
44 mesure
45 jambage
0,90
1,76
4,18
4,11
0,57
0,19
0,15
0,92
0,22
1,05
1,12
1,52
0,55
0,54
1,95 x 1,87 →
3 m
1,42
1,21
7 m
0,77
1,05
1,25
0,58
jambe mesure
0,27
0,29


0,10
1,50
0,25
2,10
2,15
2
2,30
1,58
0,06
0,25
0,13,5
0,23
0,23
0,09
0,58
2,20
0,09
0,93
0,10
0,19
3,60
8,25
2,90
1,75
2,90
0,18
0,17
0,11
0,10
0,085
0,10
0,10
0,22
0,35
0,25
0,03
0,04
0,04
0,95
0,25
0,20


Antigo Canal
1,25
Soltina
0,90
?
2,15
0,35
Ponte
1m
0,20
3,30
0,10
0,20
0,25

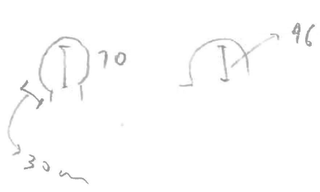

Lagoa
2m
1,50
alçad.
0,35
3,10
1,30
7,10
9,10
3m
7,60
4,50

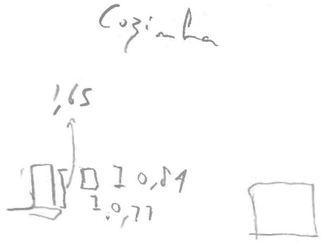

30cm
12
3cm
3

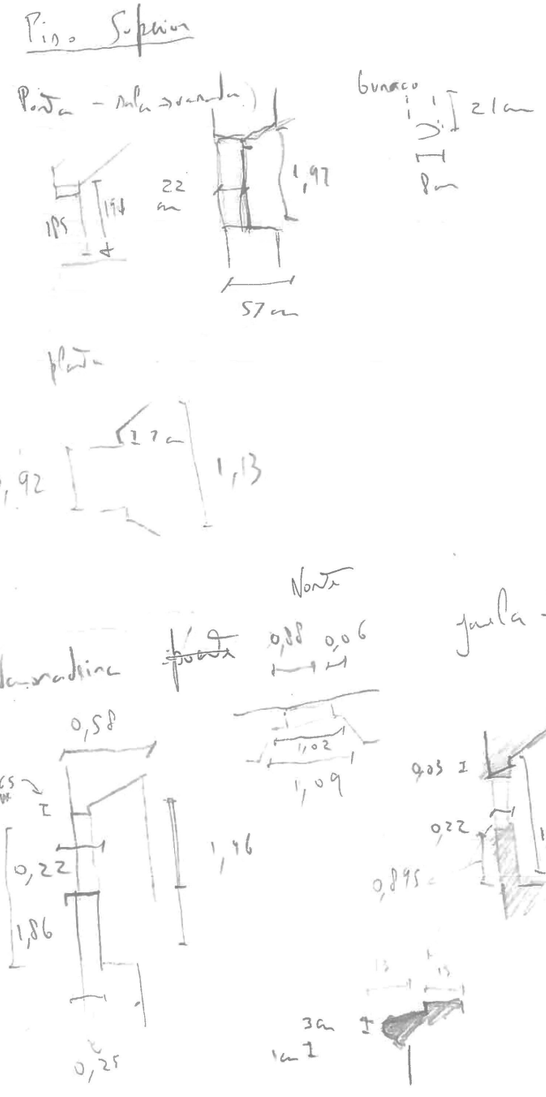

Antig. Canal
0,05
1,33
1,91
10
16
Escada
1,75
degrau
30x20

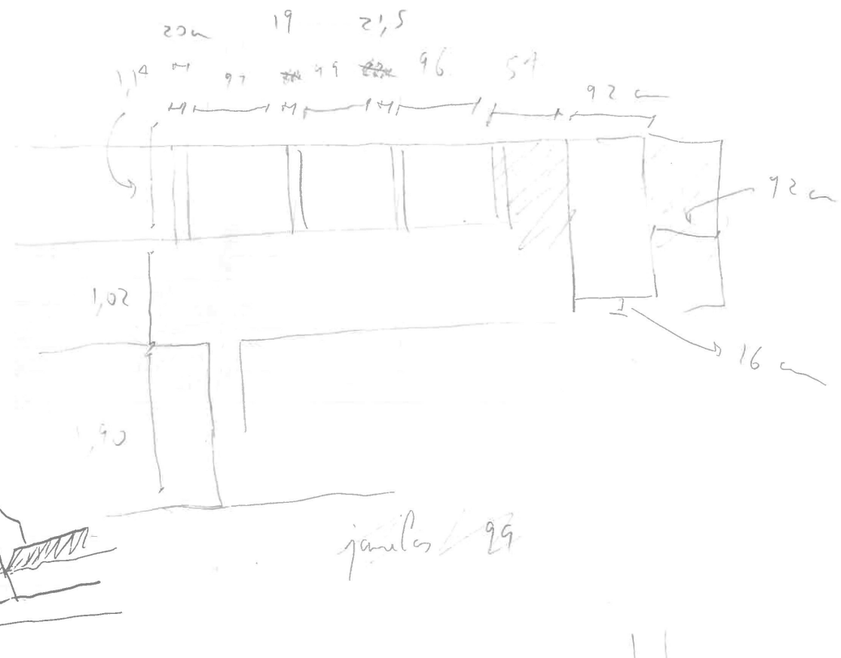

0,17
0,55
Oliveira
1,10
0,51

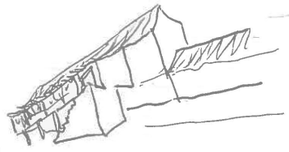

1,40


Forno
70
46
30cm


Cozinha
1,65
0,84
0,77

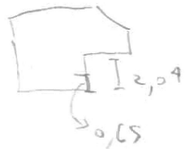

Piso Superior
Porta - sala grande
1,97
57 cm
Buraco
21 cm
planta
0,92
1,13
Nascente
Norte
0,58
1,46
0,22
1,86
0,25
0,88
0,06
1,09
janela fundo
1,98
1,91
0,22
0,07
0,60
1,06
armário
0,38
1,03
1,50
0,07
Piso Térreo
Sala
1,87
0,07
1,775
cozinha - sala
1,87
1,78
1,135
janela fundo
0,78
0,70
0,82
Piso térreo
planta cozinha
1,755
31 cm

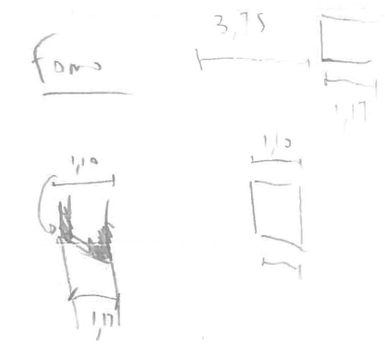


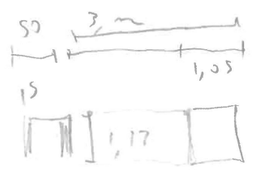


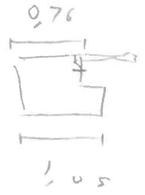
- vidro simil gelo fluido
- PS fluido + sangue.
- fluorescente + vidro simil

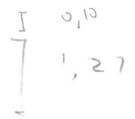


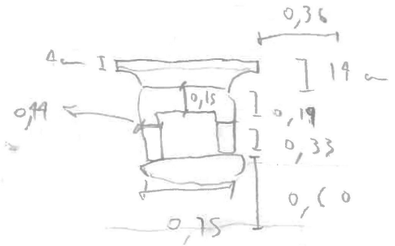




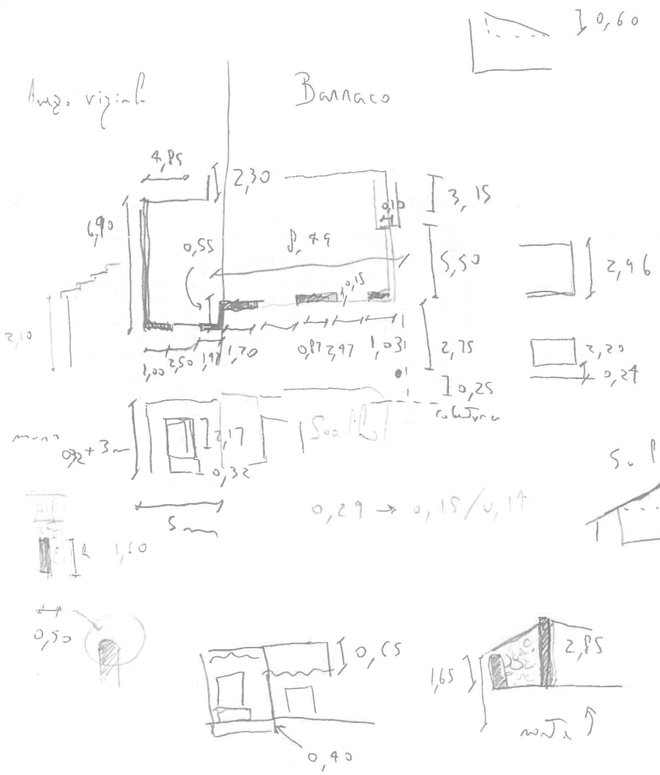


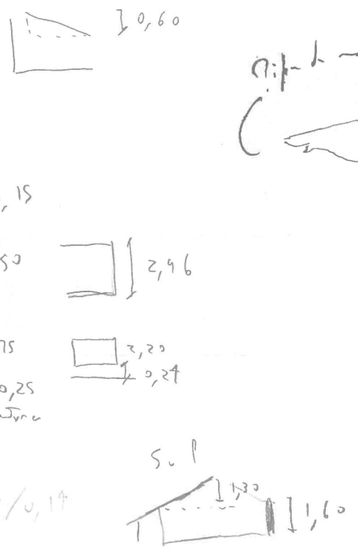


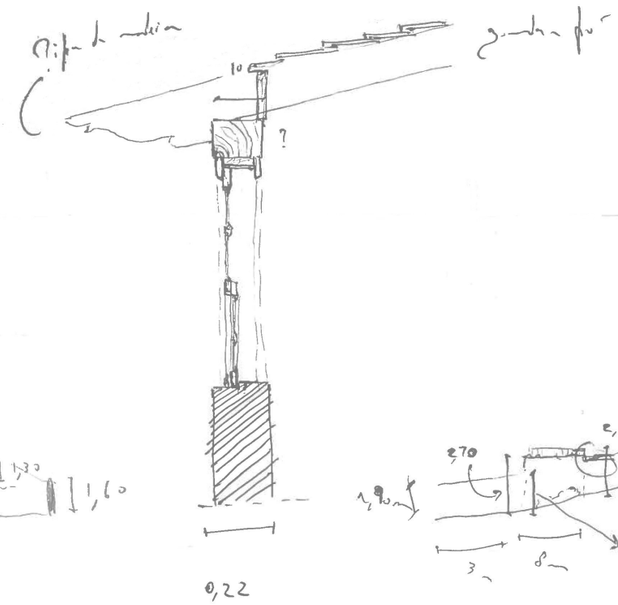


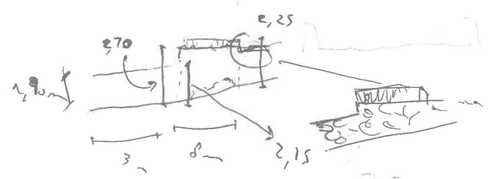


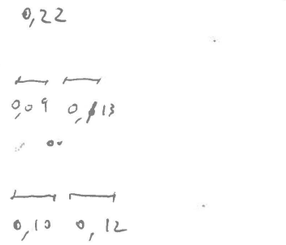


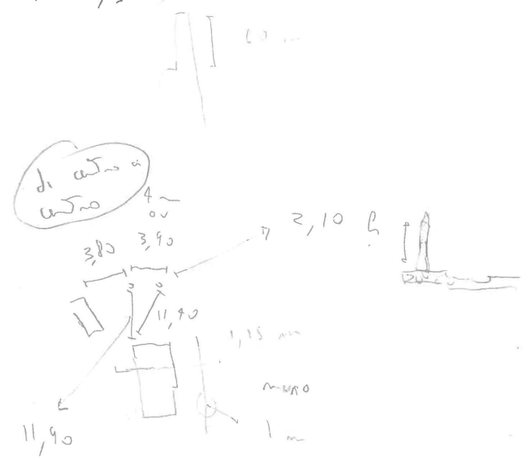






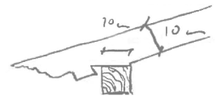




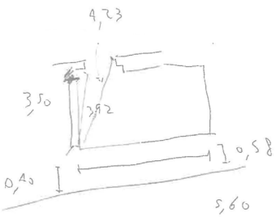


tijolo

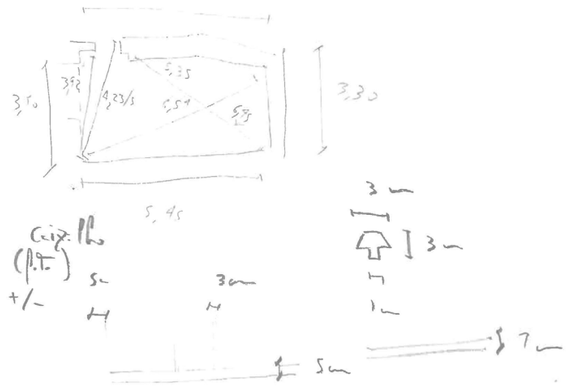
Parede da cozinha 20×50×15

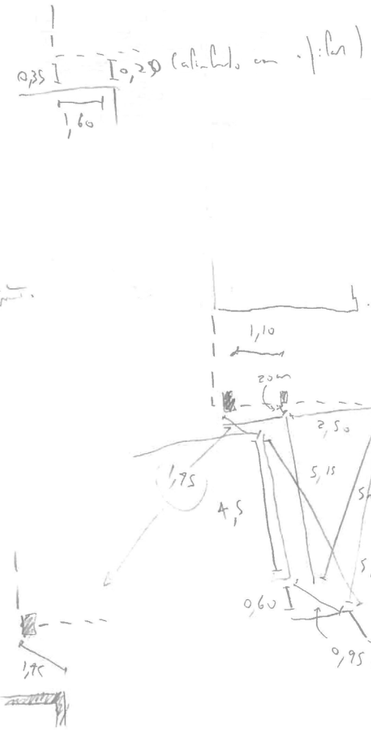

10
10


13,03

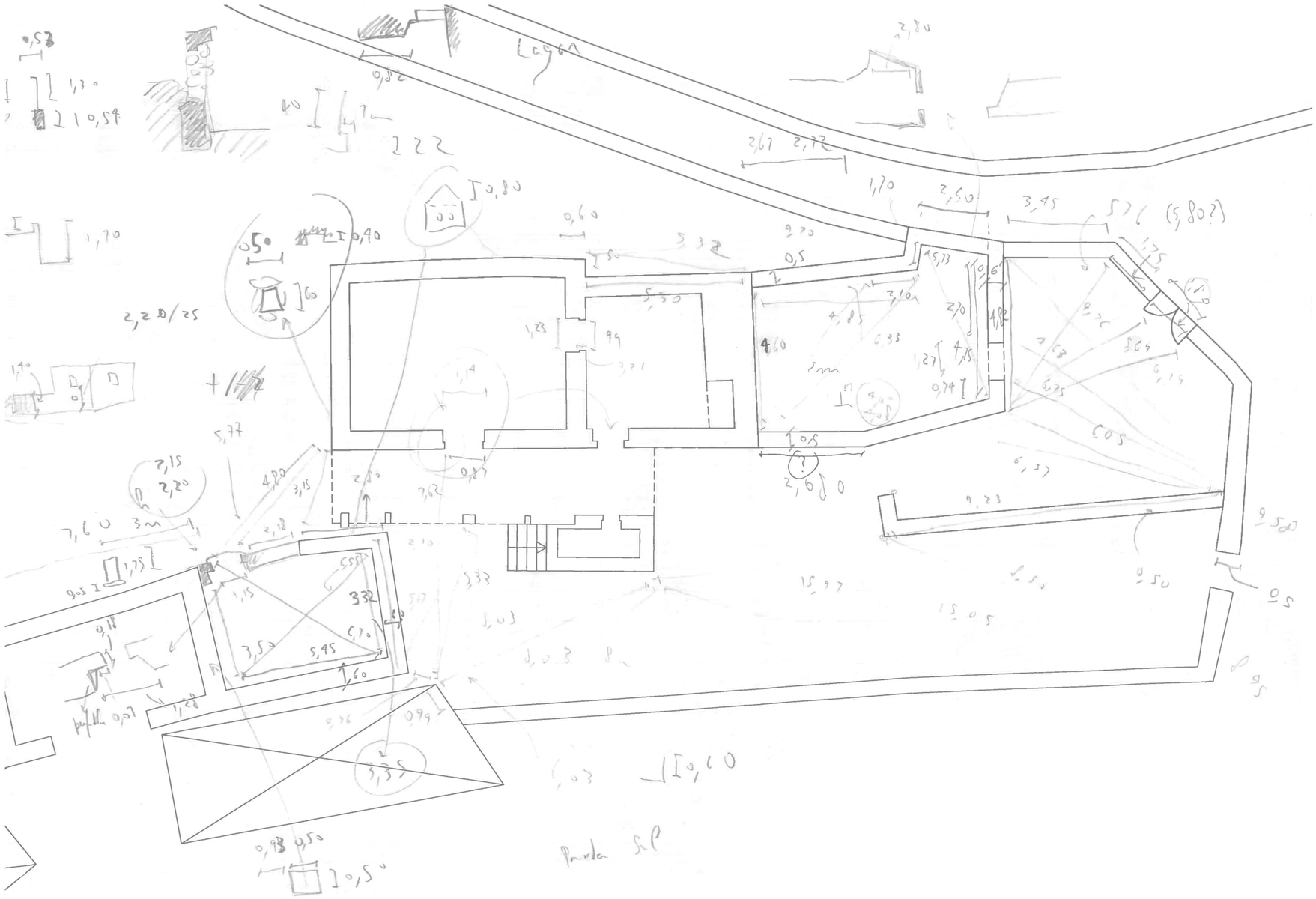

4,23
3,50
3,92
0,58
0,40
5,60

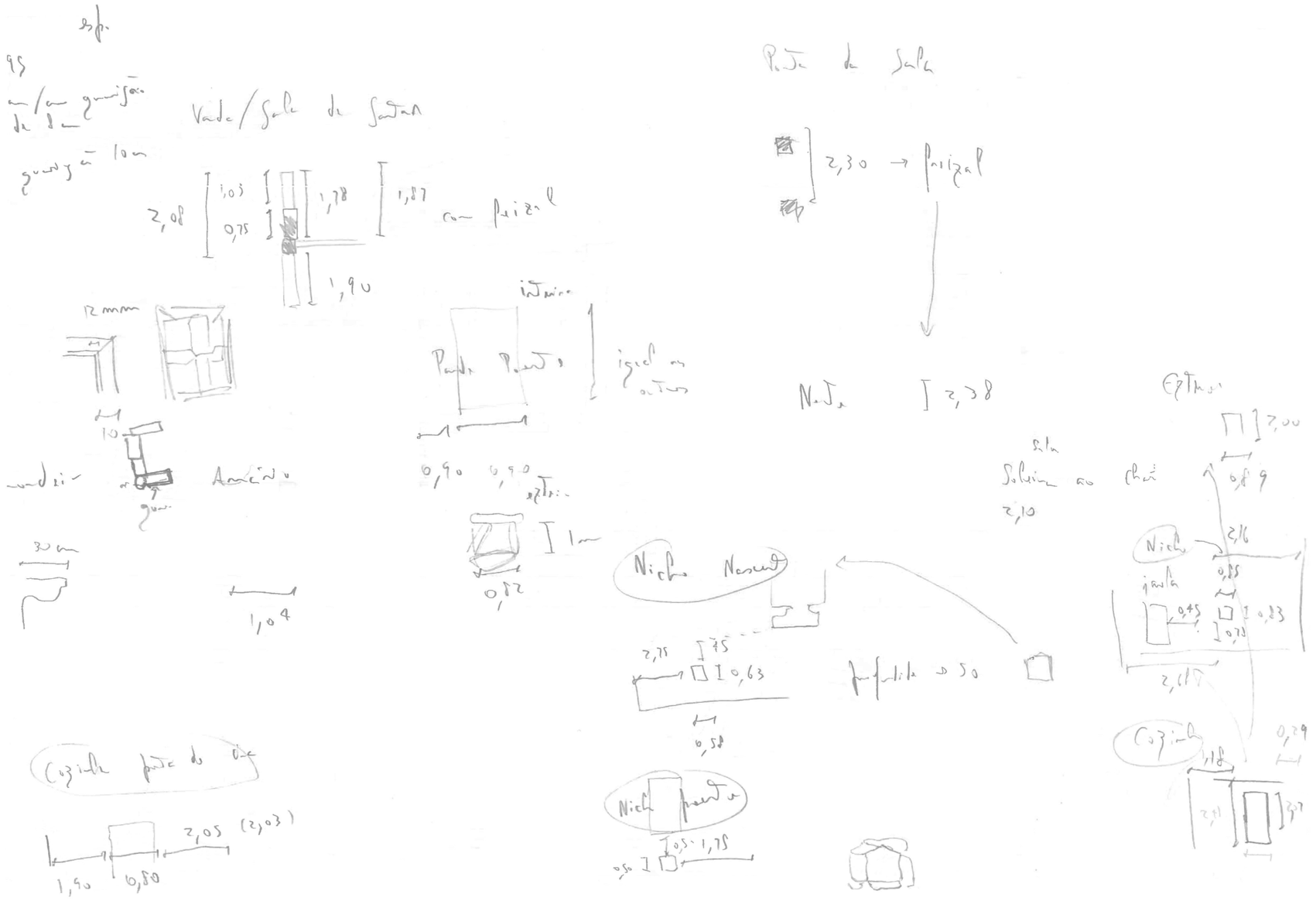

5,40


3,50
3,92
4,23/5
5,35
5,54
5,73
3,30
5,45

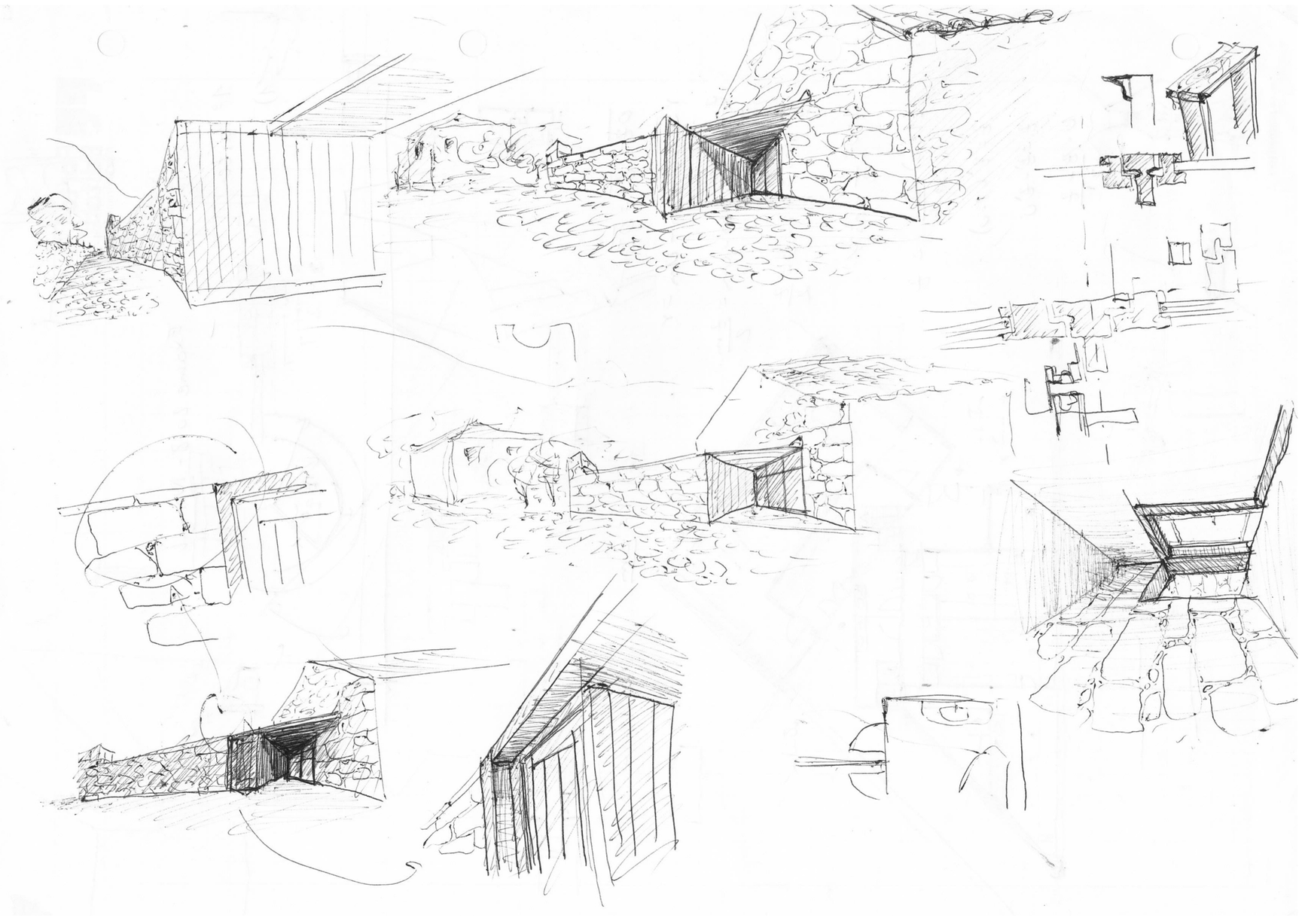

0,35
0,20
1,60
1,10
20cm
2,50
1,75
4,5
5,15
5m
5,25
0,60
0,95
1,75

Caix.
(P.T.)
+/-
5m
3m
3m
3m
1m
5m
7m



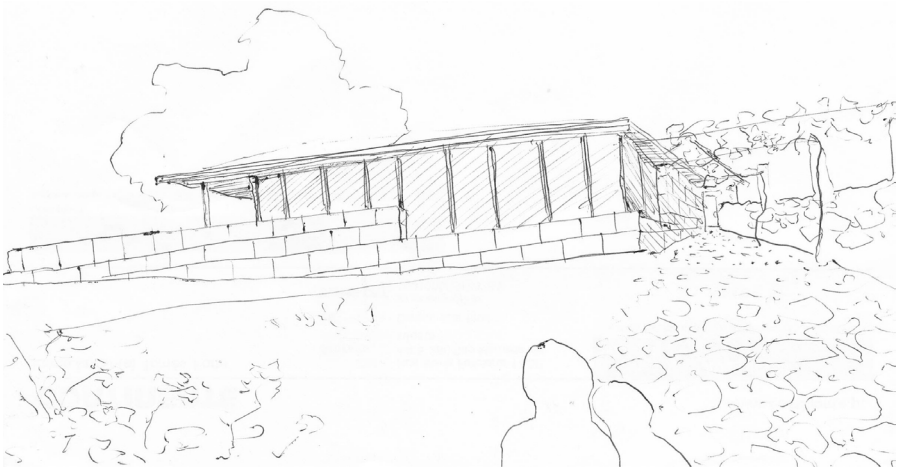

Vade/Sala de Santan
2,08
1,03
0,75
1,78
1,87
com painel
1,90
12 mm
10
Ambiente
30 cm
1,04
Parede
igual ao outro
0,90
0,90
1 m
0,12
Nicho Nascente
2,75
75
0,63
0,50
Nicho parede
1,75
Cozinha parte do Oeste
2,05 (2,03)
1,90
0,80
P.T. de Sala
2,30
painel
N.T.
2,38
Opção
2,00
Sala
Solário ao chão
2,10
0,89
Nicho
2,16
janela
0,85
0,45
0,83
0,70
2,117
Copia
0,79
1,18
2,41
3,37

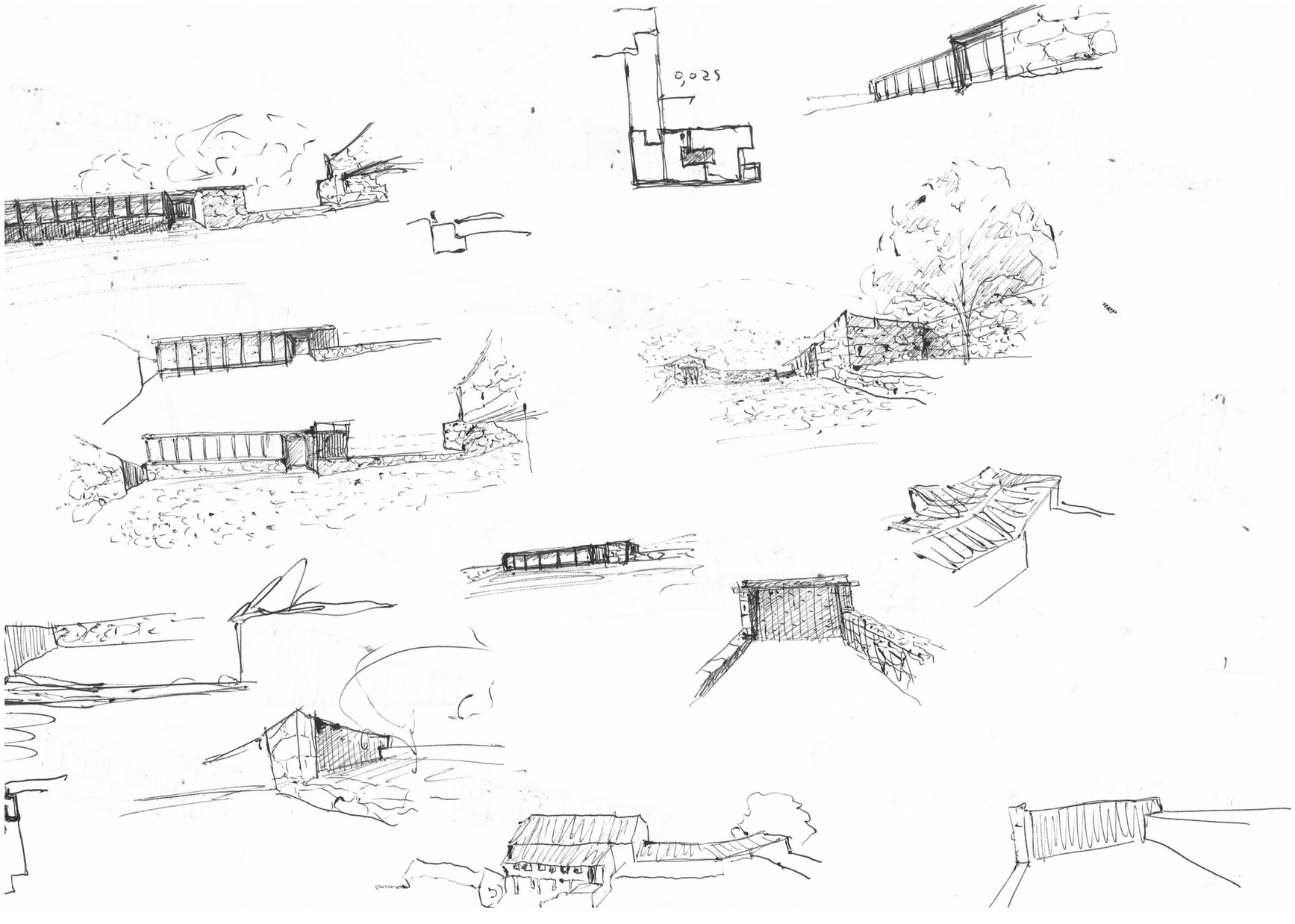
desenhos de estudo



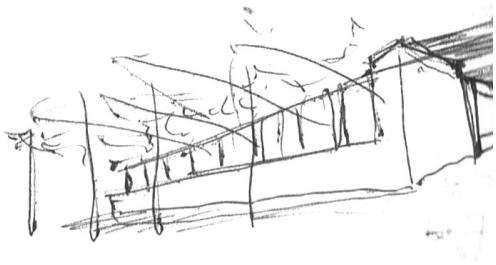


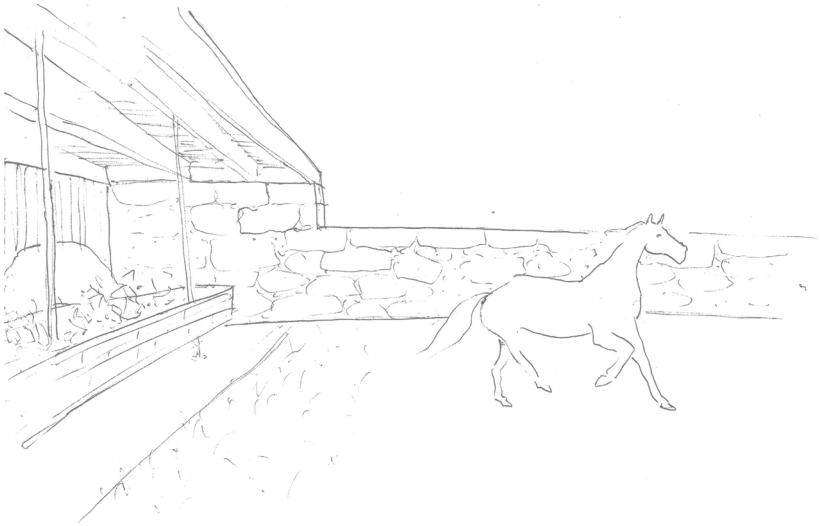


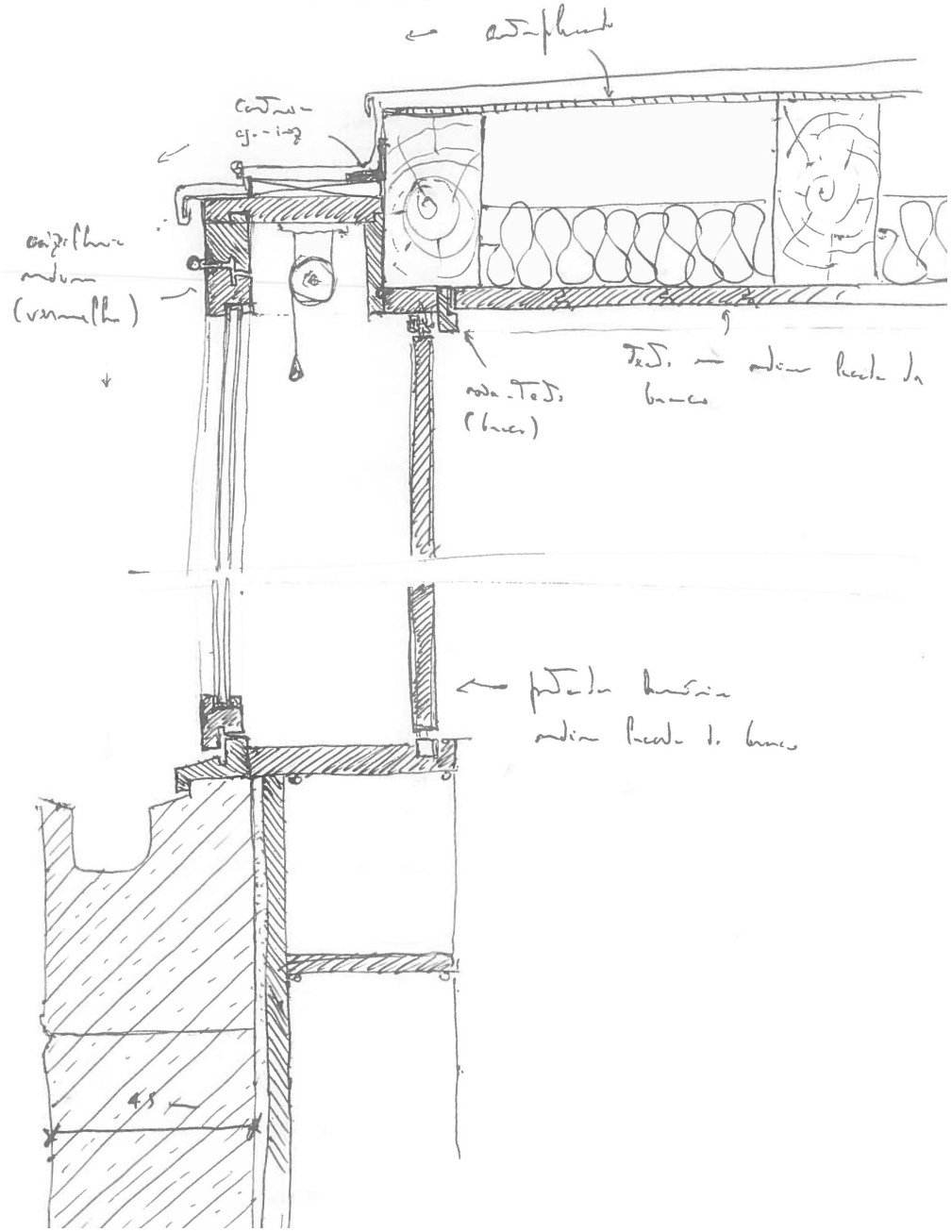


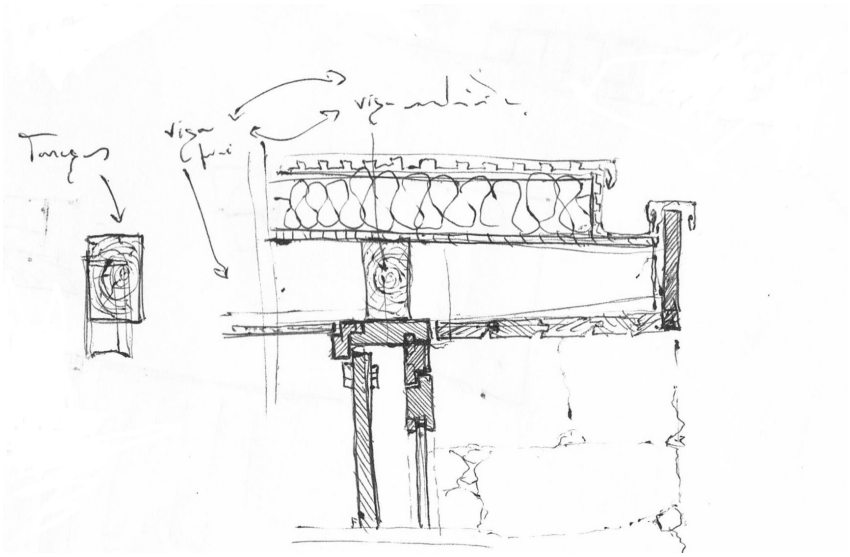


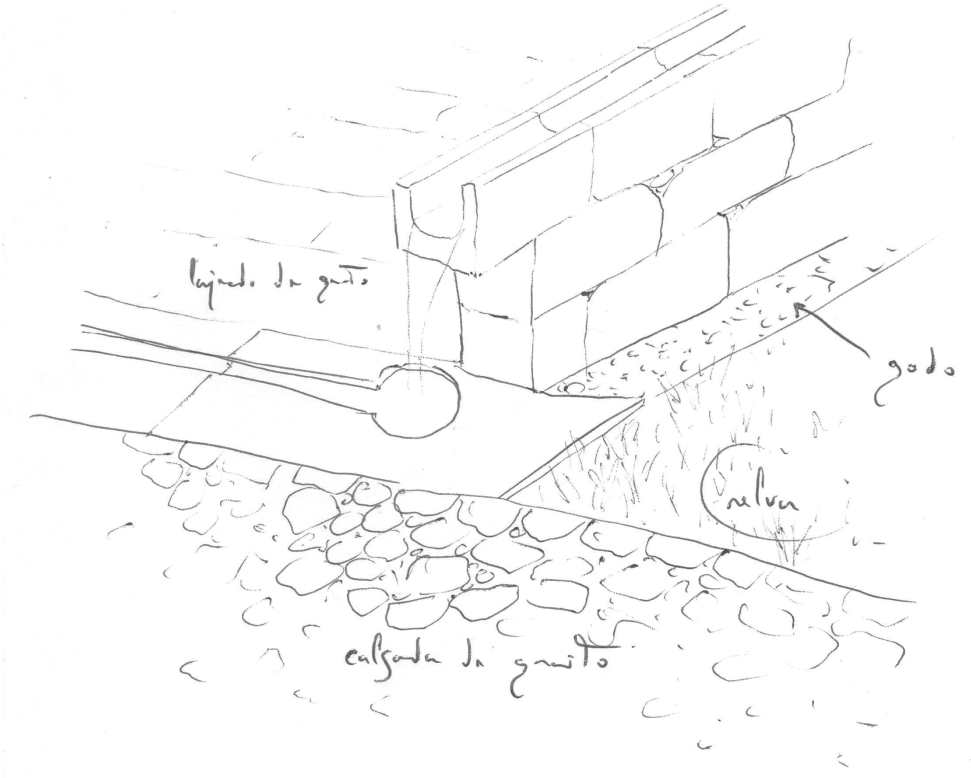









viga madeira
viga ferro
Tirante


lajeado de granito
godo
selva
calçada de granito

entrevistas

CONVERSA COM MARIA DA CONCEIÇÃO

(25 DE MARÇO DE 2023)

Como foi o seu primeiro contacto com a agricultura?

Foi aos seis anos. Os meus pais levavam-me a sachar milho, e não era às carreiras, como é agora, era muito pior. Dantes era tudo semeado à mão. [imita com gestos] Nascia aqui um, ali outro… por isso não se podia fazer as coisas de qualquer maneira; tinha de se usar as esquinas da sachola para não cortar o milho. E quando se cortava?! Oh, carai! [risos] Depois também ia com as vacas para o monte. Era o que a gente fazia quando era pequena…

Gostava do trabalho agrícola?

Gostava, gostava muito da agricultura… e muito trabalhei! O que mais gostava era de sachar milho para o avô. Como nós só tínhamos três campos, não havia trabalho para todo o ano… então, íamos para casa do avô. Eu gostava quando ele levava, por aí, umas vinte pessoas; a leira toda cheia de gente. Cantávamos, ríamos, atirávamos terrões… era bonito.

Havia trabalho comunitário?

Hum!… [esfrega o polegar com o indicador] a coroas! O meu avô pagava muitos jornais, muitos e muitos…

Mas não havia troca de favores entre vizinhos?

Sim, também havia ajuda, mas era raro… como nas esfolhadas! O meu avô tinha muitos campos; havia muito milho. Lá no coberto faziam esfolhadas à noite e convidavam os vizinhos todos para esfolhar milho. Todos gritavam: "Há uma esfolhada na casa do Rosinha! Uma esfolhada!" Então, eles vestiam-se de máscaras e apareciam lá.

Com máscaras?

Com máscaras! Não os conhecias, tu não os conhecias! Usavam lençóis furados para poderem ver…

Era um gracejo, portanto.

Sim. Chegavam lá, amarravam-se a alguém e davam cambalhotas e depois fugiam. [gargalhada] Oh, carai…

E eram renumerados pelo seu trabalho?

Eles?! Não! Nas esfolhadas, quem ia, ia ajudar. E no fim, havia uma sardinhada.

Jantavam juntos?

Não era um jantar, era uma sardinhinha. A avó fritava um coiso de sardinhas, punha ali no terreiro e todos comiam… e já iam todos contentes! E malhar espigas era igual. Às três da manhã, como toda a gente tinha trabalhos para fazer, já se andava. Punha-se uma serra de espigas na eira… o milho era muito. E eram sei lá, quantas pessoas… juntava aí mais de 20. Uns dum lado, outros do outro, com aquele malho [levanta os braços], faziam *pum pam pum pam*. Primeiro era um lado, depois era o outro. Tinham de bater certinho. Depois ia cada qual para os seus trabalhos. Faziam-se muitos favores que agora não se fazem. Agora, está tudo rico… é tudo mais independente! Cada qual faz o seu.

O que significava para si a agricultura?

Para mim, significava o meu sustento. [risos] Vinha umas batatinhas para comer, vinha uma ervinha para as vacas (para terem leitinho para vender) e vinha uns tostõezinhos.

Era a sua fonte de rendimento.

Era… antigamente não havia reformas, não havia dinheiro. Só tinha de haver dinheiro para petróleo, para as candeias. Não sei se ainda existem. Também não

iluminavam nada… [inclina-se sobre a mesa, fingindo que lê] eu já não via as letras com a fome, quanto mais com aquela luzinha! [risos]

Passou muita fome?

Passei! Em casa do meu pai, só se cozia pão uma vez por semana… ou quando calhava. Como não havia milho, nem se colhia milho para todo o ano, ia-se comprar ao tio Pinto. Ele enchia a rasa e depois passava-lhe o pau para ficar a rasa bem rasada, para não ficar nada acima da medida. Quando se chegava a casa, cozia-se o pão. Abria-se a porta do forno e lá ia logo uma broa de uma vez… quentinha! Em três dias, acabava-se logo o pão, e depois ficávamos outros três dias sem pão. Só se cozia ao fim da semana.

[faz uma pausa para pensar]

Quando passavamos à porta da avó, [risos] entrávamos e dizíamos que íamos às maçãs; tinha lá uma macieira de três ao prato. Quando nos via, a avó perguntava: "Tendes pão? Tendes pão?" Eu e os meus irmãos respondiamos que não. Ela então chamava-nos e dava-nos um pedaço. Ah, carago! Nós já íamos todos contentes, com o pãozinho… mas ela tinha de dar escondido que a tia Maria não gostava! Quando nós íamos comprar o milho para cozer, a tia Antónia do Pinto também vinha ao muro e chamava-nos às escondidas. Ah, carago, nós lá íamos a correr! Era um pedaço de pão que ela trazia sempre.

Podia descrever a sua rotina diária quando trabalhava com a sua família?

Ai, era dura! Tinha de me pôr a pé às cinco horas da manhã para dar de comer às vacas, para elas terem a barriga cheia para depois irem lavrar. Dava-se as gamelas, depois dava-se a palhada, depois tratava-se de preparar tudo para ir para onde fosse preciso. Comíamos uma sopinha da noite anterior, uma água com couves… não havia feijão! Nem havia farinha, porque o bocadinho que se guardava para deitar na sopa depressa acabava. Mais tarde, quando nós começámos a crescer e a fazer pelas coisas, já tínhamos mais um bocado de fartura.

Acha que seria bom que as pessoas voltassem àquele tipo de agricultura?

Toda a gente não, mas devia haver quem quisesse... não deviam ter abandonado como abandonaram. A lavoura está completamente abandonada... e tudo vem da lavoura! Tudo vem da terra!

Quais são as principais diferenças entre a agricultura actual e a agricultura do seu tempo?

Agora é tudo com máquinas e dantes não havia tratores. Por exemplo, o meu avô tinha duas juntas de bois, tinha uns bois e tinha umas vacas. Os bois iam atrás, perto do arado, a puxar e, à frente, iam as vacas presas por umas correntes para os bois não terem de fazer tanta força. É que a lavrada era um trabalho pesado, tinha de ir fundo para virar a terra e, por isso, usavam-se quatro animais. Quando chegavam à cabeceira do terreno, as vacas viravam para o lado (porque o arado ainda estava cá atrás) e os bois faziam, sozinhos, aquele bocado. Parece que já estavam ensinados... não havia ninguém a guiá-los. Havia só uma pessoa a tanger para eles andarem mais depressa.

E quanto aos fertilizantes?

Hoje, tudo o que se come está cheio de porcarias, de químicos: é um para não ganhar bicho, é outro para crescer, é outro para pôr a folha verde... Carai! Antigamente, punha-se estrume. Para o estrume, tínhamos de roçar mato e trazer para casa. Punha-se lá no quinteiro e depois ia-se botando na corte. As vacas estavam lá e pisavam. Todos os dias tinha-se de deitar mato na corte... também para não cheirar mal no piso de cima. Depois, quando a corte já estava muito cheia, tinha-se de tirar o estrume porque senão as vacas topavam nas vigas. Era assim... não havia químicos. Mas agora, se tu deitares estrume como se deitava antigamente, nada cresce. Agora, a terra está chupada de adubos e, se não deitares adubo, não dá nada.

Gosta do local onde vive?

Hum... [encolhe os ombros] gosto.

Não acha que Vila Franca precisa de alguma alteração?

Precisa de tantas! Era preciso que as pessoas se interessassem umas pelas outras. Não há socialização como havia antigamente, não se conversa. Dantes, havia mais alegria. Agora é diferente. Devia haver mais trabalhos para chamar os jovens, passatempos, divertimentos para os jovens... e para os velhos! As pessoas querem ser bem tratadas enquanto estão vivas. Quando morremos, acabou!

[fez-se silêncio]

A vida está sempre a mudar. As coisas estão sempre a mudar. Já nada é como antigamente. Já ninguém semeia milho, já ninguém tem vacas, já não se roça mato. Agora, só há fogo! A vida mudou...

CONVERSA COM OLINDA PORTELA

(28 DE MARÇO DE 2023)

Quando e como teve o primeiro contacto com a agricultura?

Desde pequena. No tempo da escola, já sacháva milho.

E sempre gostou de praticar a agricultura?

Sempre! A minha área de trabalho foi sempre essa, por isso sempre gostei.

Quais são as principais diferenças entre a agricultura actual e a agricultura do seu tempo?

Ui, houve muitas mudanças! Antigamente, sachava-se o milho, sachava-se o feijão... sachava-se tudo. Agora não. Dantes, lavrava-se a terra com vacas; a minha mãezinha ia atrás com o arado, e eu ia à frente do gado. Era assim... agora, é tudo com o trator. Ninguém faz com animais. Ninguém!

E também usa trator?

Nós não temos trator, nós chamamos um tratorista. Mesmo agora, no tempo das batatas, chamamos o trator e semeamos. Eles abrem os regos, e nós só pomos as batatas. Um bota um bocadinho de adubo, outro põe as batatas, e outro tapa. Mas dantes, não era assim! Havia quem pusesse tudo à sachola. No nosso caso, eu lembro-me sempre de ter gado. As do cedo, sim, era à sachola. Ainda agora fazemos à sachola, as do cedo.

As do "cedo"?

As batatas do cedo são as que se põe, por exemplo, em Janeiro. Quem quiser colher mais cedo, planta-as debaixo de uma vinha, ou debaixo das oliveiras, para as apanhar agora em Abril.

É geralmente feita no subcoberto. Isto é, sob a vinha, sob outras árvores...

Sim, é feita debaixo de oliveiras, ou encostada à vinha. Assim, protege-se as batatas da neve... ou não. Ainda este ano, nós plantamos umas em Dezembro (fins de Dezembro) e a neve veio e *pimba* queimou tudo! [risos]

O que é que a agricultura significa para si?

O que a agricultura significa para mim? [risos] Quem tiver uma grande produção, terá o seu rendimento... agora nós, não. É mais para subsistência.

Que atividades é que realiza no seu campo?

Flores é o nosso forte, mas também produizmos batata, feijão e milho.

Quais são as atividades que mais gosta de realizar?

Eu gosto muito da venda... tenho jeito! É preciso falar com as pessoas, chamar por elas: "Você não quer isto, não quer aquilo?" Por exemplo, a Tina, a minha irmã, não gosta de vender, gosta de andar no campo. Não a ponham lá no mercado porque ela não gosta!

Como é feita a venda dos produtos agrícolas, neste caso de flores?

É no mercado municipal de Viana.

Ao que parece vão construir um novo mercado...[1]

1 Em Fevereiro de 2018, a Câmara Municipal entregou em ajuste direto, pelo valor de 73 mil euros, a elaboração de um novo projeto a um gabinete de Lisboa. Antes disso, o projecto tinha sido atribuido ao colectivo Atelier 15, que foi o vencedor de uma consulta directa feita a três gabinetes de arquitectura pelo anterior presidente da câmara, Defensor Moura.

O projecto original previa a construção de um edifício de habitação (já construído) e a construção de um novo mercado, a erigir no terreno liberto pela futura demolição do prédio Coutinho. Para além do conjunto de parques de estacionamento, servindo estes equipamentos, o projecto previa o tratamento dos arruamentos e espaços exteriores, com especial ênfase para a envolvente da Capela das Almas e da Igreja de S. Bento.

Note-se que a Sociedade Viana Polis já tinha saldado os honorários em débito (exceptuando, evidentemente, o projeto de execução e a assistência técnica às obras do mercado, que seriam vencidas com a sua construção).*

* COSTA, Alexandre Alves; Fernandez, Sergio - Em defesa de Viana do Castelo. Público (19 Jul. 2019)

Não, não... eu acho que não... no prédio Coutinho?! Esquece!

Não vão avançar com obra?

Acho que não, mas eu também não gostava nada daquilo! Se eu saísse do mercado onde estou, não sei se fazia mais por isso, que eu não gosto nada daquilo. Já vai há vinte e dois anos que estamos cá em cima. Disseram que era provisório, que era só por uns anos, mas já lá vão vinte e dois! Eu ainda cheguei a vender no antigo mercado, quando tinha dez anos ou mais.

Tem algum contacto com outros produtores? Quero dizer, participa em alguma organização de produtores?

Não, não. Cada qual faz para si, cada qual desenrasca-se. [risos]

Utiliza agroquímicos na sua exploração?

Botamos adubo. Agora, se não deitas adubo, não te dá. E se alguém te diz que não deita adubo, está enganar o povo... é mentira!

E tem alguma medida exacta da quanitdade?

Sim, mas isso é tudo... [aponta para o olho] é intuição. É só pegar no balde e andar.

Entende que alguns agro-químicos podem colocar em risco a saúde dos produtores?

Sim, os herbicidas são um risco! Tens de andar protegido, senão não podes deitar. Hoje em dia, tens de ter uma máscara, tens de ter um fato e luvas próprias. Mas, se não tiveres um curso, também não te dão isso.

E você tem?

Eu tenho, porque fui obrigada... senão não podia comprar. Tive de fazer um curso para ter um cartão de sócia. Com esse cartão, já posso ir comprar.

E quanto ao consumo de alimentos, acha que os herbicidas podem colocar em risco a saúde dos consumidores?

Quando se bota, tem que se botar a medo, não se pode botar de qualquer maneira... tudo tem uma norma. Não se pode deitar as coisas à toa. Os herbicidas não são bons para a nossa saúde. Eu não ponho herbicidas naquilo que cultivo. Nem para comer, nem para vender!

Usa só fertilizantes.

Sim, mas herbicidas não uso. Antes quero sachar mais uma vez do que botar isso. Há pessoas que botam herbicida na batata, mas isso é mau. Esses grandes produtores, é tudo assim, tudo com herbicida. E não digam que vão depois lá sachar, que eu sei que não vão! Essas pessoas não arrancam nada. Chegam lá, oito dias antes, deitam uma camadinha de herbicida para queimar a rama, aquilo seca tudo e, depois, é logo apanhada.

Isso é perigoso!

Pois... tinha de se intensificar o controle. A ASAE, no ano passado, andou lá no mercado por causa de uns tomates.

Tinham herbicida?

Apanharam ali qualquer coisa, mas não sei o que se passou depois. As pessoas, se querem deitar alguma coisa, têm de respeitar as regras de segurança. É o mínimo para não fazer mal às pessoas. É por isso que, às vezes, tenho medo dos produtos do supermercado: a fruta é muito bonita, encanta os olhos, mas o veneno que têm... a fruta do nosso quintal, cheia de bicho, é muito melhor!

Acha que existem vantagens em praticar a agricultura biológica?

Sim, é mais saudável... se tu conseguisses colher tudo biológico, sem deitar nada. Mas isso é difícil... impossível, quase! É o que eu digo, se tu não deitares um bocadinho de adubo, nada te dá. Agora, se não deitares herbicida, o proveito até

pode ser o mesmo, mas trabalho é o dobro... ou mais! Tens de andar sempre a tirar ervas, a sachar...

É uma situação difícil para quem vive apenas da agricultura.

É difícil. É que já não se consegue viver da agricultura, se não se deitar químicos... não se consegue!

Vocês têm algum apoio do estado?

Nós não temos porque não somos grandes produtores. Isso deve ser para quem tem um determinado número de hectares. Nós, é pouca coisa, é como te disse...

Gosta do local onde vive?

Sim, gosto.

Acha que Vila Franca precisa de alguma alteração?

Sei lá... acho que se vê pouca gente na rua. Agora, a mocidade tem computadores, telemóveis, e fecha-se mais em casa. Dantes, nós não tínhamos nada disso. Para brincar, jogava-se futebol... eu lembro-me de jogar à mequinha! Agora, já não se faz nada.

CONVERSA COM FERNANDO MATOS

(26 DE MARÇO DE 2023)

Uma vez que o senhor chegou a exercer o cargo de presidente da junta da freguesia, gostaria de lhe perguntar: gosta do local onde vive?

Sim, gosto.

Acha que a freguesia precisa de alguma alteração?

Sim, há uma série de carências que se fazem notar, mas, em geral, a freguesia oferece uma série de serviços à comunidade que muitas freguesias não dispõe. Por exemplo, a creche, o jardim de infância e a escola primária. No que toca à cultura, a resposta já é diferente. Muitas tradições foram-se perdendo com o passar do tempo. Antigamente, Vila Franca tinha uma forte ligação com o teatro, o que lhe deu o direito, em 1962, para a construção da Casa do Povo, com a sua sala de espetáculos. Antes disso, a freguesia tinha duas casas de teatro não públicas: uma no Solar da Barrosa, com anfiteatro feito pelo meu pai e pelo meu avô, e outra na Quinta do Capitão. Assim, havia duas casas de teatro com peças a passar durante todo o Inverno. No Verão e na Primavera, nem pensar!... que era para trabalhar no campo. Mas, quando o trabalho não apertava, havia teatro de qualidade... muito bom teatro! Foi-se perdendo com o aparecimento da televisão, com os cinemas, e com os centros comerciais, que abundam aí por todo o lado. Já não se faz teatro há muito, mas, na altura, marcávamos uma forte presença no concelho.

Neste momento, deixando essa questão do teatro, aquilo que eu mais gostaria de ver realizado nos próximos anos, visto que é um projeto que eu acalento há mais de três décadas, era um centro de interpretação da Festa da Rosas. No fundo, era um museu, onde os cestos ficariam em exposição de um ano para o outro. Mostrar-se-ia toda a história daquilo que é uma das romarias mais antigas do Alto Minho. A Festa da Agonia não tem duzentos anos e a Festa das Rosas tem quatrocentos... é significativo! Sem dúvida, esse é um dos equipamentos que eu mais desejo.

Infelizmente, não temos tido gente com garra para pegar nesse projeto....

Chegou a definir a localização para esse projecto?

Seria ao lado do novo centro de saúde. A localização já está reservada. Eu pretendia afastá-lo o museu da Estrada Nacional e aproximá-lo o máximo da igreja para que, na altura da festa, houvesse uma relação entre o museu em si e o local onde a festa se realiza... acho que era importante. Já há uma série de pequenos museus nas aldeias, os chamados ecomuseus: o museu da azenha, o museu do pão, o museu do mar, entre outros. Aqui, nós temos uma tradição que é única no mundo! O museu do mar pode ser em qualquer lugar onde houver mar. Agora, o cesto das rosas, essa peça de arte popular, é único! Nós temos o de Deão e o de Perre, que começaram a copiar-nos, mas o original...

Não se tratava de uma tradição comum em muitas freguesias minhotas?

Sim, mas não era uma obra de arte, era um cesto de erva! Olha [aponta para uma fotografia pendurada na parede], está ali o cesto da minha mãe... parece um cesto de ervas. Os cestos eram assim há setenta ou oitenta anos, mas depois foram evoluindo. Agora, algumas freguesias vieram dizer: "Nós também temos!" Na verdade, vieram copiar o que se faz aqui. Por exemplo, o cesto com poliestireno expandido, que foi uma invenção minha, entre 1979 e 1980, começou a ser copiado em Deão. Descobriram, ao fim de quarenta e tal anos, que nós já usávamos esse esquema. Em Perre, a mesma coisa. O que eles têm, foi copiado aqui!

Por tudo isso, eu gostaria de ver esse equipamento erigido e a funcionar. Seria muito interessante. É claro que também gostaria de ver a Praia Fluvial do Barco do Porto requalificada... actualmente, aquilo é uma praia selvagem! Gostaria também que a zona ecológica das Veigas de S. Simão fosse devidamente reconhecida. Seria muito importante para o ambiente. Além disso, valorizava a nossa terra.

Relativamente à população, considera que haja pessoas ou grupos sociais marginalizados?

Não, de todo. No entanto, há um fenómeno que, ultimamente, me tem vindo a preocupar. É o seguinte: quando eu vim de África, em 1977, Vila Franca tinha meia dúzia de licenciados que não estavam cá. Neste momento, temos dezenas! Vila Franca tem dezenas de licenciados que vivem cá. Apesar disso, acho que se fazia mais coisas pela freguesia, no passado, do que se faz hoje. Isso é que eu ainda não percebi... e entristece-me. Antigamente, quem é que ia para a universidade? A maior parte dos miúdos acabava a instrução primária e ia trabalhar para as fábricas. Não faziam sequer o ciclo preparatório. Não chegavam ao liceu, quanto mais à universidade! Nessa altura, era muito difícil arranjar gente para trabalhar porque, francamente, não havia. Hoje temos imensa gente das mais diversas áreas: um historiador, não sei quantos médicos, oito ou nove arquitetos, tantos engenheiros, uma série de advogados... não se entende! Quando eu estava na junta de freguesia, estudava e trabalhava no Instituto Politécnico [de Viana do Castelo]. Mesmo assim, eu é que tinha de fazer tudo! Não é que eu não quisesse delegar, mas não tinha em quem. Agora, há tanto em quem delegar...não percebo porque é sempre tão difícil. Tenho todo o respeito por quem trabalha na junta de freguesia, mas tínhamos gente muito mais capaz do que aqueles que lá estão. Se considerarmos as suas profissões, o que é que dois polícias entendem de urbanismo, de rede viária, de infra-estruturas? Nada tenho contra os agentes da autoridade, mas nós temos gente mais qualificada para exercer a função que eles exercem. É óbvio que ninguém os impediu de concorrer, simplesmente não quiseram. Essa parte é que me deixa triste. São os tempos que correm...

Considera que a agricultura é uma actividade essencial na nossa freguesia?

Sim, sem dúvida. Se há actividade que é insubstituível para ser humano é a produção de alimentos. Agora, não temos é uma estrutura agrária que permita grandes explorações. Nós estamos no Minho, as parcelas de terreno são muito pequenas. Aqui, chama-se quintinha a um terreno com mais de meio hectare. Se tiver perto de dois hectares, já se chama quinta. No alto Alentejo, se utilizarmos

essas expressões, até se riem. Para eles, isto são pequenas hortas. Não temos escala para grandes produções. Mesmo assim, a agricultura é importante para o sustento das próprias famílias, que escusam de se deslocar à cidade para ir buscar os legumes. Esse aspecto é muito importante.

Tem relações com alguns produtores agrícolas?

Tenho, porque me interesso pelas coisas... interesso-me pelo campo. Também sou apreciador de vinho, das castas regionais (é o caso do loureiro, que é um vinho da Ribeira Lima). Por isso, tenho contacto com esses produtores. Além disso, também era uma coisa que se cultivava na minha casa: o vinho e o azeite. Mas, hoje, as oliveiras, à conta da Portucel[2] e de outros poluentes, já nem azeite dão. A azeitona não chega a vingar.

Acha que a fábrica da Portucel tem vindo a contaminar as explorações agrárias?

Eu julgo que sim. Não vejo outra razão. Há uma série de árvores que deixaram de dar fruto. Por exemplo, aqui na zona, a cerejeira deixou de dar cereja. Ainda há duas semanas, cortei duas no meu pomar porque não dão cereja; dão flor, mas não dão fruto. Vai-se a Ponte da Barca e há lá cerejas.

Em casa dos meus avós, também havia cerejeiras, mas já não davam fruto.

Pois não dão! Nos últimos setenta anos, a grande responsável pela poluição atmosférica do vale do Lima foi a Portucel. Eles [os administradores da fábrica] dizem que não, mas que me provem o contrário. No passado, havia outras fábricas, mas, nessa altura, havia cerejas. Até que alguém me prove o contrário, não vejo outra explicação.

Acha importante que os pequenos produtores sejam devidamente apoiados?

Isso é muito difícil, não há controle... mas já há alguns apoios. Ainda hoje falava com um familiar, que me dizia que, só por ter os terrenos limpos, recebe umas centenas de euros por ano. Isso, às vezes, é uma questão de estar bem informado.

2 Refere-se à fábrica de papel de Deocriste, que, em tempos, fez parte do grupo Portucel. Actualmente peretence à DS Smith.

Eu não sabia desse apoio em particular, fiquei a saber hoje. Encontrei-me com ele no café e, em conversa, ele diz: "Olha, vou à ARAAM [Assossiação Regional dos Agricultores do Alto Minho]." A ARAAM é uma organização que existe aí na cidade, uma associação que tem a ver com o espaço rural. Ele vai lá porque recebe por hectare de terreno limpo. Mas depois de limpá-los, podia fazer lá sementeiras de leguminosas ou de hortícolas. Mas ele não produz nada, ele é subsidiado só por limpar.

Acha que existem vantagens na agricultura biológica?

Eu, aí, tenho muitas dúvidas. Eu tenho um pequeno pomar, que plantei há já duas décadas, e plantei-o precisamente com a ideia do biológico. Pensava eu: "Vou agora comer fruta com muito bom aspeto, mas cheia de inseticidas e essa porcaria toda? Não, não..." mas agora já estou a fazer como eles. Do ano passado, ainda tenho algumas maçãs congeladas... mas são só partes porque elas estavam todas tão más que não dava para oferecer uma maçã a ninguém! Eu é que tenho paciência; aproveito o que está são e deito fora o que não presta. Faço compota, senão não aproveitava uma maçã. As pêras, a mesma coisa. Agora vem uma mosca que pica a laranja e, se não forem tratadas, começam a cair ao chão. Isto está muito mau! Com tanta praga que há para aí, eu cada vez acredito menos na agricultura biológica.

E antigamente essas pragas existiam?

Não, não existia nada! O quintal dos meus avós devia ser dos quintais da aldeia que mais fruta tinha. Os meus avós tinham lá fruta que era uma coisa assustadora: havia a cereja branca, que era uma delícia; a cereja ginja; a cereja bical; a cereja negra; o figo de cabacinho; o figo pingo de mel; macieiras, então nem se fala! E eles não faziam nada: não podavam, não enxertavam...aquilo era tudo selvagem. Era só colher! De vez em quando, lá vinha uma maçã com um bichinho, mas com a faca, cortava-se para o lado e comia-se o resto. Mais, conseguiam conservavar as maçãs até à Páscoa! Geralmente eram colocadas no feliz[3]. Isto porque, em primeiro lugar, aromatizavam a sala e, em segundo, as crianças, como não conseguiam lá chegar,

3 Sanca de madeira que rematava o tecto de masseira da sala.

só comiam a fruta que lhes era permitida. Quando chegava a altura da Páscoa, algumas pareciam borracha... mas sãs, saborosas! Limpava-se, dava-se uma lavadela, e comia-se com casca e tudo... maravilha! Era a maçã camoesa, a maçã de três ao prato, a baonesa, a maçã da boa vontade, a da porta da loja, a reineta... nós tínhamos maçãs, quer debaixo das árvores, quer no feliz. No entanto, havia uma diferença: as do feliz já estavam murchinhas... mas sãs, perfeitamente boas! Hoje, uma maçã amadurece mais um bocado e fica intragável, podre! Antigamente, a fruta conservava-se até a essa altura [Páscoa] e não havia qualquer tratamento...

[faz uma pausa para atender uma chamada telefónica]

Hoje, há muitas pragas! Por isso, tenho muitas dúvidas quanto à agricultura biológica. Por exemplo, eu sulfato as minhas laranjeiras. Este ano, poucas caíram porque, na hora certa, usei um inseticida para a mosca não destruir a cultura.

Não acha que uso indiscriminado de pesticidas pode ter impacto na nossa saúde?

Claro! Está provado cientificamente que, quando as pessoas aplicam herbicida ao pé da videira, o vinho apresenta substâncias cancerígenas. Daí que as adegas façam análises ao vinho. Esses inseticidas que eu andei a aplicar, têm uma série de rigores; eu tenho de se usar equipamento próprio. Ainda assim, aquilo é altamente perigoso. Para saber até que ponto nos afeta, seria preciso analisar a fruta. Levá-la para um laboratório e fazer análises.

Eu percebo. Estamos num impasse: ou se come com químicos ou não se come.

Exatamente. Na Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, o professor Raul Rodrigues andou a fazer uma recolha de árvores de fruta que se julgavam extintas. Ele recolheu mais de cem variedades de macieiras só aqui da região Norte! Por exemplo, a casa do Teófilo já tem uma série de macieiras que eu trouxe de lá: a tal camoesa de Coura, a três ao prato, uma série de macieiras que se julgavam extintas e dão fruto... mas lá está, é preciso tratá-las. Nos primeiros anos, não apliquei nada, pois queria ver o que acontecia. Resultado: não consegui aproveitar uma única maçã. Se as macieiras não tiverem tratamento, não se consegue colher nada.

Tem que se fazer o mínimo. Enquanto só tem o tronco, é preciso desinfetá-lo bem, sobretudo nas árvores que têm a casca muito rugosa. Na Primavera, é importante encharcar bem esses troncos porque é nas saliências da casca que as pragas depositam os ovos. Também se deve aplicar quando a maçã está do tamanho de uma azeitona porque, como ainda tem muito tempo para se desenvolver, consegue libertar-se daquele veneno. Se se deitar numa fase muito avançada, o veneno fica lá. Por exemplo, no rótulo do frasco do pesticida que uso, recomendam que, durante 14 dias, não se coma um citrino porque é altamente perigoso. Se eles dizem 14 dias, eu deixo um mês e meio. Estas coisas preocupam-me!

A prova de apresentação e discussão pública desta dissertação foi realizada no dia 6 de Novembro de 2023.

Júri

Presidente: Professora Doutora Teresa Cunha Ferreira
Arguente: Professora Doutora Ana Isabel Costa e Silva
Orientador: Professor Doutor Joaquim José Lopes Teixeira

Memória e Proximidade: Projecto para um centro de apoio à agricultura familiar

Tiago Forte

FACULDADE DE ARQUITECTURA